



UFPA | 30
CAMPUS
BREVES | ANOS

30 anos do Campus Marajó - Breves (UFPA)



*Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Sônia Maria Pereira do Amaral
Organizadores*

Editora:
CUMB/UFPA
2021



Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Campus Universitário do Marajó-Breves

Coordenador

Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Vice-Coodenador

Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho

Comissão executiva

Carlos Magno de Lima Lopes

Edilene Santos de Farias Martins

Paulo Rafael da Silva Ferreira

Raryson Maciel Rocha

Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Vera Lúcia Farias de Melo

Conselho Editorial/Científico

Profa Dr^a Cleide Carvalho de Matos

Prof. Dr. Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho

Prof. Dr. Esequiel Gomes da Silva

Prof^a Dr^a Sônia Maria Pereira do Amaral

Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Sônia Maria Pereira do Amaral
(Organizadores)

*30 anos do Campus Marajó-Breves
(UFPA)*

Campus Universitário do Marajó-Breves

Projeto gráfico, editoração eletrônica e arte da capa
Editora do Campus Universitário do Marajó-Breves (UFPA)

O conteúdo dos textos publicados neste livro é de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não representando necessariamente a opinião do/a organizador/a e nem da editora.

Versão digital

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA

T833 30 anos do Campus Marajó-Breves (UFPA) [recurso eletrônico] / Ronaldo de Oliveira Rodrigues, Sônia Maria Pereira do Amaral (organizadores). — [Breves, PA] : Campus Universitário do Marajó-Breves, 2021.

Acesso: <http://www.campusbreves.ufpa.br/>
ISBN 978-65-00-16006-2

1. Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Marajó-Breves. 2. Comunidade e universidade – Breves (PA). 3. Pluralismo cultural – Breves (PA). I. Rodrigues, Ronaldo de Oliveira, 1984-, *org.*. II. Amaral, Sônia Maria Pereira do, 1969-, *org.* III. Universidade Federal do Pará. *Campus Universitário do Marajó-Breves.*

CDD 23. ed. – 378.8115

Elaborado por Nelma Maria da Silva Maia de Lima – CRB-2/1046

Mensagem do vice-reitor

Campus do Marajó-Breves, trinta anos de sonhos e realizações.

Primeiro devo destacar o prazer de estar tendo a oportunidade de expressar meu ponto de vista sobre o papel estratégico que a Universidade pública exerce no processo de desenvolvimento do país, mais importante ainda nas regiões mais carentes, onde o acesso ao ensino superior é artigo de luxo, servindo quase sempre aos filhos das classes mais abastadas. Na Amazônia esta constatação se torna mais proeminente; uma região onde as dimensões geográficas são extraordinariamente maiores do que as demais regiões do país e as condições socioeconômicas são bastantes limitadas resultados dos poucos investimentos do poder central.

Esta realidade se torna bem mais instigante no caso aqui colocado que trata da Universidade no Marajó, um arquipélago fascinante, com dimensões geográficas que superam as de territórios de vários países. A Universidade aqui sem dúvida deve ser lugar de Ensino, Pesquisa e Extensão; e sobretudo de apropriação e valorização cultural e social de uma região que carrega valores e sentimentos únicos sobre águas, florestas, animais e pessoas particularmente singulares.

O Campus do Marajó-Breves nestes trinta anos tem se constituído em um grande laboratório de produção científica e sistematização de valores sociais, econômicos e culturais que representa o que se convencionou a chamar de Marajó das Florestas congregando um grande número de municípios e populações que vivem na maior cidade do Marajó (Breves) e um grupo de cidades menores, bem como de populações ribeirinhas resultando nesta região única e fascinante.

Sinto-me lisonjeado em ter a oportunidade de comemorar com meus colegas de Breves esses trinta anos do Campus Marajó-Breves, uma empreitada que demandou o esforço de muita gente, que ensinaram geografia para muitos que entendiam que o Campus de Soure daria conta da oferta de ensino Superior para todo o Marajó; muitos não entendiam que para se chegar em Soure teriam que passar por Belém. Faço esse resgate simples para chamar atenção do quanto foi difícil para a comunidade de Breves a construção desse Campus. Tive a oportunidade de acompanhar nos limites que a distância me permitia a luta dos colegas e da comunidade de Breves para buscar parcerias para a construção dos primeiros espaços físicos

para o Campus, bem como a grande luta pela formação de quadro docente e técnicos/as-administrativos/as; em outras palavras foram lutas em todas as frentes para se ter o patrimônio físico e acadêmico que temos hoje.

O resultado dessas lutas tem se apresentado de forma bastante satisfatória; destacando-se um conjunto arquitetônico importante e um quadro de docentes e técnicos/as-administrativos/as destacado pelo papel qualificado que exercem na região, o que tem resultado daí um número importante de discentes que realizam seus estudos na Unidade. Destaque-se como mais importante o papel que o Campus exerce no desenvolvimento social, econômico e sobretudo cultural da região. Formando a cada ano um conjunto significativo de licenciados e bacharéis, sendo que uma parte importante desses passam a atuar como profissionais na região.

Encerro esses meus breves comentários agradecendo aos colegas professores, técnicos/as-administrativos/as e discentes desse Campus tão importante para a UFPA, para o município de Breves e todo o Marajó.

Nos preparemos para a perenidade desse que, no meu ponto de vista, é o maior empreendimento institucional para o Marajó.

Viva os trinta anos do Campus de Breves! Viva a Universidade Pública.

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

Vice-reitor da UFPA

Apresentação

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE)

A mensagem institucional¹, por ocasião da comemoração em homenagem aos 30 anos do Campus Marajó-Breves, reconfigurada em alguns parágrafos abaixo, presenteia-nos com algumas memórias de nossa história. Comemoração inicialmente pensada em grande estilo, com a presença de muitas pessoas que fazem parte dessa história, mas que foi redefinida, reorganizada, em função da impossibilidade de estarmos juntos presencialmente, devido à pandemia de Covid-19. Contudo, aprendemos, e nesse período, um dos aprendizados foi nos juntar por vias remotas, e como resultado desse outro tipo de aglomeração (de saberes, experiências, conhecimentos) socializada pelo gerenciamento das redes, chegamos até aqui, o que consideramos ponto de partida para novas formas de produzir conhecimento.

Em julho do ano de 2020, o Campus Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará, celebrou três décadas do início das suas atividades com a oferta do primeiro curso de ensino superior, graduação em História, ano de 1990.

Resultado de um processo de lutas e organização da sociedade civil e articulação com lideranças políticas, ao longo de sua existência, o Campus de Breves formou historiadores(as), geógrafos(as), matemáticos(as), pedagogos(as), profissionais de letras, ciências naturais e assistentes sociais. Ofertou turmas flexibilizadas para a formação de Bacharéis em Turismo e em Enfermagem e dispõe de sua estrutura para graduações na modalidade EAD pela UFPA, Campus Belém. Pelo Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR), graduou licenciados(as) em Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Dança, Educação Física, Geografia, História, Letras-Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia e Química.

Em sua estrutura, o campus dispõe de cinco faculdades, por meio das quais oferta cinco cursos, sendo quatro de licenciatura (Pedagogia, Matemática, Letras, Ciências Naturais), e um bacharelado (Serviço Social). Em nível de Pós-Graduação, formou especialistas em diversas áreas, mestres(as) em Gestão Pública, sediou a formação de Doutores em Antropologia e, atualmente, está formando mestres(as) em Educação e Cultura.

¹ Disponível em <http://www.campusbreves.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/165-ufpa-campus-breves-30-anos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Em parcerias com municípios vizinhos tem turmas de graduação em Bagre, Curralinho, Melgaço e Portel e já formou turmas nos municípios de Anajás e São Sebastião da Boa Vista.

No decorrer dessa trajetória, o Campus Marajó-Breves entregou à sociedade mais de 2.000 (dois mil) profissionais formados e possui mais de 1.000 (um mil) discentes com vínculo ativo. Com este número de profissionais formados e qualificados por nossa universidade, temos contribuído para além dos Marajós, já que muitos(as) ocuparam seus espaços em outros estados/regiões. Outro elemento importante é que o CUMB sempre recebeu um grande número de discentes e servidores(as) de outras localidades, agregando saberes e experiências.

Diante desse contexto e com o desejo de (re)fazer-se cotidianamente na palavra, no trabalho e na ação-reflexão, que o Campus Universitário do Marajó-Breves comemora e registra parte da história de seus 30 anos de presença no Marajó das Florestas, por meio da socialização destes dez trabalhos que compõem o presente livro, produzidos nas diferentes áreas do conhecimento, por professores(as) e alunos(as) da Universidade Federal do Pará, que ao longo dessas três décadas, também se (re)fazem coletivamente, nesse projeto de desenvolvimento humano e social que é a Educação Superior no Marajó Ocidental.

A produção aqui apresentada é resultado de trabalhos de ensino, pesquisa, extensão e reflexões que permitem ratificar a importância social, política e educacional que este Campus tem nessa região e que precisa ser reconhecido e valorizado por sua comunidade e demais autoridades responsáveis pelos serviços públicos, uma vez que a educação, como nos lembra Paulo Freire, sozinha não transforma mundos, mas pessoas educadas, têm instrumentais que podem transformar e construir outros mundos, onde caibam e se valorizem as diferentes realidades, por vezes desconhecida e esquecidas pelos governantes do nosso país.

O Marajó é um desses mundos possíveis de transformações, muitas vezes esquecido, outras vezes, lembrado apenas pelas mazelas sociais, entretanto, faz-se mister ser reconhecido não apenas por suas belezas singulares na fauna e flora, mas também na sua gente, que constrói sonhos, entra na luta, e conquista seus objetivos, e um deles foi a chegada da UFPA neste chão nos anos 90. A partir daí a história ganhou outros enredos, alguns deles podem ser lidos nos escritos aqui apresentados.

Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues
Profª Dra. Sônia Amaral
Organizadores

SUMÁRIO

Capítulo 1. Os sentidos da universidade pública no Marajó: breve abordagem socio-histórica	
Carlos Élvio das Neves Paes	9
Capítulo 2. Experiências formativas no Campus UFPA/Breves: Representações de professores/as sobre o Parfor/Pedagogia na Amazônia Marajoara	
Sônia Maria Pereira do Amaral, Enil do Socorro de Sousa Pureza	21
Capítulo 3. O programa multicampisocial no campus de Breves: uma experiência intersetorial de integração de saberes (2007-2009)	
Alberto Damasceno, Emina Santos	37
Capítulo 4. Da PAX à FACSS: as lutas no território do Campus Universitário Marajó-Breves	
Gicele Brito Ferreira	47
Capítulo 5. A FACSS e os 30 anos do Campus Universitário do Marajó-Breves: intervenção social, direitos e resistência diante do aprofundamento da exclusão social	
Ana Maria Smith Santos, Eunápio Dutra do Carmo, Jacqueline T. Silva Guimarães	63
Capítulo 6. Da docência à pesquisa e extensão (2013-2020): gênero, raça, leitura e escrita	
Sandra Maria Job	79
Capítulo 7. O papel da Faculdade de Matemática da UFPA-Campus universitário do Marajó/Breves na formação de professores da região marajoara: um olhar a partir de suas ações e da produção científica de seu corpo docente	
Adriano Aparecido S. da Rocha, Robson dos Santos Ferreira, Alan Gonçalves Lacerda	95
Capítulo 8. Gênero, educação e desigualdade social em Breves no Marajó	
Cleide Carvalho de Matos, Manuelle Espindola dos Reis, Márcia Nemer Furtado	110
Capítulo 9. Plantas medicinais comercializadas na Feira Livre da cidade de Breves, estado do Pará	
Vanice Almeida da Veiga, Maria Goreti Coêlho de Souza	124
Capítulo 10. Percepções das condições de trabalho e de saúde dos professores da Educação Básica do município de Breves-Pará	
Nilcilene dos Santos Costa, Nívia Magalhães da Silva Freitas	141

Capítulo 1

OS SENTIDOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO MARAJÓ: BREVE ABORDAGEM SOCIO-HISTÓRICA

Carlos Élvio das Neves Paes¹

RESUMO

O texto propõe uma reflexão sócio-histórica das relações entre universidade e sociedade segundo a mediação entre saberes e ações e entre atores sociais na perspectiva defendida por Boaventura de Sousa Santos: são condições primárias da universidade a promoção do reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo delas, visto que a universidade é ponto privilegiado de encontro entre saberes. A universidade pode ser tomada como tradutora intercultural de demandas em sua ação de mediar relações entre ciência, sociedade e Estado (instituições políticas e sociais). O diálogo teórico com Santos enfatiza sua proposta de substituir a unilateralidade na relação entre universidade e comunidade pela interatividade entre ambas, o que se daria pelo trabalho de tradução como meio para construir a chamada ecologia de saberes como epistemologia. No contexto de internacionalização da educação superior, faz-se relevante o sentido da regionalização e localização de uma universidade culturalmente marajoara.

Palavras-chave: Universidade e sociedade. Ecologia de saberes. Marajó.

¹ Doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCH/UFPA). Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Marajó-Breves. E-mail: carlos@ufpa.br.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na obra *Um discurso sobre as ciências* (2010), Boaventura de Sousa Santos reflete sobre o pensamento de Jean-Jacques Rousseau e seu célebre *Discours sur les sciences et les arts* (1750). A reflexão do Santos evidencia o filósofo com perguntas que este propôs. Por exemplo, haveria alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida — e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade — pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, entre o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Foram essas as perguntas, simples — diz Santos —, que Rousseau fez sobre as ciências e os cientistas; e assim terão de ser as nossas, pois há necessidade premente de saber mais do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso (SANTOS, 2010).

Com efeito, como paradigma de compreensão das ciências, as epistemologias do sul defendidas por Santos propõem um diálogo entre conhecimentos cujo cerne está na justiça, na solidariedade e no respeito à diversidade. Cerne este que aponta formas de superar o pensamento “canonizador” da ciência positivista como único caminho à verdade. Sem a consequência desse movimento dialógico — que seria a ecologia de saberes —, não se chega à emancipação social em realidades periféricas como o Marajó; ou seja, esse arquipélago e sua sociedade estarão sempre à mercê de uma razão central, reguladora, indolente.

Nessa perspectiva de reflexão, questionamos: que papel pode ter a instituição universitária numa realidade de fronteira social como o Marajó? Que concepção de conhecimento guia a ação da Universidade Federal do Pará (UFPA) nas matas e margens ribeiras marajoaras? Vemos essas questões como balizas para entender o significado da universidade e os sentidos que ela produz. Tais indagações merecem um aprofundamento que vão além de idiosincrasias acadêmicas (sob pena de não se dar respostas possíveis às questões propostas por Rousseau, em 1750).

Se assim o for, então é importante saber o que pensa a sociedade (seus representantes) sobre a universidade. Do bispo emérito do Marajó, dom José Azcona (2014, entrevista), vem uma visão balizada sobre a UFPA no Marajó:

Essa instituição [a UFPA] fica longe do povo. O povo não entende que aquela seja a universidade *do* povo ou *para* o povo, ou que se interesse ou tenha algum interesse na sociedade do Marajó, na vida deles, seja no interior, seja nas grandes cidades como esta [Breves]. É um corpo estranho no conceito do povo sobre o que é universidade [...]. Na verdade, eu penso também que é um corpo estranho, é uma realidade separada, uma excrescência vinda de fora que não tem a ver com problemáticas fundamentais do Marajó [...] é necessário estudar que tipo de ensino precisa a sociedade marajoara; que tipo de homem e mulher marajoara a quem estamos oferecendo os serviços especializados de uma universidade; com quem estamos tratando [...] que tipo social é o marajoara; como entende a vida o marajoara, como entende a sociedade, como entende o trabalho, entende a natureza a ecologia. Isso normalmente não se pergunta (grifo nosso).

As questões propostas delineiam a possibilidade de sentido da ruptura epistemológica discutida por Santos (2008): a constituição da ciência moderna a partir do rompimento desta com o senso comum; o que teria levado à marginalização de outros saberes não científicos (tradicionais, populares, práticos, míticos); essa perspectiva impacta nos chamados conhecimentos locais, que enfrentam resistências da razão científica para serem aceitos como válidos, legítimos. Essa separação vem sendo questionada intra e extra universidade na premissa de que a ciência deve se desenvolver como compromisso público com a realidade que a circunda; daí se falar na possibilidade de uma segunda ruptura epistemológica, qual seja, o reencontro da ciência com o senso comum. É claro, tal possibilidade implica o reconhecimento de outras formas de saber outrora subalternizados, mas que, dados os limites da ciência, impelem a universidade a reconhecer que ela não é a única instituição produtora de conhecimentos; logo, tem de ser entendida como ponto privilegiado de encontro entre saberes (SANTOS, 2008).

É esse contexto que dá relevo à ecologia de saberes, na qual saberes diferentes dialogam, articulam-se e interagem. Aqui, é fundamental o trabalho de tradução: a ação que se desdobra sobre os saberes, as práticas e seus agentes. A tradução assumiria a forma de uma hermenêutica diatópica, diga-se, da idéia de que todas as culturas são incompletas; daí que poderiam ser completadas pelo diálogo e confronto com outras culturas. O trabalho tradutório-hermenêutico, então, consistiria em interpretar duas culturas ou mais a fim de identificar, nelas, não só preocupações isomórficas, mas também as respostas distintas que podem fornecer (SANTOS, 2002).

No tocante aos saberes, o trabalho de tradução pode ocorrer entre os hegemônicos e os não hegemônicos, assim como entre saberes não hegemônicos distintos. Igualmente, essa ação tradutória tem lugar entre práticas sociais e seus agentes: contexto em que a tradução pode esclarecer o que une e o que separa os movimentos e as práticas no que se refere a determinar possibilidades e limites da articulação ou agregação entre estes e estas (SANTOS, 2002).

Ao permitir revelar ou denunciar a dimensão do desperdício maciço de experiência num tempo presente em que a injustiça é legitimada, o trabalho tradutório, à luz de Santos, cria condições para haver emancipações sociais concretas de grupos sociais. É o tipo de transformação social que exige que os sentidos derivados dessa tradução se transformem em práticas transformadoras (SANTOS, 2002).

2 SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO MARAJÓ

O compromisso maior de uma instituição que produz conhecimento e tem por missão irradiá-lo é construir a cidadania; e sua ação tende a ser mais completa à medida que mergulhar mais na realidade social imediata, à proporção que as possibilidades de desenvolvimento pretendidas partam, necessariamente, de dentro para fora da região; e não o contrário. Nessa lógica, o sujeito-alvo da formação universitária e da ação da universidade é um sujeito de direitos também, e não só de necessidades. Essa distinção é importante porque nem sempre o Estado centralizador, através de seus organismos gestores, desenvolve políticas condizentes com as demandas sociais que traduzem *direitos*. Se isso for indício de incoerência, então também alimenta um olhar que vê “o serviço público [...] como acessório da política econômica, e o Estado como obstáculo para a modernização e o desenvolvimento” (NOGUEIRA, 1999, p. 182). Um serviço público tal não se coaduna com a noção de Estado como “ordem constitucional de relações entre a sociedade, os cidadãos e o estado”; a “ordem social, econômico e cultural da comunidade” requer não só forças sociais, mas também “intervenção nos órgãos e instituições estatais” para estabelecer a “segurança social e a justiça” (VIDAL, 2009, p. 39).

Como instituição formadora, a universidade é espaço para produzir conhecimento (via pesquisa). Conhecimento do qual hoje se espera que sustente não só teorias, mas também sociedades, mediante a construção de soluções para problemas que ainda entravam a consolidação da cidadania, as relações mais pacíficas entre sociedade e meio e a aproximação entre universidade e população. Como tal, a UFPA declara a missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento para formar cidadãos e construir uma sociedade mais sustentável na Amazônia. Tal missão afirma a instituição como agência inequívoca da formação (teórica e prática, de pesquisa e profissional) que — espera-se — ajude os cidadãos a melhorarem suas

condições de vida. No *campus* da UFPA no Marajó, em Breves,² tal missão declara que a universidade fincou raízes na região com um plano de desenvolvimento que afirma a produção, socialização e transformação do conhecimento como meio de formar *cidadãos marajoaras* aptos a construir uma sociedade sustentável e inclusiva (UFPA, 2017).

Historicamente, as necessidades nessa região ficaram restritas nas políticas públicas; o Estado quase sempre se fez presente na manutenção de escolas e serviços de saúde. Seus indicadores sociais têm sempre taxas baixas no Pará, pondo Marajó na condição de “irrelevância periférica”. Mas é provável que a instituição *universidade* chegue de alguma forma a comunidades tradicionais ribeirinhas (de um modo ou de outro, ela se relaciona com o meio circundante): a UFPA forma professores (que podem estar lecionando em escolas às margens dos rios) e se personifica na formação acadêmica do docente, em parte de sua visão de mundo; também forma profissionais da Assistência Social. Com isso, a universidade representada pelo *campus* Marajó ajuda a concretizar uma política pública-chave na região: a formação de formadores e a qualificação de trabalhadores para lidar (averiguar, verificar, diagnosticar, aferir, atestar, validar e legitimar demandas sociais). Mais que isso, a universidade pode ser tomada como tradutora de demandas e produtora de soluções em sua ação de mediar as relações entre ciência, sociedade (marajoara) e Estado (instituições e políticas sociais).

Até pouco tempo atrás, na política e na gestão pública, as relações de coronelismo se impunham ao cotidiano do homem e da mulher marajoara; os vínculos entre terra, enxada e voto permeavam — e permeiam — as relações de poder, ainda guiadas pelo clientelismo político. Tais relações começaram a mudar; e um resultado da mudança se efetivou em 2007, com a criação de um plano para o desenvolvimento territorial sustentável das ilhas do Marajó. No centro, estaria o marajoara: sujeito de seu desenvolvimento, alvo e ponto de partida insubstituível para estimular e promover a vida humana; essa liberdade do sujeito marajoara viabiliza uma ordem justa e solidária no arquipélago (BRASIL, 2007). Por isso, salientar esse protagonismo de quem vive e *habita* nos “Marajós” — e não meramente ocupa a região — pode ser uma forma de compreender o sujeito marajoara como artífice de sua história.

² O *campus* Marajó começou a funcionar em 1990, para atender à demanda de formação universitária na região de Breves-furos do Marajó. De início, os cursos ocorriam no recesso escolar, para suprir a necessidade de professores da rede pública; aos poucos, o *campus* consolida sua autonomia administrativa e acadêmica em seu objetivo de oferecer graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, regulares e intervalares; os cursos incluem Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Naturais e Serviço Social. O corpo docente tem 41 professores efetivos (mestres e doutores), 1.175 mil alunos vinculados para fazer frente aos desafios socioambientais e econômicos.

Mais que isso, esse protagonismo tem não só de marcar uma gestão orientada pela participação, mas também guiar a universidade pública em sua presença nas matas e margens ribeirinhas. Trata-se de um grande esforço acadêmico; talvez implique alinhar a concepção de universidade hoje no Marajó às demandas do marajoara; talvez suponha uma formação mais social/política no sentido de práxis,³ e menos instrucional/cognitiva. O sujeito a formar é um cidadão que deve (ser capaz de) reconhecer e exercer seus direitos máximos; para isso, depende de políticas públicas e instituições como a universidade que lhe ofereçam meios de afirmar sua condição. Se ao Estado cabe promover mudanças e impor regras em processos decisórios, então às instituições estatais cabe estar presentes como agente da transformação.

Para essas relações entre universidade e sociedade converge a reflexão feita neste texto, que as situa no contexto de atuação da UFPA no Marajó. A reflexão visa contribuir para a composição de um *corpus* de estudos mais sistemáticos que ajude a suprir lacunas na investigação acadêmica, ao menos na produção do conhecimento no *campus* de Breves. Tais lacunas se referem a saber como a universidade, com o conhecimento que produz, afeta a vida cotidiana dos rincões marajoaras, a exemplo das comunidades tradicionais ribeirinhas; sobre as formas de aproximação entre universidade e demandas socioambientais dessas comunidades mediante a diretriz da produção científica e a formação resultante de licenciaturas e bacharelado; enfim, sobre os subsídios que proporcionam às políticas públicas (de sustentabilidade territorial, por exemplo).

3 UNIVERSIDADE VISTA NO INTERIOR: ENTRE ERUDIÇÃO E TRADIÇÃO

Numa perspectiva teórica fundamental, a reflexão toca na crise de hegemonia da universidade, que Santos (2008) teoriza. Assim, embora a universidade assegure o conhecimento científico dos problemas sociais — que oferece base racional para construir soluções —, esse autor ainda vê distância entre ela e outras esferas afetadas pelos problemas sociais (cotidiano; áreas não urbanas mais remotas, por exemplo). Se assim o for, então isso replica sua supremacia e sua atuação historicamente ancoradas numa visão cognitivo-instrumental da produção do conhecimento.

No dizer de Santos (2008, p. 205), mais recentemente houve uma “invocação da responsabilidade social da universidade” na busca de soluções para “os problemas do mundo

³ Práxis aqui tem de ser entendida menos como prática, e mais como “[...] ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, conforme diz Paulo Freire (2003, p. 40); seria a ação objetiva a que corresponde uma ação subjetiva, uma “materialização” mental da ação (e — por que não? — do resultado da ação).

contemporâneo [...], até então raramente assumida”, mesmo que tais problemas sejam desdobramentos do passado e que a universidade tenha “acumulado sobre eles conhecimento preciosos”. Tal invocação ganha contornos particulares quando se trata da relação da universidade com comunidades numa realidade de fronteira social como o Marajó: onde a política de organização social e territorial é marcada por uma história de dominação: de relações patronais que fizeram as pessoas empregadas aceitarem imposição de condições de vida, de “donos da terra”, que impõem entraves à participação associativista e outras possibilidades de intervenção.

Traduzir demandas e propor possibilidades múltiplas de intervenção pode ser ação da sala de aula, da pesquisa e, sobretudo, da extensão estrategicamente orientada ao desenvolvimento humano e social. Mas só o será se — diria Santos (2008) — a racionalidade moral-prática e a racionalidade técnico-expressiva se sobrepuserem à racionalidade cognitivo-instrumental ainda dominante. Noutros termos, a prática acadêmica tem tanto de presumir o fazer extra-acadêmico — porque este veicula, ainda à luz de Santos (2008), outras formas de conhecer — quanto se abrir à expressão de comunidades alheias à universidade e ao Estado, muitas vezes detentoras de certos conhecimentos resultantes de outras formas de saber. Afinal — diria Santos —, a universidade deve ser ponto privilegiado do encontro entre saberes.

De fato, o projeto de interiorização da UFPA⁴ pode ser lido como uma tradução dessa abertura de que fala Santos (2008); isto é, de uma significação na realidade objetiva, no cotidiano, na prática corriqueira de uma concepção teórica: a política educacional pública que criou *campi* em cidades do interior paraense, inclusive o Marajó. Dentre interpretações cabíveis para essa ação, uma é que foi o primeiro grande passo para descentralizar a UFPA e aproximá-la das demandas regionais. Com o objetivo inicial de minimizar o déficit de professores leigos atuantes no estado, a interiorização produziu outra lógica acadêmica para subsidiar a iniciativa. As mudanças ocorreriam dentro da universidade e fora. Por exemplo, currículos teriam de ser adaptados ao funcionamento das atividades acadêmico-letivas, que seria por etapas no recesso escolar, quando o público-alvo principal — professorado das redes estadual e municipal — teria tempo para se dedicar aos estudos como graduandos.

⁴ No Pará da segunda metade dos anos de 1980, um projeto educacional, social e acadêmico deu início a um processo de interiorização da Universidade Federal do Estado, a UFPA. Até então, mais à mão a quem conseguia residir em Belém. A fim de levar formação acadêmica a regiões estratégicas de modo a minimizar o déficit de professores atuantes sem o perfil de formação exigido, a Universidade deu um passo central para democratizar o acesso à educação e fazer da instituição um bem público do Pará, e não só da capital. De início, Altamira, Abaetetuba, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure, na ilha de Marajó, abrigaram oito *campi*. Cada *campus* surgiu com a missão de produzir e irradiar o conhecimento: fundamental para alavancar indicadores sociais e educacionais num estado aquinhoado com riquezas naturais potentes, mas ainda periférico no que se refere a transformá-las em benefício para os paraenses.

Igualmente, docentes da UFPA atuantes no projeto teriam de se adaptarem ao deslocamento entre os *campi* localizados em regiões geoadministrativas diferentes do estado.

Cabe supor que uma nova identidade começava a se forjar na UFPA e entre seus professores. Essa identidade se materializaria nos vínculos simbólicos criados com o local, numa relação que, a princípio, poderia ser tida como verticalizada, pois a academia chegava com seus saberes e sua ciência, para “impô-los” aos não iniciados do local. Houve choque de culturas: a cultura associada com o conhecimento científico e a erudição; a cultura associável com o saber popular e a tradição. Lidar com o local foi um aprendizado gradativo para a universidade em sua pretensa universalidade. É provável que o elemento local não lhe fosse desconhecido; isto é, que discursivamente as mazelas - e as demandas sociais delas advindas - permearam redes discursivas construídas.

Dessa vez, porém, o nível de aprofundamento no conhecimento da realidade local teria de envolver educação, pesquisa e extensão - sobretudo a primeira. Noutros termos, demandava mergulhar a fundo nas comunidades formadas em meio a ilhas e rios. Da centralidade universitária de Belém, a universidade saía para o interior, para a periferia, onde seria contaminada pelo cotidiano sociocultural diverso do estado, incluindo a imersão nos problemas de projeção regional que os laboratórios e as salas de aula não conseguiam captar com precisão. As idiossincrasias reinantes emperrariam a lida com o novo modelo de universidade. O desafio de levar o conhecimento a localidades embrenhadas no interior e, aí, promover o desenvolvimento social, econômico e político era amazônico, isto é, exigiu uma logística sem precedente na história da educação universitária no estado.

Com efeito, a transposição de fronteiras geográficas foi, também, cultural. A cultura acadêmica se introduziu na cultura do senso comum; e este se introduziu naquela por meio dos alunos que justificaram a abertura dos *campi*, pois muitos eram profissionais atuantes, detentores de saberes docentes não sistematizados, mais intuitivos, derivados mais da prática.⁵ Igualmente, provocou debates no meio acadêmico, levantados por vozes contrárias ao projeto, porque viam nele uma universidade paralela incapaz de assegurar a qualidade da missão a que

⁵ Em estudo anterior, radiografamos a docência em classes ribeirinhas do município de Breves, que parece exemplificar os saberes com que chegam os professores às salas de graduação em Pedagogia. “Com efeito, na classe multisseriada ribeirinha, as soluções educacionais para os problemas do dia a dia dependem não só da técnica; a prática docente se embasa mais na ação entre sujeitos do que na teoria de formação; docentes e discentes medeiam o processo de ensino e aprendizagem, isto é, a relação não só entre sujeito e objeto, mas também entre sujeitos: discentes mais adiantados ajudam o alunado novato no processo de introdução em um mundo cultural – adulto. Ao fortalecer essas interações, a docência em classes multisseriadas pode criar possibilidades reais de aprendizagem pela troca de experiência pessoal em ações coletivas, pelo sentido da participação ativa no processo de ensino e aprendizagem que relativiza as posições socioeducacionais na sala de aula entre professor, aluno e aluno que medeia aprendizagem de colegas” (PAÊS; ALMEIDA; LEITE, 2013, [s. p]).

se propunha; uma universidade cheia de problemas em Belém seria mesmo capaz de se estruturar em oito *campi* avançados na imensidão do Pará?

Foi uma ousadia. Exigiu “resistência, inventividade, coragem e esperança”. Mas num contexto cujo apoiador-chave era um dos maiores interessados na iniciativa: o governo do estado. A tal ponto que a UFPA dava esse passo sem respaldo financeiro do Ministério da Educação. O contexto político vivido à época — os anos 1980 — favoreceu as discussões no interior da universidade sobre sua identidade como “universidade da capital”.

Os anos de gestão do Prof. Dr. Jose Seixá Lourenço representou esse processo de mudança gradual pelo qual a UFPA passou. Foram anos importantes para a disseminação da pesquisa, para o fortalecimento das unidades acadêmicas, em especial ao NAEA e os Centros que passaram pela descentralização administrativa e por maior autonomia, os quais mesmo em tempo de crise e recessão econômica, levaram a universidade a aperfeiçoar seu processo de redemocratização e garantir as bases para um processo de descentralização do ensino superior no Estado, com o início dos debates sobre a interiorização e implantação do sistema em 1986 (FONTES, [s. d., s. p.]).

Segundo Edilza Fontes (s. d.), as dificuldades e os desafios por que passou a UFPA em seus propósitos de levar a universidade ao interior não a impediram de implementar o sistema, ainda que em etapas. Descentralizar as atividades de Belém, ampliar o atendimento para uma parcela significativa da população, fixar pessoas especializadas no interior e adequar a atuação das instituições às necessidades da Amazônia, tudo seria não só tarefa difícil, mas também uma contribuição para reforçar e ampliar o comprometimento da instituição com o desenvolvimento regional. A base administrativa e discursiva, ancorada em um processo de descentralização interna em andamento, além da necessidade de democratizar o ensino universitário — ou seja, superar o caráter central e algo elitista que marcava a UFPA —, impulsionou a interiorização, lançando as bases para o futuro da instituição: a universidade multicampi.

Desenhada para funcionar como universidade-rede, a universidade multicampi presumiu que os *campi* cooperariam mutuamente, num arranjo acadêmico inovador que permitiria flexibilizar os cursos e usar recursos midiáticos para desenvolver educação à distância. Mais que ampliar a mobilidade docente e discente, isso possibilitaria definir espaços de atuação dos *campi* nos territórios com participação maior dos coordenadores dessas unidades nas ações de planejamento e gestão universitários. Exemplo seria a abertura de graduações nos *campi* com transferência de vagas entre eles. Tal ação poderia minimizar a migração discente, assim como viabilizar a pós-graduação no interior, de modo a qualificar docentes no local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA, 2003).

Essa nova configuração de universidade estabeleceria uma teia de relações acadêmicas que colocaram a UFPA com unidades avançadas em todas as mesorregiões do estado.⁶ No modelo multicampi, em tese, não existe sede principal como antes: todas as unidades têm esse status; o que as iguala politicamente, pelo menos na teoria. A questão é que, assim como as mesorregiões, os *campi* apresentam diferenças expressivas. A pretensa universalização da universidade não é equânime. Condições geográficas, políticas, econômicas e estratégicas dificultam o equilíbrio entre as unidades.

Ao menos três categorias podem ser visíveis na composição do modelo multicampi: os considerados maiores - Belém, Santarém, Marabá, Bragança, Castanhal e Altamira; os tidos como intermediários - Abaetetuba e Cametá; e os vistos como menores — Soure e Breves. O desmembramento da UFPA, fruto da opção estratégica por um modelo de universidade multicampi levou à criação, a partir dos campi de Santarém e Marabá, respectivamente, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em 2009 e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) em 2013⁷.

As desigualdades regionais, desafio social e político do estado, tornam-se o desafio-mor da UFPA na tentativa de minimizar impactos no fazer acadêmico dos *campi*. Se o binômio capital–interior foi superado, então agora a obra seria tentar uniformizar a estrutura física, o quadro docente e técnico, a produção acadêmica, os recursos para manutenção, os cursos ofertados. Nesse caso, como estabelecer sinergias para administrar recursos humanos e materiais; como conseguir a ação política que consagre a educação, a pesquisa e a extensão como princípios basilares da universidade e assegurem sua qualidade ante tamanhas assimetrias? Invariavelmente, prioridades seriam estabelecidas, e a preponderância do critério importância regional e do tipo de densidade econômica e populacional subverteria o princípio da inserção social prevista na essência do projeto de interiorização.

⁶ Região Metropolitana de Belém, campus Belém; região do baixo Amazonas, campus de Santarém; região do nordeste paraense, campus de Abaetetuba e Cametá; região do Marajó, campus de Soure na parte oriental na baía do Marajó e Breves na região de ilhas; região sudoeste paraense, campus de Altamira; e região sudeste paraense, campus de Marabá; dentre outras.

⁷ Nessa perspectiva o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2025 da UFPA, sinaliza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX) com sede em Altamira, Universidade Federal do Nordeste do Pará (UFNEPA) com sede em Bragança e Universidade Federal da Amazônia Tocantina (UFAT) a partir dos campi de Abaetetuba e Cametá.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Idiossincrasias à parte, são inegáveis e extraordinárias as consequências positivas do avanço da universidade rumo aos rincões do Pará. Iniciativa de pretensões político-ideológicas — afinal, a UFPA (trans)forma realidades —, a interiorização mudou culturalmente a própria universidade. Por dentro, ela teve de se reinventar para convencer a si mesma de sua possibilidade; por fora, criava-se e materializava-se a utopia da universalidade do conhecimento dito de nível superior. Física e academicamente, a universidade ia ao encontro das comunidades e suas culturas; e do encontro, saíam as relações entre universidade e sociedade, a se desenvolverem noutros patamares, para os quais novas formas de relação com a comunidade teriam de ser criadas.

Essas realidades são em si “múltiplas e complexas, polifônicas e multifacetadas, essencialmente contingente, fluida permitindo inúmeros *starting points* as suas abordagens [...], exige[m] exercícios insubstituíveis de interpretação de uma hermenêutica” (MELO, 2004, p. 93). Esse exercício hermenêutico será necessário porque a universidade, habituada a lidar com o cotidiano urbanocêntrico, terá agora de interagir com fronteiras sociais, educacionais e culturais absolutamente diversas de sua realidade outrora central. A UFPA terá de apreender a realidade social, objetiva, como se fosse um texto (MELO, 2004), fluido e repleto de significados, tradições, histórias, memórias e ideologias. A universidade produz no tempo histórico o conhecimento e tenta traduzir nos seus “textos” as suas percepções, os seus “rumos”, a sua ciência. A questão é saber se ela conseguirá traduzir o “contexto” ou situar-se nele através de suas ações que derivam daquilo que os seus marcos reguladores — planos de desenvolvimento, estatutos e regimentos — estabelecem. Eis o desafio.

Talvez seja o momento de reconhecer a sociedade civil como produtora do conhecimento; e que as organizações dessa sociedade devam ser aceitas como parceiros em pesquisa e inovação voltadas ao interesse público. Cabe à UFPA–Breves incentivar o interesse da participação dos cidadãos e de organizações da sociedade na investigação baseada na comunidade e nos processos políticos de tomadas de decisões; e mesmo que ainda haja um longo caminho até que os cidadãos e as organizações sociais sejam totalmente aceitos como parceiros úteis à produção do conhecimento e a sua utilização para melhorar as condições de vida.

REFERÊNCIAS

- AZCONA, José Luiz. Breves (PA), 28 de maio de 2014. Entrevista concedida Carlos Élvio das Neves Paes.
- BRASIL. Grupo executivo interministerial/Grupo executivo do Pará. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó**. Decreto federal de 26 de junho de 2006; decreto de 30 de junho de 2007.
- FONTES, Edilza. **UFPA — uma universidade multicampi**: 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará. Projeto de pesquisa apresentado à reitoria de extensão da UFPA. Belém, [s. d].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MELLO, Alex Fiúza de. **A arquitetura do mundo e a engenharia dos conceitos**: sobre os fundamentos metodológicos de Max Weber. Belém: Ed. UFPA; Bauru: Edusc, 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O outro lado da reformado Estado**, 1999. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=309>>. Acesso em: 3 jan. 2013.
- PAES, Carlos Élvio das Neves; ALMEIDA, Célia Maria de Castro; LEITE, Etiene Lobato. **Docência em classes multisseriadas ribeirinhas** — Breves, PA, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, out. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice** — o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA. **Universidade multicampi e desenvolvimento regional** (documento-síntese baseado no plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará 2001–10 e no documento Universidade *Multicampi*: um Projeto para o Desenvolvimento do Estado do Pará). Belém, fevereiro 2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário do Marajó-Breves/PDU 2017–20**. Belém, setembro de 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA. Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2016–25**. Belém, 2016.
- VIDAL, Josep. **Transformações do Estado contemporâneo**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/naea/pdf.php?id=262>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

Capítulo 2

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO CAMPUS UFPA/BREVES: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES/AS SOBRE O PARFOR/PEDAGOGIA NA AMAZÔNIA MARAJOARA

Sônia Maria Pereira do Amaral¹
Enil do Socorro de Sousa Pureza²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar os resultados da pesquisa que teve como tema “Representações de professores/as sobre as experiências formativas do PARFOR/Pedagogia no Marajó”, no Campus Universitário do Marajó-Breves. Com os objetivos de compreender as representações que professores/as-formadores/as do PARFOR, fizeram sobre o funcionamento acadêmico do Curso de Pedagogia no Marajó, das suas atuações e da atuação dos/as professores/as-alunos/as. Assim como, conhecer metodologias utilizadas no processo de ensino. Identificar dificuldades encontradas para a formação, além de verificar as contribuições dessas experiências formativas para a formação em serviço do/a professor/a-formador/a. Os procedimentos metodológicos de investigação foram de base qualitativa, buscando interpretar e compreender expectativas, sentimentos, valores, que não podem ser quantificados. Os/as interlocutores/as foram oito professores/as-formadores/as que estiveram com as turmas de Pedagogia desde o início, no ano de 2010, no Campus/polo Breves. Para a coleta de dados utilizamos o questionário. A fundamentação teórica teve como base os estudos de Freire (1996), Libâneo (2013), Pimenta (1998), Tardif (2000), dentre outros que discutem e analisam a formação docente. Os resultados indicaram que o PARFOR/Pedagogia trouxe mais que conhecimentos acadêmicos, por meio dele, produziram-se novas formas de ver, pensar e fazer educação na região marajoara, tanto para quem veio em busca de formação, quanto para os/as professores da Faculdade de Educação do Campus de Breves. As experiências de ambos se entrelaçaram no movimento teórico-prático, num processo reflexivo de partilha, onde saberes foram revistos e confrontados diante da multiplicidade de novos saberes produzidos que teve como base o chão da escola vivida.

Palavras-chave: Campus Universitário do Marajó-Breves. Experiências formativas. PARFOR.

¹ Doutora em Antropologia – PPGA/UFPA, Pedagoga, Professora do quadro efetivo da UFPA, Campus Universitário do Marajó–Breves, Faculdade de Educação e Ciências Humanas. Experiência como coordenadora do PARFOR no polo Breves, dos anos de 2010 a 2013 e professora nas turmas de Pedagogia ofertadas nos municípios marajoara - Breves, Bagre, Melgaço e Portel, Ponta de Pedras, Soure e São Sebastião da Boa Vista. soniamaral@ufpa.br <http://lattes.cnpq.br/5545758647257549> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2537-0377>

² Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Doutorando em História – PPHist. Licenciado em Pedagogia e História. Professor do quadro efetivo da UFPA, Campus Universitário do Marajó–Breves, Faculdade de Educação e Ciências Humanas. Com experiência nas disciplinas: História da Educação, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Atuou como professor no PARFOR nos municípios de Breves, Bagre, Melgaço, Portel, Ponta de Pedras, Soure e São Sebastião da Boa Vista. enil@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

O Marajó é um arquipélago exuberante e ao mesmo tempo marcado por contradições. De um lado, as riquezas de sua fauna, flora e um povo alegre e lutador por sua sobrevivência; de outro, encontram-se as mazelas sociais, resultado de poucos investimentos em políticas públicas nesta região. Entretanto, mesmo em meio a muitas dificuldades, mais acentuadamente as socioeconômicas e educacionais, apontadas pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a educação formal vem ganhando qualidade com o avanço na formação docente.

Deste lado do Marajó Ocidental, além da oferta do ensino básico, desde a década de 90, com a chegada da Universidade Federal do Pará- UFPA em Breves, inicialmente com cursos flexibilizados pelo Campus de Belém e a partir de 1995, com a implantação da primeira turma regular (Pedagogia), o processo de formação docente ampliou-se, pois os cursos de licenciatura (Letras, Ciências Naturais, Matemática e Pedagogia) passaram a fazer parte do Núcleo de Breves (Campus Soure), que com o novo Regimento Geral da UFPA, no ano de 2006, foi elevado à categoria de Campus Universitário do Marajó-Breves.

O Curso de licenciatura em Pedagogia, ao ofertar a sua primeira turma em 1995, trouxe, principalmente para o Marajó a qualificação e a transformação dessa região no contexto educacional, conseqüentemente reverberou em outras áreas da vida social, pois a partir da formação de professores/as, tem-se um outro cenário de profissionais da educação que passaram a ocupar qualificadamente os cargos e funções das instituições educativas nos diversos municípios dessa região, como exemplo, o próprio Campus de Breves, que na sua Coordenação geral, teve e atualmente tem um ex-aluno oriundo deste curso como coordenador geral, assim como os/as diretores/as da Faculdade de Educação e aproximadamente 80% dos seus professores/as, doutores/as, também são ex-alunos/as, do Curso e deste Campus.

Diante deste cenário de qualificação profissional, nos propomos a discutir no presente trabalho as contribuições da formação de professores – curso de Pedagogia, no contexto do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, coordenado pela Universidade Federal do Pará - UFPA, no Campus Universitário do Marajó-Breves – CUMB.

O PARFOR³ iniciou suas atividades no polo da cidade de Breves no ano de 2010. As turmas foram formadas por professores/as de diferentes municípios que compõem o arquipélago⁴ marajoara. Essa ação como política pública, foi e é de grande importância para essa região, e como no início desse processo estávamos na função de coordenadora acadêmica do CUMB e coordenadora local do PARFOR, percebemos por parte da comunidade interna, quanto da comunidade externa à educação, muitas inquietações a respeito do plano, do seu funcionamento, o que me motivou a pesquisar sobre as representações de professores/as sobre as experiências formativas do PARFOR no Marajó, com o objetivo de compreender que representações fizeram/fazem os/as professores/as formadores/as do PARFOR/Pedagogia sobre o funcionamento acadêmico do Curso de Pedagogia no Marajó, das suas atuações e da atuação dos(as)professores(as)/ alunos/as. Assim como, conhecer metodologias utilizadas no processo de ensino para a aquisição de novas aprendizagens. Identificar dificuldades encontradas para a formação, além de verificar as contribuições dessas experiências formativas para a formação em serviço. Do resultado desta pesquisa, elaboramos o presente artigo.

Os estudos partiram da premissa de que não basta fazer críticas ao não acesso às políticas públicas, nem tão pouco participar delas sem avaliar os seus resultados no contexto em que foram empregadas. Precisamos investir em pesquisas na área educacional que nos mostrem os caminhos trilhados, seus resultados, seus significados e os impactos na vida das pessoas, nesse caso, na formação docente e na melhoria da qualidade da educação ofertada no Marajó. No decorrer de 10 anos de implementação de suas ações (2010 – 2019), o PARFOR Pedagogia trouxe para o polo Breves 10 (dez) turmas, distribuídas nos anos e municípios, conforme quadro abaixo, que descreve o número significativo de professores já formados no curso, sem contar com os que encontravam-se em trabalho de conclusão de curso e os que fazem parte da turma em andamento.

³ Decreto 6.755 de 29/01/2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e municípios brasileiros.

⁴ Municípios que fazem parte do arquipélago marajoara: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Muaná, Melgaço, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz do Arari, Soure, Ponta de Pedras e Portel.

Quadro 1 - Turmas do PARFOR por municípios e anos de oferta

Nº	Município	Ano da oferta e de conclusão	Nº de turmas	Número de concluintes
01	BREVES	2010/2014	02	39
01	BREVES	2014/2018	02	21 ⁵
02	S. S. DA BOA VISTA	2010/2014	01	31
03	PONTA DE PEDRAS	2010/2014	01	29
04	PORTEL	2011/2015	01	25
04	PORTEL	2014/2018	01	34
05	MELGAÇO	2014/2018	01	21
06	BAGRE	2018	01	em andamento
			TOTAL: 10	TOTAL: 200

Fonte: FECH-CUMB, Coordenação Geral Pedagogia/PARFOR e Atas de outorga de grau. Organização dos pesquisadores, ano 2019.

Os dados são de extrema relevância, à medida que apresentam um número considerável de profissionais formados pelo PARFOR/Pedagogia e entregues a essa região, os quais (de acordo com os contatos que ainda mantemos com eles), tornaram-se gestores de escolas, técnicos em secretarias de educação, coordenadores pedagógicos e os demais continuaram professores, com exceção para os casos de muitos contratados; esses, nem todos conseguiram trabalho ao concluir o curso. Temos também um caso de um ex-aluno, que após processo seletivo, tornou-se professor substituto no Campus de Breves. São exemplos de contribuições deste Plano à educação e a mudança na vida das pessoas que dele fizeram parte.

Faz mister lembrar, que as turmas funcionaram nos municípios citados acima, entretanto, os/as professores/as- alunos/as também vinham de outras localidades, como exemplo, uma acadêmica da cidade de Soure, que estudou em Breves. Embora a distância, entre 14h a 18h de viagem de navio/barco, fazendo parada em Belém. Essa professora-aluna, fez pelo menos 18 viagens nesse percurso e concluiu com êxito o seu curso de licenciatura em pedagogia. Esse é apenas um caso dentre muitos que poderiam ilustrar a trajetória desses e dessas profissionais que muito lutaram para garantir a formação docente.

2 METODOLOGIA

Pesquisar também é um ato de resistência, para quem trabalha nas ciências humanas nas universidades públicas. Muito se percebe nos meios externos à academia – às vezes, até

⁵ Ainda há alunos em fase de conclusão de curso, principalmente na produção de Trabalhos de Conclusão – TCC.

internamente, é a visão de que não fazemos pesquisa, equivocadamente ainda há quem pense que nas ciências humanas o saber deve ser apenas “transferido”, o que provavelmente não deixa de ser uma forma de prevenção para que a transformação social não aconteça; no entanto, por meio da pesquisa em educação,

O professor precisa encarar a figura tipicamente crítica na sociedade, que a tudo sabe questionar para melhor participar. Não engole a política vigente sem perceber, não toma as relações econômicas como intocáveis, não se conforma com as mazelas de nossa democracia, alimenta sempre a cidadania organizada e crítica, busca melhorar de vida e de competência, e assim por diante (DEMO, 2007, p. 12-13)

A pesquisa é um processo de produção de conhecimento para a compreensão de uma realidade (TOZONI-REIS, 2009), nós que fazemos parte de uma realidade que muda a cada segundo, não podemos nos abster de adentrar neste campo de produções que nos encaminha para a compreensão dos nossos saberes-fazer, no político, social, cultural e educacional..., onde o conhecimento precisa ser refletido, para além da compreensão e transformação do mundo, para Luckesi (1985) “como uma necessidade para a ação, e ainda, como elemento de libertação”.

Dessa forma, para dar conta dos objetivos da pesquisa, utilizamos os procedimentos metodológicos de investigação de base qualitativa, pela preocupação com o universo de significados, com uma realidade que não pode ser quantificada (MINAYO, 2001). Nessa mesma linha, também nos referendamos em Tozoni-Reis (2009), pois “defende a ideia de que na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos do que descrevê-los”.

Os/as interlocutores/as deste estudo foram 8 (oito) professores/as que trabalharam com as turmas de Pedagogia/PARFOR desde o seu início, no ano de 2010, no Campus/polo Breves, sendo esta última informação, o critério adotado para a escolha dos professores. Os professores e professoras, são naturais de municípios do Marajó, vêm de formação acadêmica em instituição pública – precisamente, todos fizeram suas graduações no Campus de Breves.

Como instrumento para a coleta de dados utilizamos o questionário – com questões abertas e fechadas, com o propósito de “obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passado etc. (GIL, 2008), voltados às experiências formativas no PARFOR e também por ser este, um instrumento que possibilita, tanto o pesquisador, quanto seus interlocutores trabalharem de acordo com o limite de seu tempo, haja vista estarmos falando de pessoas com inúmeras demandas do cotidiano e a dificuldade em reuni-las presencialmente. Dessa forma

aliamos esse instrumento a tecnologia (e-mail), tendo em vista que na era das tecnologias, nos encontramos mais virtualmente que pessoalmente. As análises dos dados, foram realizadas tendo como base estudiosos que discutem e analisam a formação docente, dentre eles: Freire (1996), Libâneo (2013), Pimenta (1998), Tardif (2000), dentre outros que nos ajudaram na compreensão dos resultados dos nossos objetivos.

Dessa forma, ratificamos a relevância deste trabalho que terá como eixos de discussão: o perfil dos/as professores/as-formadores/as; as metodologias mais utilizadas no processo de formação, conjugando com as experiências docentes que chegavam com os(as) alunos(as) por suas vivências no magistério; as principais dificuldades acadêmicas enfrentadas pelos/as professores/as-alunos/as, fazendo o contraponto com as contribuições que esses profissionais trouxeram para o enriquecimento da prática do/a professor/a-formador/a e por último, uma análise da presença do PARFOR/Pedagogia no Marajó – polo Breves.

3 METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM AS EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES/AS-ALUNOS/AS

No processo de formação docente, as metodologias de ensino ganharam importância pela necessidade que o professor tem em dirigir e estimular o ensino em função das aprendizagens (LIBÂNEO, 2013), nesse sentido, buscamos conhecer as metodologias trabalhadas pelos professores/as-formadores/as. Todos indicaram que em seus trabalhos utilizaram-se de metodologias de ensino individualizante e socializantes, dentre elas: trabalhos individuais e em grupos, aulinhas, seminários, produção de recursos didáticos, produção de jogos pedagógicos, produções escritas, além de atividades que possibilitaram o estudo do meio, atividades de extensão e pesquisas. Uma professora-formadora assim respondeu: “Procuro trabalhar todas as atividades de modo que proporcione ao aluno obter êxito na aprendizagem. Em todas as disciplinas estabeleço as atividades observando três dimensões: a escrita, a leitura e interpretação e a oralidade”.

A partir destas respostas, podemos analisar que metodologicamente a formação não deixou de lado o tripé: leitura, escrita e oralidade, indispensáveis como habilidades à formação docente, uma vez que todo professor/a, necessariamente precisa dessas habilidades para garantir que a formação docente se faça de maneira sólida, especialmente por meio da leitura, que é acima de tudo, uma ação cidadã (ALMEIDA, 2010), por onde se pode ver e

construir um novo mundo, uma vez que ler, é ser questionado pelo mundo e por si mesmo. É a possibilidade de diálogo para além do tempo e do espaço (MARIA, 2008).

A exemplo do êxito dessas atividades, estava o desenvolvimento das jornadas pedagógicas, que aconteciam entre as etapas⁶. Eram resultados de atividades de extensão e pesquisa, onde os professores-alunos/as, levavam projetos às suas comunidades, executavam e os resultados eram socializados entre todas as turmas de pedagogia, sob a coordenação de um/a professor-formador/a e uma banca de avaliação composta pelos professores/as do período em que os trabalhos foram orientados. Os temas eram direcionados de acordo com as disciplinas estudadas

Dessa forma, os resultados em relação às metodologias indicaram que a organização e a escolha dos métodos de ensino, voltavam-se para a garantia da assimilação dos conhecimentos e condições para ampliação das capacidades potenciais dos professores(as)/alunos(as), o que não é algo inédito, mas significa que o objetivo do curso foi atingido.

4 DIFICULDADES ACADÊMICAS E O CONTRAPONTO NAS CONTRIBUIÇÕES À PRÁTICA DO/A PROFESSOR/A-FORMADOR/A

O fato de sair de seus municípios e/ou da sua localidade, deixando por longos 60 dias - semestralmente, suas casas, cônjuges, filhos..., já era um motivo para percebermos a dificuldade de muitos professores-alunos/as na sala de aula, pois a adaptação em outra localidade, nem sempre é fácil, seja por questões particulares de convivência com outras pessoas fora da família, da dificuldade de voltar à sala de aula em tempo integral, haja vista, muitos estarem distantes dessa experiência como alunos/as, há mais de 10 anos, ou pelas condições financeiras, que por inúmeras vezes fez com que muitos deles/delas até se desesperassem em saber que no período em que estavam estudando, particularmente os/as contratados/as pelos municípios, eram destratados de seus trabalhos.

Essa experiência de lidar com pessoas, que ao mesmo tempo que precisavam se profissionalizar, mas se sentiam “presas” por estarem fora de seus domicílios, de onde poderiam lutar por uma contratação de trabalho, foi desafiante no decorrer desse trajeto, uma vez que a responsabilidade da coordenação da formação e dos professores-formadores/as, era

⁶ As aulas aconteciam nos períodos intensivos – janeiro/fevereiro, julho/agosto, no espaço de um período para outro, quase sempre nos meses de maio e novembro, aconteciam as atividades nas chamadas entre etapas, dentre elas as jornadas pedagógicas

oferecer/ministrar o curso com qualidade, garantindo que a carga horária fosse cumprida satisfatoriamente – 2ª feira a sábado, mas inúmeras vezes, o que se via era o desespero dos/as professores/as-alunos/as, querendo e até pressionando os professores para que a disciplina terminasse na 6ª feira para poderem voltar aos seus municípios e “correr atrás de trabalho”, do contrário, teriam a formação e não teriam trabalho, o que traria como consequência a evasão ao curso pela falta de condições financeiras para se manter nos estudos.

O que presenciamos no decorrer dos anos (2010-2013), na coordenação local, foram diferentes atitudes dos gestores municipais (das secretarias de educação); por uma lado vimos o respeito de alguns gestores que alugaram casas em Breves para que seus munícipes pudessem realizar a formação sem a preocupação com moradia, além da participação deles nos eventos promovidos pela coordenação local – seminários, fóruns, mas foram casos isolados. Por outro, o desrespeito de outros gestores que se aproveitavam da ausência dos professores que estavam em formação para tirar-lhes o trabalho e dar a outros como “benefício político partidário” – caso específico para os contratados. Para os efetivos, não foram poucas as vezes que presenciamos professores-alunos, chorando nos corredores da escola, pelos descontos em seus contracheques, em virtude dos dias que estavam estudando. Todas essas situações, os/as fragilizavam de maneira, direta ou indireta, entretanto, o professor-formador(a), é/era o agente educacional que carregava as marcas desses seres humanos, nas suas individualidades, pois,

Os seres humanos têm a particularidade de existirem como indivíduos. Mesmo que pertençam a grupos, a coletividade, eles existem primeiro por si mesmos como indivíduos. Esse fenômeno da individualidade está no cerne do trabalho dos professores, pois, embora eles trabalhem com grupos de alunos, devem atingir os indivíduos que os compõem, pois são os indivíduos que aprendem (TARDIF, 2000, p.16).

Dessa forma, cabia aos formadores/as, a responsabilidade de motivá-los para que não perdessem a esperança, e suas aprendizagens, era o caminho para a construção de novas conquistas, mesmo sabendo que “os problemas educacionais não podem ser resolvidos apenas pedagogicamente, pois eles vão além da escola, são determinados, também, pela sociedade e, muitas vezes, nascem de transformações comuns das sociedades” (SOUZA, 2014, p. 83).

Todo esse imbróglio, interferia, mas não determinava a qualidade dos trabalhos acadêmicos realizados. Para os(as) professores(as)/formadores(as), um dos pontos fortes desse processo formativo, foram as somas das experiências docentes, desde, dos que tinham poucos anos de serviços, a dos que em sua trajetória carregavam histórias – educadores, como bem

disse Rubem Alves (2000), velhas árvores, que com seus saberes rizomáticos, ajudavam na construção de outras e/ou novas práticas, valorizadas no cotidiano da formação, conforme afirmou a professora/formadora, E (2019), ao dizer que, “essa experiência não poderia ser silenciada ou dada pouca importância. Então, em minhas aulas sempre procurei, nos momentos de leitura, diálogo e debate, articular teoria e prática, tendo a experiência dos docentes/alunos como ferramenta básica nessa relação”.

Tais respostas nos remetem ao que Tardif (2000) nos fala sobre os saberes profissionais dos professores que são plurais e heterogêneos.

Em seu trabalho, um professor se serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida e de sua cultura escolar anterior; ele também se apoia em certos conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como em certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional; ele se apoia também naquilo que podemos chamar de conhecimentos curriculares veiculados pelos programas, guias e manuais escolares; ele se baseia em seu próprio saber ligado à experiência de trabalho, na experiência de certos professores e em tradições peculiares ao ofício de professor (TARDIF, 2000, p.14).

Outro professor formador, descreveu o que mais lhe chamou a atenção nesse processo de formação docente, entrou no contexto biocultural desta região e mostrou o quanto temos que aprender com a nossa diversidade, num processo dialógico de formação de leitura do mundo, com a leitura da palavra, conforme afirma:

A riqueza da diversidade humana que se tem na Amazônia Marajoara, em especial na sua parte do ocidente do Marajó, além da vitalidade profissional em levar aos alunos – fosse da realidade rural ou urbana marajoara, novos horizontes com o desenvolvimento da função da leitura e escrita em diferentes práticas sociais do mundo moderno (PROFESSOR-FORMADOR J, 2019).

Os demais professores/as-formadores/as, corroboraram com a afirmativa dos colegas e acrescentaram que foi nesse movimento teórico-prático onde as experiências foram revistas e confrontadas, por meio dos sentidos e significados das teorias estudadas, que os/as professores-alunos/as passaram a ampliar as suas compreensões em relação ao contexto educacional e social. Nesse sentido, os/as formadores/as afirmaram que em todas as disciplinas procuraram articular as discussões e todo o processo de ensino/aprendizagem, às experiências e realidades dos alunos, o que contribuiu também para as suas formações em serviço.

No trabalho com cada temática eu buscava sempre iniciar com um diagnóstico do que eles já conheciam a respeito dela; posteriormente partíamos para os estudos em torno dos autores de referência em cada campo; e, por fim, retornávamos ao início para buscar diagnosticar o que os estudos realizados na disciplina lhes havia acrescentado em relação às temáticas estudadas (PROFESSOR-FORMADOR M, 2019).

Quando o professor diz que primeiramente fazia diagnóstico dos conhecimentos para dar continuidade utilizando os referenciais teóricos da disciplina, encontramos aí a responsabilidade com a produção de conhecimentos, pois como afirma Rays (1996, p. 37) “o conhecer é, portanto, uma ação que não exclui a teoria da prática e a prática da teoria, ao tratar de problemas concretos em suas relações históricas”. Esse ato relacional auxilia num processo de ensino que vai além do proposto nas ementas disciplinares, promove os professores–alunos/as, a categoria de autores também de teorias, já que elas são produzidas no pensar das práticas cotidianas de seus trabalhos.

Outro professor adentrou nas potencialidades dos alunos gestores de práticas tecidas por saberes regionais em redes de relações com a leitura e a escrita, um encontro significativo entre rios que são as nossas vivências e a apropriação das letras, que é o que se espera de uma formação docente, seja em que área ela for, uma vez que é por meio delas que se compreenderá e produzirá significados dos saberes apreendidos e aprendidos.

O professor-aluno marajoara apresenta muitas potencialidades em função da diversidade de pensamentos do fazer pedagógico em sala de aula junto aos seus alunos. As maneiras de fazer a educação desde o processo de alfabetização com os seus saberes docentes articulados às explorações de elementos da natureza (fauna e flora) que se transformam em processo de ensino da escrita, como também da própria leitura articulado ao pensamento da cultura de uma sociedade moderna (PROFESSOR-FORMADOR J, 2019).

A dimensão cultural também esteve presente nesta narrativa, algo de extrema importância para a compreensão do contexto em que estamos inseridos – Marajó, uma região que não pode ser esquecida nesse processo de formação, é o lugar de onde falamos e para onde endereçamos todo o nosso trabalho, por isso a necessidade de se adentrar neste contexto, corroborando com o que disse Freire (1996, p. 41) de que precisamos nos assumir enquanto seres históricos e sociais, onde quer que estejamos. “A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*”. Para isso, o/a professor/a precisa ser mediador/a desse processo, que parte das relações estabelecidas entre professores-alunos, alunos-alunos e se estende à sociedade.

Um outro professor formador mostrou quão importante se faz a partilha de conhecimentos e saberes que se dá no processo de ensino e aprendizagem do PARFOR, especificamente por trabalhar com a formação de pessoas que já carregam consigo os saberes da experiência, saberes pedagógicos (PIMENTA 1998), experiências essas que são peculiares, pois cada escola é um campo diferente de produção de práticas que se alimentam desses saberes, e assim ele destaca:

Como boa parte dos graduandos vinha da educação do campo, passei a ouvir muitos relatos sobre suas experiências com esse contexto peculiar de ensino na Amazônia marajoara. Para mim foi enriquecedor do ponto de vista formativo [...] A boniteza ao realizar um ideal: formação de nível superior para os professores da educação básica, que, após cada etapa, ao voltar das aulas nas escolas dos professores graduandos, a alegria de colocar em prática com seus alunos o que se aprendeu na academia, o entusiasmo... (PROFESSOR-FORMADOR L, 2019)

Essa narrativa nos leva a refletir sobre a importância da reflexão sobre a prática (FREIRE, 1996), seja do professor/a-formador/a, como a do professor/a-aluno/a. O primeiro ao atentar para as práticas efetivadas nas escolas do campo, que são diversas e diferentes da educação que se faz nas escolas da cidade, com isso, sua prática de formador ganha novas inquietações, como a de que para saber ensinar não basta apenas as técnicas, mas e principalmente saber utilizar-se dos conhecimentos didáticos pedagógicos em diferentes realidades culturais e sociais. Para o segundo, a reflexão implica na transformação do seu saber-fazer, já que aquilo que era a sua prática, agora pode ser aperfeiçoada e/ou transformada a partir das novas experiências recebidas na formação. Dessa forma verificamos que as dificuldades estavam presentes, mas junto delas estava a persistência e a resistência desse povo.

5 REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES-FORMADORES/AS SOBRE A PRESENÇA DO PARFOR/PEDAGOGIA NO MARAJÓ – CAMPUS DE BREVES.

Quando pensamos a formação docente, um dos eixos que não pode deixar de ser analisado é o papel do professor/a-formador/a, uma vez que quem ensina, aprende (FREIRE, 1996) e quando trata-se de formação de professores/as em exercício, ambos entram em sintonia nesse processo bilateral (LIBÂNEO, 2013). Para os professores/as-formadores/as, a experiência com o curso de Pedagogia/PARFOR, os possibilitou olhares mais atentos às diferentes realidades que permeiam a região marajoara, até porque, suas experiências de

educação do campo, rural, ribeirinha, nem sempre foi pensada a partir de suas peculiaridades e quando os/as professores/as-alunos/as trazem essa realidade, com exemplos práticos, tem-se uma melhor representação da educação que é vivida e produzida na educação nesta Amazônia marajoara, o que inclui, um repensar sobre as peculiaridades locais.

Nesta seção apresentaremos de forma direta as narrativas das representações que os professores-formadores/as fizeram/fazem sobre o PARFOR/Pedagogia no Marajó, de forma direta, pois como disse Paul Ricoeur (1993:63) “narrar é contar o vivido, é colocá-lo em uma temporalidade e, assim, humanizar o tempo, alinhar os personagens, tecer uma intriga; é, ainda, transgredir o discurso oficial em busca da criação; é, sobretudo, aliar o tempo vivido ao tempo ficcionado”. Com essa afirmativa, sobre o sentido da narrativa, justificamos esta maneira de organização da seção, dando a oportunidade para que os/as leitores/as façam as suas próprias interpretações à luz das experiências docente e delas extrair a importância desse plano de formação, ou não, a partir do que disseram os(as) professores/as-formadores/as. Vejamos:

O PARFOR, aliás, os alunos e suas ricas experiências docentes me permitiram agregar mais conhecimentos sobre os diferentes Marajós, e, principalmente fomentar a necessidade de fazer um trabalho acadêmico mais próximo dessas realidades (PROFESSORA-FORMADORA E, 2019).

Uma política educacional necessária que veio diminuir um débito histórico com a formação de professores e professoras que sem formação adequada, assumiram as salas de aula e promoveram a formação de sujeitos muitas vezes de forma equivocada. O PARFOR mostrou ao Campus de Breves/UFPA que sua responsabilidade estava para além daqueles e daquelas que tem acesso ao ensino superior pelo ENEM, mostrou também, que o campus precisa se preocupar com a formação de professores em serviço e que, a partir dessa formação a qualidade social do ensino, precisa melhorar frente ao IDEB, e para além disso, fez com que, o campus fosse multidiversidade em sua essência e atuação (PROFESSOR-FORMADOR EN, 2019).

Em primeiro lugar, o PARFOR como uma política pública inclusiva de formação de professores-alunos das redes de ensino municipal. Em segundo, a qualificação dos professores com nível superior, garante professores mais capacidades nas escolas. Em terceiro lugar, o reflexo de todo esse processo deverá fortalecer o quadro de professores para melhorar a qualidade de ensino na rede pública municipal. O que se espera com esta qualificação universitária em pedagogia? Alunos do ensino fundamental menor (1º ao 5º ano) com índice maior de aprendizagem construída com o processo de alfabetização, letramento e estudos dos gêneros textuais apreendidos no curso de pedagogia. Isso deverá impactar positivamente o IDEB, a partir do ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) fortalecendo as capacidades dos alunos no ensino fundamental de nove anos. Também, desvelando novos horizontes e futuros com mais dignidade de acesso à educação formal e mercado de trabalho (PROFESSOR-FORMADOR J, 2019).

O PARFOR proporciona ao seu público a oportunidade de uma formação superior, cujo acesso dificilmente se concretizaria de outra forma, haja vista todo o rol de dificuldades que esses alunos enfrentam: desde questões familiares a questões profissionais que, conjugadas, constituem-se em uma barreira quase intransponível para o prosseguimento nos estudos. O Parfor surge como um instrumento à superação dessa barreira e, sem dúvida, cumpre em grande medida essa função, apesar de todos os problemas logísticos, operacionais, etc. A contribuição dessa política é, sem dúvida, de um valor inestimável para a região marajoara, pois a formação recebida por esse público tende a reverberar positivamente a médio e longo prazos na qualidade da educação ofertada no Marajó (PROFESSOR-FORMADOR JM, 2019).

O Plano Nacional de Professores contribuiu para a formação em nível superior de dezenas de professores da educação básica, de todos os municípios do Marajó Ocidental. Os reflexos nas práticas pedagógicas das escolas marajoaras são inquestionáveis, contribuindo para a qualificação do processo educacional (PROFESSOR-FORMADOR L, 2019).

O PARFOR tornou-se para eles um fio de esperança na busca por dias melhores, já que acreditam que tendo a formação no nível superior poderão conseguir algo melhor profissionalmente (PROFESSOR-FORMADOR V, 2019).

Em que pese as críticas a algumas de suas falhas como em relação a falta de um controle mais eficiente sobre as notas/conceitos dos alunos no Sistema, bem como à sua natureza de Programa, essa foi uma das melhores criações do Governo brasileiro em termos de garantia do ensino superior voltado à formação de professores ao Marajó. Professores de todos os municípios do Marajó e dos lugares mais longínquos, que moravam em comunidades e lugares isolados em rios e igarapés desse arquipélago chamado Marajó. Sem um programa dessa natureza seria muito difícil essas pessoas terem acesso à formação superior. Mais, garantiu formação adequada a professores que atuavam em disciplinas específicas para a qual não tinham formação. As implicações vão além da formação em si, tem a ver com a dignidade humana, com o processo de pavimentação do exercício da cidadania. Evidentemente, os impactos que possam significar mudanças na qualidade e nos índices da educação requerem tempo, não são imediatos e também não dependem apenas da formação do professor (PROFESSOR-FORMADOR N, 2019).

Todas as representações aqui apresentadas apontam para a riqueza das experiências formativas, tanto dos/as professores/as-alunos/as, quanto dos/as professores/as-formadores/as. Nos mostraram que a qualificação no quadro docente dos municípios marajoara – assim como em outras regiões, não foi uma benesse governamental, mas o pagamento de uma parcela da dívida histórica que esse país tem com a educação, em especial com essa região. Em que pese todas as críticas que podem ser feitas a essa política, consideramos que suas contribuições, foram bem maiores que seus problemas, a começar pela mudança de percepção que temos da vida e da educação desta região construídas pelas relações de afetos, com os/as professores/as-alunos/as, que em suas subjetividades nos mostraram seus modos de ser e de viver. São elas que no seu *métier* fazem a educação acontecer e por meio dela contribuem para a transformação social e educacional, que é uma das finalidades da educação formal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas e a partir das reflexões e análises realizadas, é possível afirmar que o curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas do CUMB, com o seu trabalho pedagógico, está cumprido com a missão deste Campus que é “Produzir, socializar e transformar o conhecimento para a formação sólida de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade equânime, inclusiva e sustentável na região do Marajó” (UFPA 2017), assim como como os objetivos das gestões social e educativa da UFPA.

Consideramos ainda, que todos os processos formativos, fossem eles por meio da oferta de cursos nos anos sequenciais, ou por planos, aqui nos remetemos especificamente às turmas do PARFOR, o curso de pedagogia proporcionou mais que conhecimentos acadêmicos. Para o grupo de professores/as envolvidos, trouxe novas formas de ver, pensar e fazer educação nesta região, tanto para quem veio em busca de formação, quanto para os que se colocaram à disposição para ensinar, ambos aprenderam-ensinando. As aprendizagens também aconteceram na gestão compartilhada com a coordenação do Campus, com a coordenação geral do PARFOR, com a direção da Faculdade de Educação, coordenação local do curso, essa última, necessitava da conexão com as todas as demais, para o alinhamento da política de formação docente e sempre teve o apoio necessário para o desenvolvimento de suas atividades.

Os conhecimentos mediados pelos professores/as-formadores/as, trouxeram grandes aprendizagens pelas suas experiências no trato com a formação docente e estes/as também aprenderam e produziram outras formas de trabalhar esse processo, pois muito do que faziam como prática docente, não se adequava ao público que se apresentava, pois eram pessoas com saberes das experiências docente vividas por longos anos e precisavam qualificá-las no contexto do conhecimento acadêmico e profissional.

Por fim, as representações dos professores/as indicaram que o PARFOR, possibilitou formação acadêmica, técnica, política, cultural, numa perspectiva humana, em que professores/as-formadores/as e professores/as-alunos/as produziram conhecimentos, mas também afetos e por meio deles, novas identidades, pessoais e profissionais foram surgindo. Dessa forma, embora as muitas barreiras para que esse processo formativo acontecesse, concluímos que elas foram superadas pelas resistências daqueles e daquelas que cotidianamente se dedicaram a esse fazer pedagógico, que se transformou em saber-fazer-

político de formação de identidades de homens e mulheres que passaram a compor de forma qualificada, um novo cenário à educação marajoara.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Práticas de leitura para neoleitores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010
- ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000
- BRASIL, Decreto 6.755 de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em:
<https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92458/decreto-6755-09>
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GIESTA, Nágila Caporlândia. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?** Araraquara: Junqueira&marin editores, 2005
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com>. Acesso em 25/04/2019
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013
- LUCKESI, C. C. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1985
- MARIA, Luzia de. **Leitura & Colheita: livros, leitura e formação de leitores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: saberes da docência e identidade de professor**. In Didática e Interdisciplinaridade. Campinas, SP: Papirus, 1998
- SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. **A Formação de Professores no PARFOR: construindo conceitos e revendo paradigmas** In: PAINI, Leonor et al (orgs.). PARFOR, Integração entre Universidade e Ensino Básico diante dos desafios na formação de professores no Paraná. Maringá: Eduem, 2014.

RAYS, Oswaldo Alonso. **A relação teoria-prática na didática escolar crítica.** In Didática: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papyrus, 1996

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** São Paulo: Martins Fontes, 1993

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n.13, jan./abr. 2000.

TOZONI-REIS. **Metodologia da Pesquisa.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Estatuto & Regimento Geral da UFPA.** Belém: EDUFPA. 2009.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário do Marajó-Breves (2017-2020).** Campus de Breves, 2017.

Capítulo 3

O PROGRAMA MULTICAMPISOCIAL NO CAMPUS DE BREVES: UMA EXPERIÊNCIA INTERSETORIAL DE INTEGRAÇÃO DE SABERES (2007-2009)

Alberto Damasceno¹
Emina Santos²

RESUMO

O Multicampi Social foi um programa de extensão desenvolvido por um grupo de professores e estudantes, sob os auspícios do Campus da Universidade Federal do Pará, no município de Breves na Ilha do Marajó, tendo em vista subsidiar e capacitar estudantes de diferentes cursos de graduação da UFPA a atuarem na região como agentes de promoção da dignidade humana e defensores intransigentes dos direitos das pessoas. Suas ações atingiram diretamente mais de duzentas pessoas no prazo de um ano e, além disso, foram coletados dados referentes às políticas públicas e seus resultados, gerando a construção de um banco de dados sobre a rede de escolas e de Centros de Referência de Assistência Social. Também foi ofertado e concluído um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) para servidores públicos municipais denominado “Sociedade, Cidadania e Políticas Públicas”, cujo trabalho final consistiu em um plano de intervenção no órgão em que atuavam; o que resultou em 35 (trinta e cinco) planos. A iniciativa do programa configurou-se em uma efetiva contribuição da universidade para a democratização dos direitos e para o fortalecimento da cidadania na região.

Palavras-Chave: Programa Multicampi Social. Campus Universitário Marajó-Breves. Políticas Intersetoriais.

¹ Graduado em Arquitetura e Especialista em Educação e Problemas Regionais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) ; Mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Pós doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi Assessor de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Secretário de Estado de Desenvolvimento do Pará e do coordenador do Projeto Multicampi Social, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Atualmente é Professor Titular desta instituição e coordena o Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação - LAPEM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Doutora em Ciências Sócio Ambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA; Pós doutorada em Educação pela Université de Tours (França). Foi coordenadora do PARFOR e do Projeto Multicampi Social, vinculados ao Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Atualmente é Professora Titular desta instituição e coordena o Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos - GEEDH vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica.

1. Introdução

Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2007, no âmbito da disciplina “Saúde, Cultura e Educação”, vinculada ao Curso de Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA), com apoio do Campus Universitário de Marajó – Breves (CUMB), foi deflagrada, neste município, uma ação extensionista integrada ao ensino que envolvia o professor e um grupo de estudantes com vistas a desenvolver ações educativas de saúde coletiva junto à comunidade brevesense por meio de palestras em hospitais e nas escolas, além de atividades práticas que tinham em vista difundir informações importantes sobre medidas profiláticas acerca das doenças mais comuns na região. A ação, que se configurou exitosa, reverberou na criação de um programa denominado Multicampi Social, que tinha como escopo contribuir no processo de consolidação e integração dos sistemas de educação, de saúde e de assistência social municipais.

Pouco tempo depois, entre 20 e 21 de novembro do mesmo ano, durante um evento sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no Campus Universitário de Marajó – Breves (CUMB), em uma reunião com a administração superior da UFPA, foi articulado o anúncio da criação do Curso de Serviço Social no CUMB, atendendo a uma demanda do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, recém criada.

Estes dois momentos, dos quais a coordenação do Programa Multicampi Social participou ativamente, acabaram por se caracterizar como seus marcos fundantes e anunciaram um conjunto de ações cujo registro consideramos importante tornar público por meio deste capítulo.

O Programa de Extensão Multicampi Social atuava basicamente na Ilha do Marajó, onde, infelizmente, ainda se encontram alguns dos piores índices de desenvolvimento humano do País e do Estado, de modo que seus municípios apresentam baixíssimo índice de qualidade de vida e, ainda que tenham apresentado algum crescimento em anos anteriores, a situação global ainda é de profundas necessidades, corroborando a tese de que a ilha ainda é uma fronteira social a ser conquistada por meio de ações de desenvolvimento humano e cidadania.

Um exemplo disso está no Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Região de Integração Marajó realizado sob encomenda do Governo do Estado para a Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), que situa a região como a detentora da maior taxa de pobreza, com índice de 57%; a maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, com 21%; e a 3ª maior taxa de mortalidade infantil do Pará, com 17% (COSTA;

PIRES, 2016, s.p.). Outro indicador bastante atual se refere aos índices de contaminação do COVID 19.

Entre os municípios mais atingidos, Breves é o que possui o maior número absoluto de casos confirmados de COVID-19 e de óbitos. Com população estimada de 102 mil habitantes em 2019, o município possui a taxa de 509 casos e de 60 mortes por 100 mil habitantes. Proporcionalmente, o pequeno município de Santa Cruz do Arari também se destacou, por registrar o equivalente a uma taxa de 563 infectados e 69 mortes por 100 mil habitantes (GOELDI, 2020, s.p.).

A importância do Multicampi Social se consolidou por meio de um trabalho de assessoramento e acompanhamento a alguns órgãos municipais que se revelaram excelentes parceiros em função da existência de contatos consolidados por intermédio do Campus Universitário sediado no município e devido às ações anteriormente mencionadas que avalizaram o programa como potencial parceiro para a irradiação de ações de planejamento, gestão e execução de políticas sociais coadunadas com as diretrizes governamentais, o que corroborou e deu feição estruturante às perspectivas de sustentabilidade e continuidade às proposições implementadas.

2. O Multicampi Social como Ação Extensionista

As ressignificações das relações entre estado, sociedade civil e mercado presentes na dinâmica da organização político-administrativa do território nacional geraram novos posicionamentos por parte de suas instituições com a finalidade de incluir e dar visibilidade a grupos sociais tradicionalmente excluídos dos cenários de participação da vida pública brasileira.

Na lógica da institucionalização de um novo contrato social capaz de agregar novos protagonistas e novas demandas sociais, a Universidade Federal do Pará assumiu como missão, a organização de redes dialogais com setores da sociedade na perspectiva da produção de novos saberes capazes de qualificar a vida das populações da região amazônica.

Importante nesse contexto, a atividade da extensão universitária adquiriu significado mais amplo, pois ela é, dentre as dimensões da universidade, a mais capacitada a maximizar as condições para a participação da instituição na elaboração das políticas de Estado voltadas para a maioria da população, bem como para sua constituição em organismo legítimo no controle social da implantação de tais políticas.

Alterou-se, assim, a substância das ações extensionistas para além do assistencialismo, processo que reestruturou tal atividade como tripé da missão institucional da universidade, qualificando-a como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. O salto de qualidade obtido por esta atividade exige, pois, uma argumentação conceitual para que não se estabeleça a sensação de naturalização das atividades humanas a partir de determinismos sem substância e, desta forma, sua importância histórica passa a ser resgatada como requisito para a construção de uma universidade sustentável.

Os primeiros documentos que tratam da questão da extensão nas universidades brasileiras datam do início dos anos 30 do século passado. Para a “Exposição de Motivos sobre a Reforma das Universidades Brasileiras”, de abril de 1931, a extensão universitária se destinaria “a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da universidade” (BRASIL, 1931, Exposição de Motivos, s.p.), enquanto na alínea “F” do artigo 35, ficava estabelecido que os cursos de extensão universitária deveriam se destinar “a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários”. (BRASIL, 1931).

Ali, a ambiguidade da expressão “benefício coletivo” permite questionar o compromisso social da política de extensão das universidades brasileiras à época. Permite, também, concluir que a diretriz de um assistencialismo difuso, mas direcionado concreta e ideologicamente, nunca esteve tão bem explicitada como no “Estatuto das Universidades Brasileiras”, datado de 1931.

A partir de 1931, passando pelo golpe do Estado Novo em 1937, a influência do presidente Getúlio Vargas estendeu-se até o final dos anos 60, contribuindo para que, durante cerca de quarenta anos, a extensão universitária fosse tratada de forma secundária, acessória ou simplesmente não fosse tratada.

A extensão, definida como um dos objetivos-fim da universidade brasileira e institucionalizada de forma sistemática e oficial no interior da Academia, foi produto da Reforma Universitária de 1968³, um novo marco normativo que determinou a necessidade das instituições de educação superior estenderem à sociedade em geral e de diferentes modos, os conhecimentos, saberes e práticas resultantes das ações acadêmicas ali produzidos e realizados. Assim estabelecia a referida Lei em seu artigo 20: “As universidades e os

³ Por meio do artigo 20 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes. (BRASIL, 1968, art. 20).

Anteriormente à Reforma, as experiências que poderiam caber dentro desse espectro de preocupação representavam iniciativas isoladas, geralmente assistemáticas, quando não episódicas, limitadas por um contexto histórico onde a Universidade, quando muito, era vista como uma boa escola de terceiro grau, formadora de quadros profissionais educados dentro de padrões culturais e técnicos importados dos centros mais dinâmicos do mundo capitalista ocidental, particularmente os Estados Unidos, França e Inglaterra. Entretanto, as ambiguidades ou desatenções das políticas públicas para as atividades de extensão não lograram impedir que algumas experiências socialmente compromissadas⁴ existissem à sombra ou à margem das universidades brasileiras ao longo desses anos. O Multicampi Social, operacionalizado na primeira década do século XXI, foi uma delas.

Este programa desenvolveu atividades assessorando conselhos municipais de educação, de saúde e de assistência social em seu processo de operacionalização; realizou cursos e oficinas para a capacitação de conselheiros municipais, técnicos e gestores das organizações governamentais e não governamentais que atuavam nos sistemas de educação, de saúde e de assistência social; realizou atividades formativas, por meio de cursos e/ou palestras com vistas ao fortalecimento dos *fori* de debates sobre os temas e a qualificação da participação da sociedade civil local e regional; assessorou o processo de elaboração e acompanhamento dos planos municipais de Educação, de Saúde e de Assistência social; acompanhou os gestores municipais nas áreas da educação e assistência social e realizou ações de pesquisa e levantamento de demandas e perfil dos municípios nas áreas da educação e da assistência social.

Nos anos em que foi executado, o Programa Multicampi Social contribuiu com o esforço institucional do Campus de Breves, no sentido da melhoria dos indicadores socioeducacionais da região, na medida em que cumpriu de maneira exitosa as atividades anteriormente planejadas demonstrando que por meio da extensão universitária muito poderia - e pode - ser feito, principalmente no que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes marajoaras.

⁴ Algumas vivências não podem passar despercebidas, dentre elas: o Movimento da Cultura Popular, os CPC's (Centro de Cultura Popular, ativados pela UNE), a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Extensão Rural da UFPE, a Universidade Volante (da UFPR) e, até um certo momento, o CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. Todas elas foram experiências que representavam vertentes ideológicas diferenciadas dentro da academia.

A violência contra crianças e adolescentes, conceituada como todo ato ou omissão por parte do adulto (pai/mãe, parente, professor/a, responsável e da própria sociedade) ou das instituições, que tenham como consequência danos físicos, psicológicos e/ou sexuais à vítima, surge em um contexto de relações sociais em que estão presentes atores com poderes desiguais no que se refere a conhecimentos, força, autoridade, experiência, maturidade e recursos, dentre outros aspectos. Essa situação assume uma complexidade ainda maior se considerarmos a existência do abuso sexual e do trabalho infantil, que se constituem em uma forma de violência que, por vezes, conta com a conivência da família ou mesmo, dependendo do meio social, da própria criança e do adolescente, que passam a ser marginalizados de seus direitos básicos.

A complexa natureza destes fenômenos e sua gravidade exigiriam, portanto, esforços conjuntos do Estado e da sociedade com vistas ao aprimoramento das políticas públicas, em especial de educação, de saúde e de assistência social, de modo articulado com outros setores governamentais, fortalecendo instituições e mecanismos de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e tornando eficazes a legislação e as normas inerentes ao tema, além de consolidar a efetiva promoção dos direitos humanos.

Neste sentido, a atuação do Multicampi Social tornou-se fundamental enquanto ação extensionista integrada, pois os estudos relativos aos indicadores sociais adquirem importância especial quando se trata de garantir a democratização do conhecimento, o fortalecimento dos atores sociais que participam destes processos e o aprimoramento dos mecanismos relativos à gestão e ao controle de tais políticas.

3. O Multicampi Social como Difusor dos Direitos Humanos

Como um direito social inalienável da pessoa humana, a educação é um poderoso instrumento de construção sociocultural. Constitui-se em um ato humano de diversas faces, intensidades e manifestações como o é a Educação em Direitos Humanos, que visa promover a formação de sujeitos para a defesa e proteção da dignidade humana. Neste processo, a Universidade, como espaço privilegiado de formação e socialização de informações e conhecimento, tem um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito aos direitos da pessoa humana, daí o papel essencial que um projeto de extensão universitária pode desempenhar, sobretudo se for dirigido a populações excluídas e marginalizadas da ação do Estado.

O Multicampi Social, nesse contexto, se propôs a ser um instrumento de fortalecimento do respeito às diferenças de gênero, étnicas, geracionais, de orientações sexuais, religiosas e política, relacionando as dimensões cognitivas (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento), subjetivas (o sentir consigo e com o outro) e práticas (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais) permitindo uma ação de natureza intercultural e dialógica.

Infelizmente, os direitos humanos, embora sejam temática recorrente nos grandes debates da atualidade em todo o mundo, continuam a ser desrespeitados por meio de diferentes formas, em diferentes lugares e por diferentes atores sociais. Por outro lado, não restam dúvidas quanto ao fato de que a resposta mais coerente e proveitosa a essa situação é a deflagração de um consistente projeto educativo de natureza plural e abrangente que parta, de acordo com Benevides⁵, de três aspectos fundamentais:

Primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional - os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Tais pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção. (BENEVIDES, 2000).

Quando dizemos que queremos desenvolver uma atividade acadêmica em Educação em Direitos Humanos estamos querendo ajudar a promover, difundir e fortalecer

a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2000).

Nesta medida, a criação do Programa Multicampi Social no âmbito do Campus Universitário de Breves, em articulação com o Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, teve como objeto o desenvolvimento de atividades extensionistas iluminadas sob o tema da cultura de Direitos Humanos, em especial, nos

⁵ Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000.

sistemas educacionais de diferentes níveis e modalidades, por meio da ação indissociável do ensino com a pesquisa e a extensão universitárias.

Sua premissa fundamental baseava-se na necessidade inadiável de subsidiar e capacitar estudantes de diferentes cursos de graduação da UFPA a atuarem na região como agentes de promoção da dignidade humana e defensores intransigentes dos direitos das pessoas. Por isso, seu papel era - e continuaria - imprescindível, pois, como já vimos, os indicadores sociais no Brasil demonstram a negação de direitos humanos e constitucionais expressos nos altos índices de crianças e adolescentes fora da escola, no analfabetismo, na distorção idade-série, na repetência e evasão e na situação de alvos de violência social, institucional e familiar. Estes índices muitas vezes se explicam pela necessidade das crianças e adolescentes precisarem assumir responsabilidades no apoio ou mesmo no sustento material da família, ainda mais em função da desigualdade de renda observada na região Norte.

Entretanto, se é verdade que há alguns anos observamos crescentes investimentos na educação básica, o golpe de 2016 e o retrocesso político experimentado a partir de 2018 com a eleição de um governo de orientação autoritária, nos deixou ainda mais longe de uma educação de qualidade que garanta acesso, permanência e sucesso escolar de crianças e adolescentes com seus direitos constitucionais assegurados, garantidos e protegidos.

No caso específico do Marajó, as políticas públicas de financiamento da educação têm se mostrado incipientes e seus sujeitos continuam a padecer com a falta de atenção na garantia de seus direitos. Por outro lado, a desintegração dessas políticas contribui para a “dispersão” e, por conseguinte, a ineficiência das mesmas diante dos desafios que se pretende superar.

4. O Multicampi Social e seu Legado

Os objetivos previstos foram alcançados e compreenderam o acompanhamento e assessoramento das ações dos sistemas de educação, de saúde e de assistência social no município de Breves; o assessoramento de órgãos gestores e colegiados da educação e da assistência social; a capacitação de conselheiros, gestores e técnicos dos sistemas de educação, de saúde e de assistência social; a sistematização de experiências exitosas em diferentes órgãos; a formação extensionista de estudantes dos cursos de graduação das áreas de educação, saúde e ciências sociais aplicadas.

Em termos de metas, foram atingidas diretamente mais de 200 (duzentas) pessoas no prazo de um ano; foram coletados dados referentes às políticas públicas e seus resultados,

gerando a construção de um banco de dados sobre a rede de escolas e de Centros de Referência de Assistência Social. Também foi ofertado e concluído um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) para servidores públicos municipais denominado “Sociedade, Cidadania e Políticas Públicas”, cujo trabalho final era um plano de intervenção no órgão em que atuavam, o que resultou em 35 (trinta e cinco) planos.

Mas como nem tudo é perfeito, uma limitação grave do programa foi o fato de não possuir recursos regulares, com exceção do financiamento institucional de bolsas de extensão, daí terem sido imprescindíveis as parcerias com o Campus de Breves e com a prefeitura municipal, que deram suporte essencial para o deslocamento, hospedagem e atuação da equipe.

Outro aspecto digno de realce foram os vários trabalhos acadêmicos produzidos pelos estudantes participantes, a partir da experiência vivenciada, apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais a exemplo da participação e apresentação de trabalhos no 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (de 27 a 30/04/2009) em Dourados (MS) e da organização de uma Mesa Redonda do Programa no Fórum Social Mundial de Belém (PA), entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro de 2009⁶.

5. Considerações Finais

Ensino, pesquisa e extensão são, classicamente, os três pilares da universidade pública brasileira. Entretanto, enquanto os dois primeiros são campos consagrados e bem consolidados, a extensão continua sendo objeto de controvérsias. Como vimos, por vários anos, a academia entendeu a extensão apenas como uma forma de prestação de serviços à sociedade, com enfoque ao caráter assistencialista da ação. Depois de muitos debates e experiências acumuladas, esse conceito já se modificou bastante e, atualmente, a extensão é entendida, principalmente, como troca de saberes entre a academia e a sociedade, constituindo-se, portanto, em um processo de aprendizagem mútua.

⁶ Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação; trabalhos apresentados na Jornada de Extensão da UFPA; trabalhos apresentados no CBEU; formação extensionista de alunos voluntários ou com bolsa PIBEX; criação de um site (www.ufpa.br/multicampisocial) onde constam informações sobre o programa e textos que abordam a questão do controle social de políticas públicas municipais; produção do Diagnóstico Socioeducacional dos Municípios do Arquipélago do Marajó; realização de Oficinas na Plataforma do UNICEF promovida pelo seu Setor de Monitoramento e Avaliação, com vistas ao incremento de mapeamentos georeferenciados da situação da infância e adolescência na Amazônia; sistematização de dados obtidos pelo PROPАЗ (Governo do Estado) referentes à situação da violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e produção e impressão de material para ser distribuído em escolas, postos de saúde e demais ambientes protetivos dos direitos de crianças e adolescentes.

Tal definição tem desafiado a UFPA, seus docentes, discentes e técnicos, no sentido de institucionalizar a vivência de ações extensionistas enquanto síntese do fazer universitário e a realidade social, questionando o seu papel e redimensionando-o rumo a uma atuação mais eficaz na sociedade. Por outro lado, é essencial compreender que a dimensão inclusiva da extensão, manifesta na consolidação das políticas públicas de educação, saúde e assistência social ainda são um desafio cuja superação apresenta naturezas diversas (de concepção, execução, monitoramento, controle e inovação); afinal, seu fortalecimento como dimensões estratégicas da qualidade de vida na região representa, sem dúvida, uma real contribuição para a retomada da democracia e da cidadania no Pará, na Amazônia e em nosso país.

É nesta medida que nutrimos a esperança de que, bem estudada e revitalizada, a iniciativa do Programa Multicampi Social possa produzir e incorporar novos elementos ao ambiente político e social da universidade, enriquecendo o processo de formação de alunos e professores, contribuindo para a construção de novos paradigmas de atuação e controle social das políticas públicas em nosso estado, na perspectiva da emancipação político-cultural e na construção efetiva dos direitos de nossa população.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm> Acesso em: 17/09/2020.

BRASIL. **Decreto N° 19.851**, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. **Lei n° 5.540** de 28 de novembro de 1968, Brasília, 1968.

COSTA, Eduardo; PIRES, Geovana. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó**. Belém; FAPESPA, 2016. Disponível em: http://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/perfil_regiao_marajo.pdf Acesso em: 17/09/2020.

GOELDI, Agência Museu. **Pesquisadores alertam sobre a situação no Marajó**. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/pesquisadores-alertam-sobre-a-situacao-no-marajo> 15/06/2020 Acesso em: 17/09/2020.

Capítulo 4

DA PAX À FACSS: AS LUTAS NO TERRITÓRIO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO MARAJÓ-BREVES

Gicele Brito Ferreira¹

“Não se trata de apresentar as obras no contexto de seu tempo, mas de apresentar, no tempo em que elas nasceram, o tempo que as revela e conhece: o nosso” (BENJAMIM apud BOLLE, 2000).

RESUMO

Conquistas devem ser celebradas, por isso este artigo propõe, notabilizar algumas evidências das lutas e vitórias obtidas com a implantação da Universidade Federal do Pará no Marajó com o Campus Universitário do Marajó-Breves – CUMB, que chega aos trinta anos, e da Faculdade de Serviço Social, que completou uma década. Aborda-se, inicialmente, a construção do território com os povos originários e suas lutas para permanecer na Amazônia marajoara e todo o processo de “coma étnico” até as novas conquistas junto às populações tradicionais que reivindicam direitos sociais, entre eles a educação. Posteriormente, apresentam-se resultados da pesquisa efetivada com egressos do CUMB que objetivou aferir grau de empregabilidade e demandas para pós-graduação, por meio da metodologia de triangulação, que propõe deslindar o real e sua articulação facetária entre quantidade e qualidade, somando-se à pesquisa bibliográfica como aporte para aproximação de temáticas que auxiliam na clarividência do hoje e na prospecção para o amanhã.

Palavras-chave: Universidade. Serviço social. Marajó. Populações tradicionais.

¹ Assistente social. Docente Adjunta C da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Serviço Social - PPGSS/UFPA. E-mail: gicelebrito@ufpa.br

1 Memorial

No tempo do agora, o verbo lutar é imemorial para os povos Aruãs que, nos anos de 1.500, ocupavam a foz do Oiapoque até o atual litoral do Pará, incluindo-se o Arquipélago do Marajó (Marajó, do tupi “Mibaraió” que significa anteparo do mar). A Ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarítima do mundo e, no decorrer dos tempos, possuiu diferentes denominações: Ilha dos Nheengaíbas (povo Nu-Aruaque), Marinatambalo (espanhóis para parte do Amapá), Camamôro (holandeses e indígenas para o lado esquerdo do Amazonas), Paricura (sem explicação), Ilha Grande de Joanes (índios Luioana – informação de Índio Sacaca/ Vincente Pinzón) (LISBOA, 2012).

Nesse período, contava-se, no Brasil, uma população indígena em torno de 2.500.000 índios; no Rio Pará e Ilha de Marajó, a população indígena estimada era de 87.000 índios marajoaras descendentes dos Nu-Aruaque vindos das Antilhas, formando diferentes tribos. Povos que atravessaram a Cordilheira dos Andes com domínio da técnica de produzir cerâmica seriam a origem do povoamento do Marajó (MEGGERS, 1957).

Segundo o Padre Antônio Vieira, séc. XVII, os povos originários na região do Marajó se organizavam em 29 (vinte e nove) nações, falando línguas diferentes. Os grupos mais citados pelo narrador-pregador de sua Majestade eram os Anajás, Mapuás, Pancacas, Guajarás, Pixipixis, Aruãs, Sacacas, Maruanazes, Cayá, Arari e Ioanes que foram homogeneizados em uma tentativa de aprisionamento e extermínio em nome da fé; foram nomeados como Nheengaíbas (língua, fala = *nheeng* e *ainá* = má = língua má) pelos colonizadores. Para a arqueóloga Meggers (1957), as grandes nações independentes chamadas de Nheengaíbas que viviam na região passaram por diferentes fases de ocupação do território. Os Ananatuba (1100 A.C. – 200 D.C.) ocuparam-no em formato triangular, tendo como vértice a costa norte da ilha, a floresta a oeste e o lago do Arari, a leste (368 anos de ocupação); os Mangueiras (1000 A.C. – 100 D.C.), em formato também triangular, para noroeste e sudeste do Lago do Arari, a partir da Ilha de Caviana (330 anos de ocupação); os Formigas (100 A.C. – 400 D.C.) na costa norte, próximo à cidade de Chaves, até o Lago do Arari (75 anos de ocupação); os Marajoaras (400 D.C. – 1350 D.C.) em forma circular, num raio de 50 km em torno do Lago do Arari (dois séculos de ocupação).

A partir de “1870 são descobertos Tesos (montes de arenitos 3 a 20 m de altura e extensão de 1-3 hectares acima do nível das águas) onde eram sepultados os mortos da Fase Marajoara em Igaçabas ou Camutins (urnas funerárias) encontrados em Anajás, sendo esta

mais uma prova da ocupação” (MEGGERS, 1957, p. 45) e existência dessa grande nação no que hoje é conhecida como a maior ilha fluviomarítima do mundo, tornada APA – Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó em 1989, sendo a maior unidade de conservação na costa norte do Brasil, com aproximadamente 5.904.322 hectares de acordo com dados do Relatório de Atividades do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR (PARÁ, 2009). Os Aruãs viveram na ilha entre os séculos XIV e XVIII no período de ocupação do litoral norte oriental, resistiram à chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses, enfrentando e frustrando inúmeras tentativas de conquista do arquipélago. Os povos originários entraram em contato com os colonizadores na Amazônia marajoara na fase Aruãs no século XVII, tendo como grande marcador histórico de dominação, ocorrido em 1655, a Pax Marajoara, celebrada com todo planejamento do Padre Jesuíta Antônio Vieira no Mapuá (na atualidade, Reserva Extrativista do Mapuá, criada em 2005). Vejamos fragmentos da carta do Padre Antonio Vieira, escrita para o Rei de Portugal em 1659 sobre as missões do Ceará, do Maranhão, do Pará e do grande Rio das Amazonas com a descrição do encontro dos caciques Nheengãbas com a missão religiosa enviada pela Coroa portuguesa para celebrar a paz no Estreito de Breves e permitir que as naus tivessem acesso ao oceano.

[...] em dezesseis de agosto, em que partiu das aldeias do Comutá em doze grandes canoas, acompanhado dos principais de todas as nações cristãs, e de somente seis portugueses, com o sargento-mor da praça, por mostrar maior confiança. Ao quinto dia de viagem entraram pelo rio dos mapuaeses, que é a nação dos nheengãbas que tinha prometido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos padres; e duas léguas antes do porto saíram os principais a encontrar as nossas canoas em uma sua grande e bem equipada, empavesada de penas de várias cores, [...] disse Missa o padre Antônio Vieira, em um altar ricamente ornado, que era da Adoração dos Reis, à qual Missa assistiam os gentios de joelhos, sendo grandíssima consolação para os circunstantes vê-los bater nos peitos, e adorar a Hóstia e o Cálix, com tão vivos efeitos daquele preciosíssimo sangue, que, sendo derramado por todos, nestes, mais que em seus avós, teve sua eficácia. Depois da Missa assim revestido nos ornamentos sacerdotais, fez o padre uma prática a todos, em que lhes declarou, pelos intérpretes, a dignidade do lugar em que estavam; e a obrigação que tinham de responder com limpo coração, e sem engano, a tudo o que lhes fosse perguntado, e de o guardar inviolavelmente depois de prometido. E logo fez perguntar a cada um dos principais se queriam receber a fé do verdadeiro Deus, e ser vassallos de el-rei de Portugal, assim como o são os portugueses, e os outros índios das nações cristãs e avassaladas, cujos principais estavam presentes, declarando-lhes juntamente que a obrigação de vassallos era haverem de obedecer em tudo às ordens de Sua Majestade, e ser sujeitos a suas leis, e ter paz perpétua e inviolável com todos os vassallos do mesmo senhor, sendo amigos de todos seus amigos, e inimigos de todos seus inimigos; para que nesta forma gozassem livre e seguramente de todos os bens, comodidades e privilégios, que pela última lei, do ano de mil seiscentos cinquenta e cinco, eram concedidos por Sua Majestade aos índios deste Estado. [...] mamaianás, os aroãs e os anaiás, debaixo dos quais se compreendem mapuás, paucacás, guajarás, pixipixis e outros. O número de almas não se pode dizer com certeza; os que menos o sabem dizem que serão quarenta mil, entre os quais também entrou um principal

dos tricujus, que é província à parte na terra firme do Rio das Amazonas, defronte da ilha dos nheengabas; e é fama que os excedem muito em número, e que uns e outros fazem mais de cem mil almas. Deixou o padre assentado com estes índios que no inverno se saíssem dos matos, e fizessem suas casas sobre os rios, para que no verão seguinte os pudesse ir ver todas as suas terras, e deixar alguns padres entre eles, que os comecem a doutrinar (VIEIRA, 1659).

Com a Pax Marajoara, estava conquistado e aberto o “Golfão Marajoara que inclui desde a larga embocadura do Rio Amazonas entre o Amapá e a extraordinária Ilha do Marajó; o Estreito de Breves a oeste desta ilha” (AB’SÁBER, 2010, p. 16) que permitiu o acesso ao Baixo Amazonas sem barreiras até a foz do rio, desaguando no Oceano Atlântico junto ao Rio Tocantins no delta do Amazonas. Aquelas nações originárias dominadas, já sem força e sob a égide dos homens que representavam os impérios europeus em sua fase de acumulação primitiva,² foram obrigadas a unificar, ensinar e usar a língua boa Nheengatú (*nheeng* = língua e *catu* = *gatu* = boa) como estratégia de total subserviência.

O objetivo do “poder disciplinar” consiste em manter “as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres do indivíduo”, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua família sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado [...] e no conhecimento fornecido pelas “disciplinas” [...]. Seu objetivo básico consiste em produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (DREYFUS; RABINOW apud HALL, 1999, p. 42).

Em 1680, teve início a colonização da ilha com introdução do gado trazido pelos jesuítas de Cabo Verde e a entrada da Ordem dos Mercedários para trabalhar com os rebanhos. Foi feita a construção dos Currais do Arari e, com ampliação dos rebanhos, foi necessário o aumento da mão de obra; por isso, foi incentivada a vinda de italianos, açorianos, holandeses, austríacos e franceses. Em 1682, a Companhia do Comércio do Maranhão organizou a compra e venda de escravos na região, trazendo africanos de Angola sob demanda do Padre Antônio Vieira. A maior população de africanos foi distribuída na região do Criatório: Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Chaves. Em 1760,

² Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso [...]. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2011, p. 514).

aproximadamente um século após a Pax Marajoara ou a chamada Pacificação Indígena, registra-se a extinção dos Aruãs na Ilha de Caviana: é o “coma étnico” das nações indígenas constituídas como Povos Originários do Marajó (LISBOA, 2012).

As sociedades complexas do Marajó seriam comparáveis às do início da cultura egípcia ou às primeiras sociedades complexas do Oriente médio [...] uma combinação de milênios de desenvolvimento. As sociedades complexas iniciais existiram bem antes das primeiras dinastias de faraós, que construíram as pirâmides. É com isso que se parecia a cultura marajoara. Seria semelhante também às culturas formativas do México, Peru ou da Ásia. Elas passaram por etapas similares de adaptação e de desenvolvimento. Criavam monumentos cerimoniais, embora variasse a forma como organizavam os assentamentos. Marajó, por exemplo, tem mais sítios – e maiores – do que os da cultura Çatalhoyuk (ROOSEVELT apud ZORZETTO, 2020, p. 2).

Em 1872, quase dois séculos depois do estabelecimento do africano como mercadoria no arquipélago, já havia registro de 3.285 escravos no Marajó, assim distribuídos: 1.311 em Cachoeira do Arari, 915 em Breves, 665 em Salvaterra e 394 em Soure (PEREIRA, 1952). É importante frisar que esses dados são aproximados, pois é inegável a existência do mercado negro clandestino.

2 Inolvidável

Após viver a Pax Marajoara, passar de sesmaria em 1738 a município em 1851, lutar na Guerra dos Cabanos entre 1835 a 1840, viver diferentes ciclos migratórios e exploratórios (especiarias, gado, arroz de várzea, madeira, *commodities*³), é no tempo de agora, nos dias que correm no Antropoceno, o “anteparo do mar” se organiza em microrregiões (Furos de Breves, Portel e Arari), e mais especificamente no município de Breves (há 30 anos, em 1990), que os procedentes Nheengaiabas – Aruãs, misturados aos africanos de Angola e aos italianos, açorianos, holandeses, austríacos, franceses e conterrâneos brasileiros vindos da região Nordeste desencadeiam nova luta; neste tempo, os chamados de populações tradicionais lutam no “Brasil profundo” para conquistar a Universidade.

³ *Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa mercadoria. Esta palavra é usada para descrever produtos de baixo valor agregado. *Commodities* são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Pode ser sinônimo de “matéria-prima”, porque são produtos usados na criação de outros bens. Disponível em: <http://www.significados.com.br/commodities/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

Chama-se “populações tradicionais” (“ribeirinhas”, “caboclas”) aquelas comunidades camponesas e extrativistas da Bacia Amazônica cuja consciência da relação com os povos indígenas que as precederam parece ter sido, em alguns casos, abolida. A cultura trazida pelos imigrantes “brancos” (de origem principalmente nordestina) que se fundiram com o ‘substrato’ autóctone recalçou toda memória nativa e se orientou mimeticamente para o Brasil oficial. Na maioria dos casos, a situação entrou apenas em estado de latência [...]. Essa aparente perda de consciência, assim, tem se mostrado cada vez mais frequentemente como sendo não tanto uma ruptura definitiva, mas antes um longo desmaio – uma espécie de coma étnico do qual a Amazônia ‘cabocla’ começa a despertar, como atesta o fato de que, hoje, apenas no Médio Solimões, cerca de duzentas comunidades tradicionais reivindicam sua “passagem para indígena”, isto é, sua condição de titulares dos direitos reconhecidos no artigo 231 da Constituição Federal (Debora Lima et al., 2015, citando dados de Rafael Barbi para os rios Coloca, Tefé, Uarini, Jutáí, Caiabi e Minerva; as Reservas de Marauá e Amanhã respondem por cinquenta comunidades desse total). O fenômeno é geral no “Brasil profundo”, e parece ainda mais paradoxal quando se constata que ele vai se tornando mais intenso à medida que esse Brasil profundo ‘vem à superfície’, isto é, se moderniza inserindo-se nas redes por onde circulam os fluxos semiótico-materiais que atravessam o planeta, do dinheiro à internet (CASTRO, p. 21 apud KOPENAWA, 2015).

Os Comuns⁴ extrativistas se lançam em uma epopeia de 246 km entre os municípios de Breves e Soure cortando furos, rios, baías e estradas em cinco dias de viagem para chegar à Universidade Federal do Pará Campus de Soure, que também é Marajó. Lá passavam três meses estudando na busca de uma primeira graduação universitária em toda sua ascendência. Mais uma vez, ouvem o chamado para lutar por uma universidade em Breves para que o terceiro grau alcance a parte ocidental do Marajó.

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas de cidadania e, portanto como direito dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Foram muitos anos entre as marchas, articulações, pedágios solidários; eram jovens sensibilizando com pedidos de doação por todo o Marajó. O terreno veio de um brevesense que sonhava em formar as filhas (neste *e-book*, há registros da cena desse mecenas contemporâneo entrando com a filha para receber seu diploma de Pedagoga) no CUMB – Campus Universitário Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará.

⁴ “Comuns ou habitantes de terras comuns” que formam grupos com práticas erguidas sobre diferentes graus de coesão. A ideia de espaço comum, de territorialidade nos remete às práticas cotidianas, aos laços de parentesco e solidariedade construídos no cotidiano da produção e reprodução social, grupos chamados “comuns ou habitantes de terras comuns” que formam grupos com práticas erguidas sobre diferentes graus de coesão (DIEGUES, 1996).

Há faixas, fotos e murmúrios de histórias contadas por personagens proeminentes da cidade de Breves que fizeram parte das primeiras turmas que lutaram pela construção e que, literalmente, carregaram tijolos, sim, transportaram com as próprias mãos para erguer as primeiras paredes do Campus Universitário Marajó-Breves. Corre entre os murmúrios de mnemônico que o grupo de universitários à frente das campanhas de arrecadação de fundos para construção das primeiras salas conquistou a simpatia dos prefeitos da região e que um deles tinha doado para a obra do campus cinco milheiros de tijolos. Com entusiasmo, os estudantes foram buscar e, lá chegando, ouviram a seguinte frase: “Doei o tijolo, mas vocês precisam carregar até o barco atracado no porto de Portel e depois descarregar em Breves e levar até a obra no CUMB”. Os discentes não esmoreceram e assim o fizeram.

Comemoramos os 30 anos do CUMB junto a esses bravos “guerreiros e guerreiras” nascidos no Marajó, que hoje assumem postos estratégicos na cidade, desencadeando novas lutas como professores, vereadores, secretários municipais e líderes comunitários. Após a construção dos primeiros prédios e a formalização do espaço como campus universitário, chega a hora de trazer novos cursos. A sociedade clama e não aceita mais a distância entre o rural e o urbano; há busca por iluminação de saberes e de novos horizontes para a população marajoara que atravessava, na primeira década do século XXI, a grave crise do fim do ciclo da madeira e a convivência com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Mais uma vez, é preciso lutar, agora em conjunto com a sociedade civil organizada que, por meio dos marcos regulatórios, aciona e provoca o Ministério Público em audiência com o Reitor da UFPA para apresentar e reivindicar novos cursos para o campus.

Toda Universidade precisa de utopia. E a utopia, na Amazônia, é a sua incorporação, como sociedade, pelo uso do conhecimento e pela educação de qualidade, ao processo civilizatório global, à contemporaneidade do mundo, à cidadania universal dos povos. Será tão somente pelo conhecimento, com doses de sabedoria política, que a Amazônia poderá ser preservada, desenvolvida, modernizada [...]. Para além de tudo e da política, este é um enorme **desafio intelectual**. É um desafio à criatividade, à inovação, ao pensamento, à ideia, à crítica, à persistência, à experimentação, à invenção, à criação. É, portanto, um verdadeiro **desafio universitário**. A Universidade, qual intelectual coletivo, **precisa re-inventar** a Amazônia. Torná-la possível como sociedade dos rios e da floresta, como economia tropical viável e progressista, como unidade ecológica na diversidade ambiental [...]. Promover a adequação entre as necessidades inerentes a um modelo de desenvolvimento voltado para a emancipação das grandes massas e as potencialidades das bases naturais e culturais presentes no cenário regional (MELLO, 2007, p. 46-47) (Grifos do autor).

3 Porandubas do Serviço Social no Pará: A Faculdade de Serviço Social no Marajó como conquista das populações tradicionais

Sofrendo grande pressão do Conselho Diretivo do CUMB, que tem entre seus componentes um representante da sociedade civil, a Reitoria da UFPA atendeu ao chamado do Ministério Público e participou da audiência que reivindicava, para o campus de Breves, os cursos de Serviço Social, Enfermagem, Medicina, Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Agronomia e Turismo.

Era perfeitamente compreensível essa demanda, pois havia necessidade de incluir a população desprovida de renda nos programas sociais, prover saúde e construir novas cadeias produtivas para o desenvolvimento que ultrapassasse a ideologia predatória e exploratória dos ciclos econômicos construídos pelo capitalismo imperialista; “foi o capitalismo mundial (leia-se: as grandes empresas dos países associados a seus poderosos Estados) que condicionou a Amazônia à economia extrativista desde o período colonial (que predomina até hoje)” (MELLO, 2007, p. 43).

A questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

A questão social, seu aparecimento e agudização, diz respeito à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. A organização econômica e civil da sociedade brasileira ocorreu pela cristalização do mercado agromercantil, escravocrata, católico, passando a representar uma típica economia colonial sob o monopólio eurocêntrico. A herança foi deixada por dois ciclos de expansão e pela crise do extrativismo da borracha que atraiu, sem fixar, força de trabalho migrante, separando o trabalhador da terra de outras regiões (especialmente no Nordeste), aumentando o quadro de pobreza na região do Marajó e de desamparo de muitas famílias. Não havia profissionais em número suficiente na região para implantar e executar a Política de Seguridade Social (assistência, saúde e previdência) que recebesse os trabalhadores formais dispensados das madeireiras nem as populações extrativistas ribeirinhas, ou seja, as populações tradicionais não conseguiam acessar o Sistema de Proteção Social para dar visibilidade às suas necessidades e especificidades, o que ainda precisa ser conquistado no Marajó Ocidental.

A Seguridade Social definida no artigo 194 da Constituição Federal como “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” era inviabilizada. A Carta Magna de 1988, em seu artigo 203, estabelece que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

O serviço social, enquanto profissão, organiza-se no Brasil nas primeiras décadas do séc. XX, tendo constituída sua primeira escola em 1936 no estado de São Paulo e se espalhou pelo Brasil para formar profissionais que venham a conhecer e intermediar as reivindicações da classe que vive da venda de sua força de trabalho na construção de políticas sociais como direito, superando a ideologia do favor, da benemerência a partir do Movimento de Reconceituação entre as décadas de 60 e 80 do século XX.

No estado do Pará, dentro dessa conjuntura de expansão das políticas sociais e dos serviços de assistência prestados pelo estado e empresariado da indústria e do comércio, foi constituída a primeira Escola de Serviço Social em 10 de abril de 1950 e inaugurada em 15 de maio de 1950 no Palácio do Comércio (atual sede da Federação do Comércio do Estado do Pará, situada na Av. Assis de Vasconcelos em Belém) com a presença de instituições como SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, Associação Comercial do Pará, Federação do Comércio do Pará, SESC – Serviço Social do Comércio, LBA – Legião Brasileira de Assistência Social e outros, (seu fundador foi o multiprofissional jornalista, advogado e engenheiro rural Paulo Eleutério). A Faculdade de Belém foi a segunda na Região Amazônica (a primeira foi criada no estado do Amazonas) e a 15ª no país. Como as demais escolas, está inserida na dinâmica das forças sociais da realidade local, do país e do mundo (TEIXEIRA, 1998).

É na cidade de Belém que vai desembocar, no que toca ao estado do Pará, o resultado de um processo econômico que subordina a região na divisão nacional e internacional do trabalho. À época, os então denominados trustes (empreendimentos extrativistas de capital estrangeiro) inauguraram a presença do desvalido, não obstante o grande enriquecimento para alguns grupos locais, marcando, desde então, um quadro de concentração e polarização entre

riqueza *versus* pobreza, completamente estranho ao universo cultural das etnias indígenas (TEIXEIRA, 1998). Em 1951, a Escola de Serviço Social em Belém funcionava na sede do SESC e, em 1954, foi regulamentada como ensino superior e reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura em 1957. Foi encampada pela UFPA em 1963. O serviço social, enquanto profissão, chega ao século XXI com seu quinto Código de Ética aprovado pela Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993, e a Lei 8662/93, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social. Assim, temos o/a assistente social, que é o profissional de nível superior, o curso de Serviço Social (que, obrigatoriamente pela Resolução CNE/CES nº 02, de 18/06/2007, dispõe que a carga horária mínima de formação, incluindo as atividades complementares e o estágio, seja de 3000 horas) e a Política de Assistência Social, que pode ser pública e/ou privada.

A Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves, denominada FACSS-Breves, foi a primeira criada fora da capital do estado (Ato de Criação UFPA: Resolução 3742-A CONSEPE em 18/08/2008). Após 59 anos de nascedouro do curso no Pará, a UFPA atende à reivindicação das populações tradicionais do Marajó com o apoio massivo do reitor Alex Fiuza de Mello e do coordenador do campus à época, Prof. Carlos Elvio, em 2007. Entre a audiência pública, a implantação do REUNI⁵, a oferta da primeira turma de Bacharelado em Serviço Social no CUMB e a chegada das três primeiras professoras com mestrado (Ana Maria Smith Santos, Elen Lúcia Marçal Carvalho e Gicele Brito Ferreira, que assumiu a direção no período de implantação da FACSS) concursadas para a faculdade, passaram-se três anos (2007-2009). A aula inaugural ocorreu em 9 de setembro de 2009 às 19 horas e foi ministrada pelo Prof. Dr. Ariberto Venturini (que era diretor da Faculdade de Serviço Social do campus de Belém e grande estudioso das populações ribeirinhas) para os primeiros 43 discentes aprovados no vestibular.

As dificuldades eram de toda ordem: em uma sala, éramos três professoras, três cadeiras, uma mesa, um computador e a grande vontade e compromisso em contribuir com a possibilidade de formar assistentes sociais no Marajó; não passamos impunes pelos grandes desafios (a saúde, a família, a distância dos grandes centros com viagens de 12 horas de barco entre Breves e a capital do estado, enfrentando a Baía do Marajó), mas conseguimos!

A efetivação do primeiro Projeto Pedagógico de Curso (PPC) construído pela Comissão de Implantação do Curso de Serviço Social em Breves (2007), formada por

⁵ Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Brasileiras. Decreto Presidencial 6.096/2007, com o objetivo de dar as instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

professores de Belém e técnicos da PROEG, com 3.009 horas, trazia a formação com disciplinas voltadas para o urbano e curiosidades como a disciplina “Antropologia e cosmovisão franciscana”. Uma das primeiras grandes tarefas era aproximar o PPC da realidade marajoara, como solicitado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade (Processo 0043380/2008/ Parecer nº 30 CONSUN-UFPA). Após muitos estudos e assembleias com a turma de 2009 (que foi afetada pelo aumento do número de disciplinas), o PPC de 2009 foi revisto e alcançou a carga horária de 3010h, conforme Resolução nº 4149 de 16/06/2011. O curso foi aprovado e reconhecido pelo MEC após a visita e avaliação do INEP em 2013, sob a Portaria nº 1193 de 27/11/2017, no período extensivo, com turmas noturnas a serem ofertadas bianualmente. Seguindo essa mesma proposição, porém com a inovação de disciplinas voltadas para o Marajó e adequação à Lei de Estágio, um novo PPC foi construído em 2011, Resolução nº 4264 de 24/04/2012 com 3010 de carga horária total.

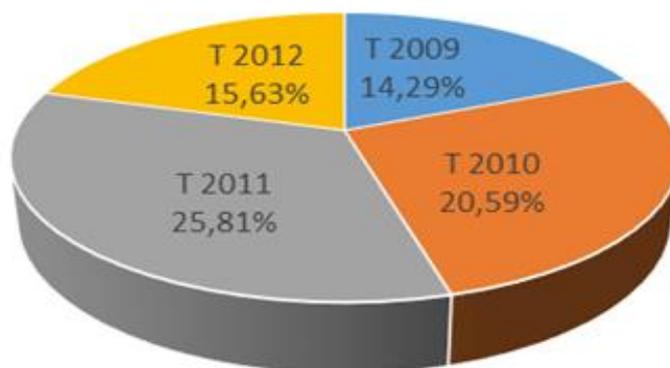
Ainda em 2009, no período de implantação do curso com a proposição do aumento de turmas, foi possível reivindicar mais vagas para professores. As vagas foram estabelecidas pelo REUNI para as faculdades de Pedagogia, Matemática e Ciências Naturais que já estavam estabelecidas no CUMB; em uma grande sensibilização dos diretores e diretora dessas faculdades para que o curso de Serviço Social alcançasse o exigido pelo MEC de no mínimo oito docentes, conseguimos o deslocamento de mais cinco vagas para a FACSS. O quadro estava completo e poderíamos consolidar a faculdade no Marajó para além da primeira turma. Nos concursos realizados em 2010, foram aprovadas quatro professoras e um professor, todos assistentes sociais com mestrado (permanecem na FACSS até os dias atuais as Professoras Christiane Pimentel e Merize Américo). Em 2020, a faculdade chega com um grupo de seis docentes, incluindo a Professora Dr^a Jacqueline Guimarães e o Professor pós-doutor Eunápio do Carmo.

Quadro 01 – Ingressantes e concluintes

Turmas	2009	2010	2011	2012
Ingressantes	43	39	40	37
Concluintes	35	34	31	32
	UFPA – SIAC 14/09/2020			

Ao comemorar o seu 10º aniversário com ensino, pesquisa, extensão e quatro turmas formadas no Município de Breves, chega a inquietação de saber o que fazem os egressos do CUMB/FACSS. Conseguimos atender ao mercado de trabalho e responder às demandas do povo que lutou pela implantação da faculdade? Para responder a uma dúvida metódica, a ciência propõe pesquisa e, assim, nasce o projeto “Por entre memórias: os dez anos da Faculdade de Serviço Social no Marajó”. Em meio ao evento celebrativo, com diferentes mesas discutindo a “Amazônia no Século XXI: Rebatimentos para o Serviço Social no Marajó”, foi desenvolvida a pesquisa com os egressos participantes e ex-alunos que não conseguiram participar das comemorações, mas enviaram seus questionários preenchidos por *e-mail* ou mesmo concederam entrevistas em seus locais de trabalho para os/as auxiliares de pesquisa voluntários⁶. Das quatro turmas com entrada nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 que já concluíram o curso, a relação entre ingressante e concluinte se apresenta da seguinte forma:

Gráfico 01 – Concluintes por turma que responderam a pesquisa



⁶ Agradecemos às incansáveis discentes auxiliares de pesquisa voluntárias: Ianca do Socorro M. Pereira, Marciane Quaresma Pureza, Laídes Santiago de Moraes, Liliane C. Furtado e Vanessa de Souza Gama. Agradecemos aos assistentes sociais José Alberto S. Araujo, Raquel C. de Oliveira e ao auxiliar administrativo da FACSS, Samuel Ferreira, pela sistematização de documentos e tabulação dos dados.

Gráfico 02 – Trabalha como Assistente Social

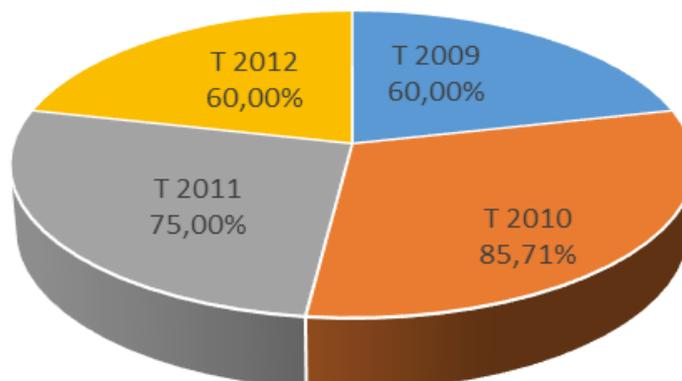
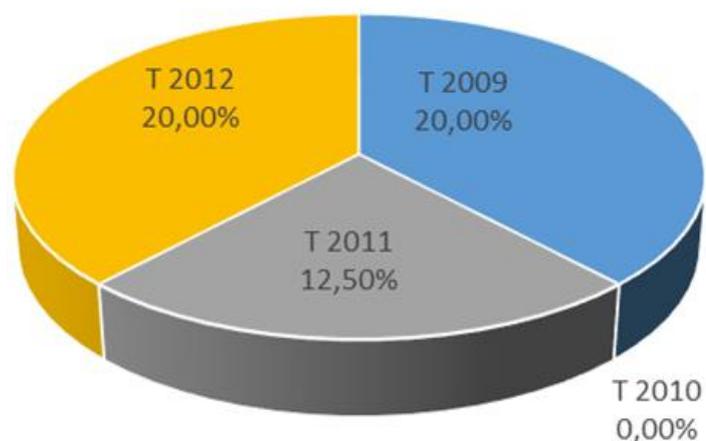


Gráfico 03 – Estava exercendo atividade remunerada fora da formação em Serviço Social

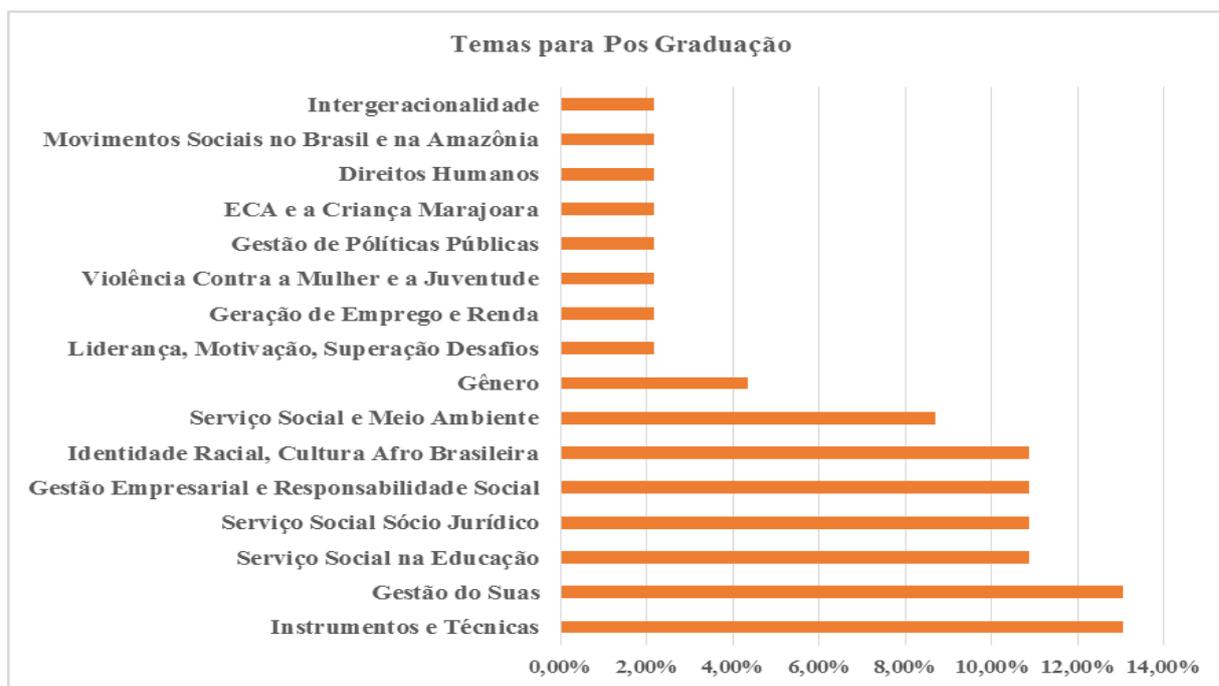


Participaram da pesquisa 25 egressos da FACSS-Breves. Em relação ao número de formandos, obtivemos os seguintes dados (Gráfico 01): quando questionados se trabalham como assistente social, de 60 a 85% dos respondentes afirmaram exercer a profissão para qual se formaram na FACSS-CUMB/UFPA. Todas as turmas pesquisadas têm mais de 60% exercendo a profissão de assistente social e acima de 10% que não exercem a profissão, pois estão empregados desenvolvendo outras funções.

A pesquisa buscou ainda identificar os conteúdos aprendidos na faculdade que mais são utilizados na prática profissional. Cerca de 31% dos respondentes afirmaram ser o componente curricular Instrumentalidade o mais empregado; 27% informaram ser Ética,

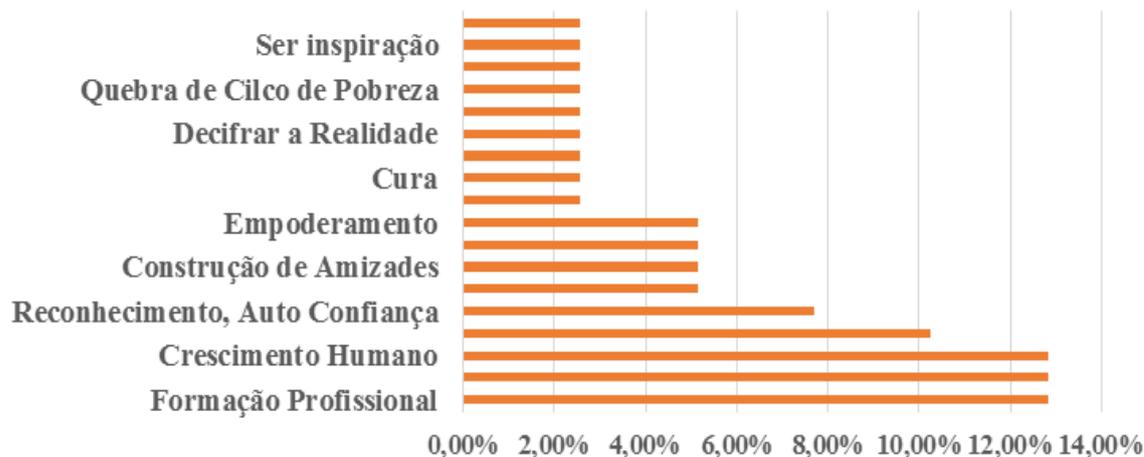
25,40% FHTM e 17,46% apontaram a disciplina Política Social como de teor fundamental para o cotidiano do assistente social. A necessidade de formação continuada foi mencionada por 100% dos pesquisados, que apontaram temas que sentem necessidade de estudar em nível de pós-graduação.

Gráfico 04 – Temas para Pós-Graduação



A faculdade veio para o Marajó atender à demanda das populações vulneráveis, e a pesquisa demonstra que as filhas e filhos vindos das margens do sistema estão num processo de inclusão e ascensão social por meio da educação. “...Um novo perfil do trabalhador se gesta na sociedade sob o domínio do capital financeiro, da sociedade dos imediatismos, do aqui e agora, da razão instrumental, do presente contínuo e exige capacidade de se adaptar às constantes mudanças e às situações cada vez mais precarizadas” (GUERRA, 2010 p. 71).

Gráfico 05 – Significado de cursar a Faculdade de Serviço social



4 Considerações finais

Desde 2016, mais uma vez o CUMB e a FACSS atendem ao chamado para formar Assistentes Sociais em diferentes municípios, sendo o primeiro a ter turma flexibilizada o campus de Melgaço. Com um novo PPC em 2016, com a Resolução nº 4910 de 21/03/2017 e com 3.150 horas, o curso foi expandido e interiorizado para mais duas turmas. Hoje, ao completar 11 anos, a FACSS tem quatro turmas formadas em Breves e quatro em formação, sendo duas em Breves, uma em Melgaço e uma em Cametá. Nesse percurso, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade) atestou notas 05 (máxima em 2013) e 04 (bom em 2016), respectivamente, reconhecendo seus estudantes e docentes como referência no Norte do país. É possível a formação de qualidade no “Brasil profundo” onde chegaram e vivem os descendentes dos Aruãs. Vida longa ao Campus Universitário Marajó-Breves!

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira. **Revista Estudos Avançados**, n. 68, São Paulo: USP, 2010.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: Edusp, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Lei 8.742. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. ANPED: Minas Gerais, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruã**: uma história ecológica do Arquipélago do Marajó. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Trad. Beatriz P. Moises.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEGGERS, B.; EVANS, C. **Archaeological investigations at the mouth of the Amazon**. Washington: Government Printing Office, 1957.

MELLO, Alex Fiúza de. **Para construir uma universidade na Amazônia**: realidade e utopia. Belém: EDUFPA, 2007.

PARÁ. **Relatório de atividades IDEFLOR 2007-2009**. Belém-Pa: Grafisa, 2009. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/relatorios-de-atividade/>.

PEREIRA, M. N. Negros escravos na Amazônia. Na ilha grande do Marajó. In: X Congresso Brasileiro de Geografia. **Anais**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952.

ROOSEVELT, A. C. Chiefdoms in the Amazon and Orinoco. In: DRENNAN, R. D.; URIBE, C. A. (Eds.). **Chiefdoms in the Americas**. Bostom: University Press of América, 1987.

TEIXEIRA, J. B. A Assistência Social na Amazônia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.

VIEIRA, Antônio. Carta ao Rei D. Afonso VI. 28 de novembro de 1659. In: HANSEN, J. A. (Org.). **Antônio Vieira**. Cartas do Brasil. São Paulo: Hedra, 2003.

ZORZETTO, Ricardo. **A arqueóloga das florestas**. São Paulo: FAPESP, 2020.

Capítulo 5

A FACSS E OS 30 ANOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BREVES: INTERVENÇÃO SOCIAL, DIREITOS E RESISTÊNCIA DIANTE DO APROFUNDAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Ana Maria Smith Santos¹
Eunápio Dutra do Carmo²
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães³

RESUMO

No presente artigo registramos e rememoramos a trajetória da Faculdade de Serviço Social (FACSS) concomitante ao protagonismo sociopolítico e educacional do Campus Universitário do Marajó/Breves (CUMB) destacando a amplitude de suas ações e intervenções não somente em Breves, mas sobretudo no território marajoara e da Amazônia Paraense, considerando a sua natureza e instrumentalidade, bem como o projeto ético-político que guia a profissão do Serviço Social. A opção metodológica foi de percorrer as experiências de ensino, pesquisa e extensão como espaços de práticas acadêmicas para instrumentalização técnico-operativa do Serviço Social, articuladas às dimensões ético-política e teórico-metodológica. Para tal abordagem, recorreremos a levantamento bibliográfico e documental que estarão alicerçados pelas experiências e vivências de seus docentes. O recorte proposto parece convidativo para discutir como a atuação da FACSS amplia o debate sobre o desenho das políticas públicas na Amazônia Marajoara em convergência estratégica à missão do CUMB.

PALAVRAS-CHAVE: Faculdade de Serviço Social. Amazônia. Intervenção Social. Direitos. Resistência

¹ Professora Adjunta da FACSS (CUMB/UFPA). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Assistente Social pela UFPA. E-mail: anasmiths@gmail.com.

² Professor Adjunto da FACSS (CUMB/UFPA). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Bacharel em Administração pela UFPA. E-mail: eunapiodocarmo@gmail.com.

³ Professora Adjunta da FACSS (CUMB/UFPA). Doutora em Educação, Mestre em Serviço Social e Assistente Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jacquetsg@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória histórica e social dos trinta anos do Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) é bem expressiva e portadora de experiências exitosas do projeto de *multi-campis* espalhado no interior do Pará com vistas ao desenvolvimento técnico-científico com inclusão social. Isso reflete a opção política pela atuação na diversidade de territórios que compõem as várias “Amazônias”, pois, ao mesmo tempo que dá substância na intencionalidade da ação, impõe extrema responsabilidade e desafios. Certamente, este *e-book* vem lembrando muitas dessas experiências com entusiasmo e satisfação.

A Faculdade de Serviço Social (FACSS) também tem ações significativas na história do CUMB. A vivência da intervenção social de seus discentes e professores confirma a convicção de que a mediação social para garantia de direitos, sobretudo diante da profunda realidade social na Amazônia Marajoara é a maior contribuição da faculdade no campus. É sobre essas experiências que o texto se ambientará com objetivo de relatar, em linhas gerais, a apropriação dos princípios do projeto ético-político da profissão de Serviço Social do projeto político-pedagógico da Faculdade de Serviço Social para efetivação de políticas públicas no Marajó. Numa abordagem de mão dupla, os relatos atravessam o projeto e a práxis social como mediações importantes na perspectiva da emancipação social.

A opção metodológica foi de percorrer as experiências de ensino, pesquisa e extensão como espaços de práticas acadêmicas para instrumentalização técnico-operativa do Serviço Social tendo como campo de estudo e atuação a realidade do Marajó. O recorte proposto nos incentiva a debater como o desempenho da FACSS amplia o debate sobre o desenho das políticas públicas na Amazônia Marajoara. Os caminhos e trilhas, que serão percorridos, revelam vivências marcadas pela constante interpelação sobre a violação de direitos e a condição de privação social de grande parte da população. Desse modo, a fim de orientar uma linha organizativa foi adotado como instrumentos de coleta de dados: pesquisa documental, observações simples e experiências docentes.

O texto inicia com esta introdução que elucida o objetivo e sua concepção analítica e metodológica. Em seguida, serão descritas as ações da FACSS no âmbito do ensino, pesquisa e extensão como práticas acadêmicas centradas na realidade da assistência social. Na sequência, serão relatadas as suas importantes experiências em Melgaço e Cametá somada ao fato do alcance da FACSS/Breves através dos muitos alunos e alunas que recebe de vários outros lugares do estado do Pará. Posteriormente, são apresentadas as agendas de trabalho da

Faculdade de Serviço Social na perspectiva de garantir a permanente interação diante da complexa realidade socioeconômica da Amazônia e do Brasil em tempos de ataques, destruição, racismo e genocídio. O texto proposto assume seu limite por ser um registro da contribuição desta Faculdade na história do Campus, portanto não há a pretensão de analisar a história da FACSS e nem tão pouco de fazer uma avaliação da sua atuação. Trata-se apenas de um breve relato de memórias vivas que colaboraram para um presente ainda bastante desafiador e instigante que forjaram às lutas sociais na perspectiva de construir um outro futuro para e na região.

2. O PROTAGONISMO DE PROJETOS, AS PRÁTICAS ACADÊMICAS, ITINERÂNCIAS ENTRE RIOS E FLORESTAS E UMA CONVERGÊNCIA: A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Em 2009, o CUMB se autoafirmava como importante centro de produção de conhecimento em seus dezenove anos bem sucedidos⁴, após a sua instalação física e oficial no município de Breves, constituindo-se uma entidade de grande reconhecimento na sociedade local. No mesmo ano, era instalado o curso de Serviço Social no âmbito do campus, sendo o segundo curso pertencente a uma universidade pública no estado, tendo sido fruto de demandas concretas e lutas sociais da comunidade local, uma vez que houve uma mobilização da população marajoara para a sua presença. Tanto do ponto de vista acadêmico quanto político, o CUMB e a FACSS têm um princípio que convergem suas ações e retroalimenta seus projetos: a transformação social.

Do ponto de vista institucional, o CUMB, como unidade acadêmica da UFPA, possui como missão: “produzir, socializar e transformar o conhecimento para a formação sólida de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade equânime, inclusiva e sustentável na região do Marajó” (PDU/CUMB, 2017, p. 34). Por seu turno, a FACSS nasce com o propósito de: “formar profissionais capacitados ao enfrentamento às diversas manifestações da ‘questão social’ em equipes multiprofissionais nas diversas áreas das políticas públicas, como assistência social, previdência, saúde, educação etc., ou instituições do terceiro setor e movimentos sociais” (FACSS/CUMB, UFPA, 2016, p. 10).

⁴ A produção do *campus* cresceu com a formação de grupos de pesquisa, publicação de artigos, apresentação de trabalhos em eventos nacionais/internacionais e com a crescente produção de trabalhos de conclusão de curso. Todos tendo a problemática do Marajó como centralidade de investigação e estudo.

A FACSS foi fruto do programa de interiorização da UFPA e do programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) do Ministério da Educação. No centro da história dos seus 11 anos estão as demandas socioinstitucionais no cenário de avanço da exclusão social. O primeiro projeto político pedagógico passou por modificações para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social (Pareceres CNE/CES nº 492/2001 e nº 1.363/2001 e Resolução CNE/MEC nº 15/2002) que subsidiou o atual projeto político pedagógico.

A Faculdade passou por duas revisões do Projeto Pedagógico, o Núcleo Docente Estruturante – NDE foi criado em 2012 contribuindo para construção da última versão do PPC que foi finalizada em 2016. Os avanços na busca da excelência são nítidos: qualificação docente, programas de extensão e pesquisa, produção científica, número de bolsistas e redes de atuação com entidades regionais. Não é por acaso que o mais relevante significado de um campus universitário público, gratuito e de qualidade no centro da Amazônia Marajoara representa a possibilidade de reversão dos mecanismos de reprodução da exclusão social. Trata-se de uma opção política de intervenção social, o que aliás está diretamente relacionada com a essência da implantação desta Faculdade em um território distante da capital paraense.

A história da FACSS/Breves é pautada pela reivindicação da população marajoara por políticas públicas diante das contradições sociais derivadas do avanço da acumulação capitalista numa região periférica. A institucionalização e a efetivação de políticas públicas passam a ser centrais no debate local com a formação acadêmico-profissional do projeto ético-político e instrumental do Serviço Social.

As práticas acadêmicas da FACSS inspiram-se na “radicalidade da aposta humana na construção da história” (IAMAMOTO, 2014, p. 610). Ou seja, a construção de uma consciência social com ações para cumprimento dos dispositivos legais e, muito especial, a luta pela cultura de direitos em uma região arrasada pelo avanço do capital. Por essa razão, o ensino, a pesquisa e a extensão são sempre problematizados para uma política de assistência no Marajó. Como alerta Fávero: “É preciso ter em conta que a universidade não está à margem da história de um país, ao contrário, integra a história e é por ela atravessada” (FÁVERO, 1980, p. 34). No limite, a Faculdade de Serviço Social entende que o fazer acadêmico é práxis social.

Nesse sentido, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão promove a visão crítica e a permanente problematização sobre a garantia da promoção de direitos e a democracia do acesso. Aliás, os “núcleos de fundamentação da formação profissional”, agrupamentos de disciplinas por temas relevantes do curso, são estimuladores dessas práticas acadêmicas

integradas e totalizantes. Como consequência disso, o CUMB tem sido espaço de múltiplas experiências acadêmicas protagonizadas por discentes e docentes da FACSS com resultados exitosos para o desenvolvimento de componentes curriculares, competências e habilidades do campo profissional. Cabe salientar que há um *continuum* entre a sala de aula e os espaços sociais do Marajó que revela o grau do compromisso social de uma instituição de ensino superior com os desafios postos pela sociedade, como será demonstrado nos exemplos a seguir.

Nos idos de 2009 e 2010 as duas primeiras turmas foram implantadas em regime de ensino extensivo noturno, em que a oferta seguiu nesta modalidade até a oferta turma de 2012. Como é muito bem destacado do PPC da FACSS/CUMB, os profissionais formados pelas primeiras turmas foram sendo continuamente absorvidos não somente no município de Breves, mas também pelos municípios vizinhos atendendo às constantes demandas postas pelos nove dos que compõem o Marajó Ocidental, sendo ainda uma constante o sistema de ensino restrito a educação básica, existindo uma considerável lacuna nas ofertas de cursos de nível superior.

Imagem 1 - Registro da primeira turma formada pela FACSS/CUMB/UFPA



Fonte: BARBALHO, 2018.

Com a presença da FACSS no município foi possível estabelecer parcerias com os profissionais que atuavam nas instituições municipais responsáveis pelas políticas públicas de Assistência Social e Saúde, além disso era preciso consolidar os campos de estágio o que contribuiu para o estreitamento das relações institucionais. As suas primeiras docentes passaram a representar a UFPA e o Campus em decisivas conferências municipais de Assistência Social e Saúde.

Sendo um curso sempre atento às especificidades da região, não teria como não destacar uma problemática que ainda perdura: a ausência de água encanada e de qualidade. De acordo com os dados divulgados pelo Observatório do Marajó, no Marajó Ocidental 77,58% das residências não possuem serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição e 81,56% não possuem banheiro e nem água encanada.

Neste sentido, ainda em 2010, como atividade acadêmica realizada fora do Campus tivemos a experiência desenvolvida na disciplina de “Pesquisa em Serviço Social II” com a turma de 2009⁵. O tema proposto pela docente e planejado junto com a turma foi a “qualidade da água em Breves-PA”, haja vista que a problemática quanto se constitui em uma grave situação a ser resolvida no Marajó até o presente momento. Autoras como: Bourguignon (2007), Barroco (2007) e Martinelli (1999) foram referências de destaque nessa disciplina. A atividade de pesquisa em campo foi dividida em grupos que ficariam responsáveis por realizar entrevistas em pontos estratégicos na cidade. Foram selecionadas ruas do bairro centro e do bairro Jardim Tropical, este último por ser de periferia.

Essa atividade proporcionou aos discentes e à comunidade local um maior contato com as ações desenvolvidas pela UFPA no que tange à formação de profissionais mais engajados com a realidade social. A experiência de inserção dos discentes em campo resultou na compreensão de que independente de estar em bairro de periferia ou no bairro centro, igualmente, a população sofre com a dificuldade de acessar a água com qualidade. Entretanto, torna-se mais grave e excludente essa condição à medida em que adentramos nos bairros de periferia e verificamos situações em que as famílias são levadas a utilizar a água dos igarapés para consumo diário, nesses casos esses córregos mostram-se já em estado inapropriado para consumo.

Observadas essas condições, a pesquisa teve bons frutos tanto para o trabalho junto à turma, quanto por promover um maior debate das vulnerabilidades vivenciadas pelos breveses em seu cotidiano, pois os resultados também demonstraram que o problema não estava só na rede pública de abastecimento em virtude de sua água de péssima qualidade, mas também, foram evidenciadas falhas na distribuição e fornecimento regular de água. No caso da periferia, foi identificado que a rede não chegava até certos bairros do município.

Destacamos que as ações de ensino sempre estiveram fortemente articuladas aos projetos de pesquisa e extensão, tendo sido uma prática desde o surgimento da faculdade. Com relação aos projetos de extensão já desenvolvidos pelos docentes, tiveram relação com

⁵ A referida disciplina ministrada pela Profa. Ana Smith no segundo semestre de 2010.

as formações dos (as) docentes, nos quais destacamos os (as) nossos (as) primeiros (as) docentes: Ana Maria Smith Santos, Elen Lúcia Marçal de Carvalho, Gicele Brito Ferreira, Christiane Pimentel e Silva, Liliam dos Reis Souza dos Santos, Maria Antonieta Rocha dos Santos, Merize de Jesus da Silva Américo e Raimundo Sócrates de Castro Carvalho.

Estes atuavam em linhas de pesquisa e extensão que giravam em torno dos seguintes temas: envelhecimento, juventude e direitos humanos (Profa. Gicele Brito); Assistência Social (Profa. Elen Carvalho); Trabalho e Políticas Públicas (Profa. Christiane Pimentel) e Desigualdades de Gênero (Profa. Merize Américo), desde então, observamos um desdobramento quanto a estas pesquisas. Registra-se que até a revisão do PPC em 2016 os projetos coordenados por docentes da FACSS em andamento nesse período foram os seguintes:

- i) “A formação do Assistente Social: um estudo sobre as identidades profissionais em Breves-PA”, sob a responsabilidade da Profa. Ana Smith;
- ii) “A Luta pela Terra e o Conflito Socioambiental na Implantação da Reserva Extrativista Terra Grande Pracíuba no Marajó-Pará: Entre o Açaí e a Madeira”, sob a coordenação da Profa. Gicele Brito;
- iii) “Trabalho infantil nos rios do Marajó: Entre a exploração e a luta pela sobrevivência”, promovido pela Profa. Merize Américo;
- iv) “Trabalho, “questão social” e políticas públicas na Amazônia” e “Formação e exercício profissional no Marajó: pesquisa sobre egressos da Faculdade de Serviço Social de Breves” os dois sob a direção da Profa. Christiane Pimentel.

Tais projetos foram resultados do empenho de professores-pesquisadores, bolsistas e técnicos da FACSS. Atualmente, seguindo esta coerência de trabalho integrado que se faz analítico e interventivo (constitutivo da natureza e instrumentalidade do Serviço Social) surgiram novas e contínuas frentes de trabalhos tomando as áreas de pesquisa como: direitos humanos da infância, envelhecimento e comunidade ribeirinhas, articuladas em programas de extensão e pesquisa que podem ser melhor visualizadas no quadro a seguir:

PROGRAMA/PROJETO	OBJETIVO/FOCOS	REDES/ PARCERIAS
<p>Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó.</p> <p>Coordenadora: Profa. Dra. Jacqueline Guimarães.</p>	<p>Fomentar ações de educação em/para direitos humanos, tomando como foco reflexões sobre a infância numa perspectiva da diversidade, ou seja, pensando em “infâncias” em sua pluralidade junto aos presentes e futuros profissionais do Sistema de Garantia de Direitos do Marajó Ocidental e com a comunidade local. As ações visam contemplar quatro municípios do Arquipélago do Marajó/PA: Breves, Melgaço, Portel e Curralinho.</p> <p>Foco: assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e professores da rede pública, profissionais da área da saúde, profissionais de nível médio do Sistema de Justiça, integrantes de movimentos sociais, além de discentes de instituições de ensino superior e técnico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Ministério Público – Região Marajó ● Defensoria Pública/ Sede Regional do Marajó ● Instituto Federal do Pará/IFPA – Campus Breves, ● Secretaria de Trabalho e Assistência Social/SETRAS de Portel,
<p>Memórias de Idosos: oralidade, cinema e fotografia na interface com o direito ao envelhecimento.</p> <p>Coordenadora: Profa. Dra. Ana Smith</p>	<p>Desenvolver ações de registro e reflexões sobre a memória dos idosos participantes dos CRAS, considerando suas demandas na garantia do direito ao envelhecimento.</p> <p>Foco: Direito ao Envelhecimento digno</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● SEMTRAS/CRAS
<p>Redes de Comunidades Ribeirinhas.</p> <p>Coordenador: Prof. Dr. Eunápio do Carmo.</p>	<p>Garantir a promoção da cultura de direitos em comunidades ribeirinhas e assegurar a participação social como forma de emancipação social e geradora de empoderamento político, preservando a diversidade cultural numa perspectiva contra-hegemônica.</p> <p>Foco: Meio-Ambiente, comunidades ribeirinhas e direitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Defensoria Pública; ● Prelazia do Marajó; ● Secretaria Municipal de Saúde; ICMBio

Fonte: Autores (2020)

Cabe destacar que no mês de abril de 2019, a Universidade Federal do Pará, em constante diálogo com o Dom Luiz Azscona, bispo emérito da Prelazia do Marajó, um dos principais denunciadores dos casos de violações de direitos humanos da população marajoara, juntamente com o bispo D. Evaristo Spengler em articulação com a Pró-Reitoria de Extensão, lançaram o edital de Extensão Inclusiva Avançada (PROEXIA) Marajó a fim de aprovar propostas de programas de extensão que contemplassem discentes marajoaras dos *Campi* de Soure e Breves e que, por consequência, atingissem os 16 municípios pertencentes ao

Marajó⁶. Apesar de não haver restrição de *campi* que pudessem habilitar propositores, foi destinado a cada região (Breves/Marajó Ocidental e Soure/Marajó Oriental) dez propostas para cada. Das dez destinadas a Breves, duas aprovadas foram da FACSS.

A Faculdade, no momento, tem o maior número de projetos de pesquisa e de extensão do CUMB. São 4 projetos de pesquisa e 9 projetos de extensão que oportunizam a oferta de 17 bolsas na modalidade de bolsas para alunos em situações vulneráveis, sendo predominantemente negros, mulheres, oriundos da escola pública e de famílias que vivem de benefícios e auxílios do governo por meio da políticas de Assistência Social, constituindo-se na primeira geração de suas famílias a terem acesso ao ensino superior. Consequentemente, o impacto social desse conjunto de projetos dialoga favoravelmente com os princípios do CUMB “a universalização do conhecimento; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente” e, principalmente “autonomia para pesquisar, ensinar, divulgar e promover a cultura marajoara, o pensamento, a arte e os saberes locais” (PDU/CUMB-Marajó, 2017, p. 34).

A missão do projeto ético-político tem exigido a expansão da atuação. Nesse sentido, a FACSS tem no deslocamento territorial de sua ação uma das marcas de atuação. Essa itinerância é revelada tanto pelas turmas flexibilizadas ofertadas em outros municípios como também por receber alunos de outros lugares da Amazônia, conferindo à Faculdade uma condição de uma subunidade em trânsito no território das águas.

A primeira experiência fora do município de Breves foi realizada em Melgaço-PA. Este município possui o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano/IDH do Brasil (IBGE, 2010), quadro que relacionado às condições de pobreza geram grandes demandas a Política de Assistência Social e, por conseguinte, conflita com as restrições na oferta de profissionais bacharéis em Serviço Social para atuarem nas diferentes políticas sociais tão fundamentais para um município com tal realidade. Da mesma forma, assim como em Breves, mas em tempos e condições diferentes, em Melgaço o curso para a formação de assistentes sociais foi resultado da mobilização de importantes lideranças, ao constatarem as problemáticas da região e visando atender demandas que necessitaria de profissionais qualificados formados no próprio município.

⁶ Para mais informações acesse <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/10173-inscricoes-para-o-edital-de-extensao-inclusiva-avancada-marajo-vaio-ate-31-de-maio>. Importante ressaltar que este edital teve duas chamadas.

Imagem 2 - Registro da primeira visita das docentes para articulação da realização da primeira turma da FACSS/CUMB em Melgaço/PA



Fonte: Arquivo pessoal dos docentes da FACSS, 2016.

Nesse sentido, a oferta de uma turma de Serviço Social para o município está diretamente relacionada com visão crítica social e de intervenção proposta no projeto do curso, em que por meio de oportunidades geradas por disciplinas como “Questão Urbana e Rural na Amazônia”, “Relações de Gênero e Etnia” e “Seminário Temático de Serviço Social e Educação”, por exemplo, promovemos eventos como o “I Ser Negro na Amazônia: dialogando sobre as estratégias intersetoriais para o combate ao racismo” e o “I Seminário de Serviço Social e Educação da FACSS” e contando com a presença não somente de assistentes sociais e profissionais da Assistência Social, mas tendo uma efetiva participação de professores e demais profissionais da educação e da saúde atuantes em Melgaço.

A experiência em Melgaço, primeira turma flexibilizada em 2016, tem sido bastante promissora, apesar dos desafios que foram enfrentados quanto a ausência de espaço adequado para ministrarmos as aulas e as situações de incertezas quanto a nossa permanência. Em outra articulação interna na UFPA entre os coordenadores dos *campi* de Cametá e de Breves, juntamente com a FACSS, resultou na turma de Cametá de 2019 como a mais recente oferta de flexibilização. O Baixo-Tocantins passa a ser um novo território de ação da Faculdade, contando com uma turma formada de alunos de municípios daquela região a exemplo de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Mojú além de outros como: Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Baião, Bragança e Belém.

Para além das turmas flexibilizadas, a Faculdade tem egressos e atuais alunos dos seguintes municípios: Belém, Augusto Correia, Santa Luzia, Bragança, Mocajuba, São Sebastião da Boa Vista, Monte Dourado, Bujarú, Baião, Portel, Currálinho, Melgaço. Isso revela o impacto social da Faculdade em se tratando de municípios que não possuem universidades públicas e têm um legado de desigualdade social. Hoje os egressos ocupam cargos nas instituições nos seguintes municípios: Gurupá, Portel, Anajás, Currálinho, Belém, Marabá, Barcarena, Melgaço, Breves, Soure e Macapá – AP, uma demonstração de que os objetivos de formação estão sendo alcançados ao promover uma inserção de profissionais abrangendo locais para além do território marajoara.

3. AGENDAS E DESAFIOS PERMANENTES EM TEMPOS DE ATAQUES, DESTRUIÇÃO E RACISMO ESTRUTURAL

A celebração dos 30 anos do CUMB também acontece numa conjuntura em que a Amazônia tem sido atacada de várias maneiras e por diversos interesses e a população pobre, negra, da periferia, indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas vem sendo massacradas pela política ultraliberal que avança no Brasil. Em sintonia com as entidades representantes da profissão, que são o CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social- Conselhos Regionais de Serviço Social) e ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a FACSS-Breves tem estado nas lutas sociais contra a destruição da Amazônia e feito resistência ao caráter racista, elitista, genocida e conservador de parte da sociedade brasileira muito presente nos dias atuais.

Seguimos com projetos de pesquisa e extensão que levaram à frente essa linha de resistência, tais projetos concentraram esforços em estudar a região marajoara, os problemas sociais da região e os aspectos sociais tendo em vista a defesa dos direitos. Nossa presença em atos, ações, debates que viessem a defender os diversos direitos sociais foi marcante em tempos em que a universidade ou os direitos sociais estavam sendo alvo de questionamentos ou desaprovação, tudo isso fruto da disseminação de ideias falsas sobre o serviço público, ou até mesmo, fruto da veiculação de ideias homofóbicas, racistas e machistas tão presentes nas redes sociais. Essa trajetória traz marcas significativas do trabalho coletivo desenvolvido o que culminou em uma singular comemoração dos 10 anos da Faculdade em 2019, como é possível ver na imagem a seguir.

Imagem 3 - Registro de Comemoração dos 10 anos da FACSS.



FONTE: Arquivo pessoal dos/as docentes da FACSS, 2019.

Em 2019, os ex-alunos atuantes nas instituições da rede de serviço das políticas públicas municipais realizaram uma articulação com o CRESS para a criação do Núcleo do CRESS (NUCRESS) em Breves. A direção da Faculdade de Serviço Social, na pessoa da profa. Ana Smith, esteve presente nas atividades realizadas esse ano, contribuindo também com os debates realizados em prol do fortalecimento da profissão na região marajoara. Outra ação de mobilização em que os docentes da Faculdade compareceram no ano de 2019, ocorreu na ocasião das passeatas em prol da Educação superior e contra o projeto FUTURE-SE do governo federal que, segundo matéria do SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES), dentre os problemas do projeto foi constatado que “todas as medidas têm como enfoque o ensino e a pesquisa, ignorando a extensão. Com isso, o Future-se promoverá o desmonte do tripé que sustenta a lógica de produção de conhecimento socialmente referenciado” (ANDES, 2019), por tal razão, a FACSS compareceu juntamente com representações das universidades públicas nas mobilizações nacionais de luta contra este projeto. Além deste momento, ocorreram também em 2019 passeatas contra a Reforma da Previdência, a contribuição da Faculdade foi de igualmente colaborar com as mobilizações a nível municipal.

Atualmente devido aos impactos do novo coronavírus em vidas e corpos de populações em situação de vulnerabilidade social, condições que mais uma vez deram

visibilidade ao território marajoara em decorrência dos significativos índices de pessoas contaminadas e mortas. Surgiram propostas que objetivam fortalecer a população diante tais problemáticas, neste sentido destacamos as chamadas realizadas pelo Observatório do Marajó objetivando oferecer recursos para propostas de ações sociais a fim de realizar campanhas de prevenção ou doação de alimentos e produtos de higiene como álcool em gel, álcool 70%, máscaras e água sanitária (produtos fundamentais para a prevenção contra o COVID-19). Em coerência com a natureza do curso e o compromisso ético e político com a população marajoara, a FACSS aprovou e realizou quatro ações sociais voltadas para moradores do lixão, comunidades ribeirinhas e antigos matadores dos municípios de Breves e Melgaço, tais ações foram promovidas pela profa. Jacqueline Guimarães e o prof. Eunápio do Carmo.

Seguindo este horizonte social, nos articulamos para aprovar novas propostas para os demais municípios vizinhos como Portel e Curalinho. As consequências da política de austeridade têm efeito direto nas populações locais, haja vista que os diálogos partem diretamente de sua realidade marajoara realizadas por sujeitos que experienciam e vivenciam o Marajó cotidianamente. Pela restrição no quantitativo de instituições de ensino superior, sobretudo públicas, a população marajoara acaba por não ter a oportunidade de participar de debates qualificados que contem com resultados de pesquisas realizadas na região. A atuação da Faculdade de Serviço Social no Marajó ocorre a partir da articulação com importantes lideranças de movimentos sociais e da sociedade civil como a Prelazia do Marajó, a Comissão de Justiça e Paz, a Cáritas de Melgaço, a Pastoral da Juventude, a Pastoral da Criança, o Grupo “Mulheres Unidas” do Jardim Tropical/Breves, o Movimento pelo Direito do Uso da Água, o Projeto Ballet Leveza Inocente/Breves e o Coletivo de Pretos e Pretas do Arquipélago do Marajó (CPPAM)⁷.

As condições estruturais de dominação e de exclusão social permanecem e reatualizam-se no tempo presente, ou seja, o avanço do desenvolvimento capitalista é essencialmente desigual entre povos e países, gerador de exclusão social e de destruição ambiental, constituindo em vetor estrutural do sistema-mundo. Considerada por seus munícipes como capital do Marajó, Breves é um exemplo emblemático que (re)vive essas tensões da reprodução do capital presente na região marajoara na medida em que o território das florestas é aprisionado por uma atividade econômica centrada na especialização de commodities madeireiras e derivados. Somado à super exploração de trabalhadores chegando em muitos casos a trabalho análogo ao trabalho escravo, esse processo casou inúmeros

⁷ O referido coletivo se constitui em desdobramento das ações promovidas pelo Projeto de Extensão Ser Negro no Marajó, iniciado em 2017 e coordenado pela prof. Jacqueline Guimarães.

desastres socioambientais. O conjunto dessas condições estruturais de desigualdade social da região estão no centro do debate e das lutas da FACSS.

4. Considerações Finais

Os trinta anos do Campus Universitário Marajó-Breves permitiu, sobremaneira, que a ciência e a tecnologia com inclusão social fizessem parte da agenda local, sendo importantes vetores de desenvolvimento regional como preconiza a UFPA enquanto uma universidade *multi-campi*. Na plenitude de sua trajetória, o Campus tem contado com a FACSS, uma subunidade absolutamente atuante que vem demonstrando uma diversidade de práticas acadêmicas, como as descritas neste texto, capazes de mobilizar saberes e intervenções integradas e adequadas às demandas socioinstitucionais em um cenário tão difícil e complexo, mas não inexorável. A práxis social que articula ensino, pesquisa e extensão acompanha e organiza o fazer acadêmico sobretudo diante da contemporaneidade do campo de atuação dos profissionais de Serviço Social, influenciada pelo avanço do sistema de produção capitalista e suas formas de extração de valor baseadas no ataque aos direitos, na destruição dos territórios de comunidades ribeirinhas e quilombolas e no racismo estrutural.

De maneira ostensiva, as violações de direitos e as violências crescem no Marajó. Essa intensificação reflete não só no processo de concentração de riqueza e renda – fenômeno que se repete no país e no mundo - como também em decorrência das posturas e narrativas que buscam naturalizar esse processo, contribuindo para manutenção do *status quo* da elite econômica e política. O tom conservador, racista e negacionista desta elite cumpre o papel de operar no campo de relações de poder como detentora da “verdade” e da “inteligência” produzindo socialmente a invisibilidade e o silenciamento dos grupos que foram vulnerabilizados por uma estrutura social excludente e centrada no mercado em detrimento da vida humana. A FACSS, assim como o CUMB, em suas atividades e lutas vem se posicionando contra as formas de retrocesso que negam a ciência, atacam as universidades públicas e privatizam organizações públicas e, ao mesmo tempo, seguem o desenvolvimento do conhecimento científico, articulando projetos de pesquisa e extensão que afirmam a necessidade de responsabilização do Estado pela implementação de políticas públicas territorializadas e adequadas ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” na região, principalmente, considerando a interligação da crises social, estrutural e contínua, que foram agravadas com a crise sanitária em decorrência da pandemia do COVID-19.

A garantia de direitos e a democratização do acesso são vitais diante dos graves problemas sociais que acentuam-se e intensificam-se provocando um estado crescente de sofrimento humano, fruto do projeto genocida e ecocida do governo federal, cuja iniciativa revela que ainda possui um pensamento simplista sobre o Marajó quando planeja políticas assistencialistas e extremamente coloniais somando ao fato do descaso pelo meio-ambiente e territórios da biodiversidade da Amazônia. Isso só demonstra que a luta de ontem pela efetivação dos direitos constitucionais continua e esse paralelo histórico é fundamental para revelar a força organizativa da sociedade civil diante de tantas arbitrariedades. A conjuntura atual tem condicionantes diferenciados daqueles vividos pelo CUMB em 1990 (século XX) e pela FACSS em 2009 (século XXI), anos que a unidade e subunidade foram implantadas, respectivamente, mas sem dúvida, em ambos períodos a democracia não corria tanto riscos como vem acontecendo nesses últimos tempos no Brasil e no mundo, somado ao fato de ascensão do profascismo.

Alunos, professores e técnicos da FACSS orgulham-se de pertencer ao Campus e nutrem por ele um extraordinário respeito. A celebração dos 30 anos tem a mística da memória e nela reside o lugar afetoso das recordações, lutas e aprendizagens que se eternizam. É singular o lugar desta Faculdade na caminhada do CUMB quando se trata de disputas e enfrentamentos políticos para promoção da vida humana, sobretudo é ainda mais significativo quando CUMB, FACSS e todas as demais faculdades se juntam para, no horizonte possível, colaborar para a transformação social profunda da região. O Marajó que se defende é radicalmente democrático e livre e é para isso que todos os dias estudamos, trabalhamos e produzimos com vigor, prazer e esperança.

REFERÊNCIAS

ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Programa Future-se representa a extinção da Educação Federal Pública.** Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-do-setor-da-educacao-programa-future-se-representa-a-extincao-da-educacao-federal-publica>> Acesso em: 16/10/2020.

BARBALHO, Max William Monteiro. **Entre os rios e florestas: caminhos da formação profissional do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará- Campus Marajó-Breves.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Disponível em: <www.cpihts.com> Acesso em: 10/09/2010.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, v.10, nº spe. Florianópolis, 2007

FACSS-BREVES. **Projeto Pedagógico de Curso da Faculdade de Serviço Social.** Universidade Federal do Pará/Campus Marajó- Breves, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder:** análise crítica e fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social.** In: _____. Pesquisa Qualitativa um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

PDU/CUMB. **Programa de Desenvolvimento da Unidade.** Universidade Federal do Pará / Campus Marajó-Breves, 2017.

Capítulo 6

DA DOCÊNCIA À PESQUISA E EXTENSÃO (2013-2020): GÊNERO, RAÇA, LEITURA E ESCRITA

Sandra Maria Job¹

RESUMO

Como é sabido, o trabalho docente nas universidades não se limita ao ensino apenas. Contudo, muitas das atividades que o/a docente desenvolve, além do ensino, nem sempre chegam ao conhecimento da sociedade como um todo. Neste contexto, visando dar visibilidade a projetos desenvolvidos e coordenados pela autora na Universidade Federal do Pará, no Campus de Breves, no período de 2013 a 2020, e buscando fazer uma breve reflexão sobre o possível impacto (positivo ou não) desses projetos na/para a vida dos discentes que deles participaram/participam, esse artigo tem como objetivo perfilar e discorrer brevemente sobre os projetos mais relevantes nas áreas de gênero e temas afins, raça/etnia, leitura e escrita desenvolvidos e coordenados pela autora, docente da Faculdade de Letras. Para tanto, utiliza-se de dados dos próprios projetos, de imagens, de sites, fichas de avaliação e de Santos (2019) para atingir os objetivos propostos. Concluiu-se, entre outros aspectos, que os projetos desenvolvidos têm sido relevantes e têm causado impactos positivos para a maioria do público que deles usufruiu, muito embora em alguns deles nem sempre foi possível ter um *feedback* do impacto causado nos participantes.

Palavras-chave: Pesquisa. Extensão. Ensino.

¹ Docente na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves. E-mail sandrajob@ufpa.br

1 Introdução

Nos últimos meses do ano de 2012, concorrendo a uma vaga proveniente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)², fui aprovada em concurso público para suprir uma dessas vagas, disponível na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, no Campus Universitário do Marajó - Breves. Em fevereiro de 2013, tomei posse.

Em 2013, o Campus assim como a Faculdade de Letras já estavam consolidados, contudo, uma universidade e seus campi nunca param de crescer. Sendo assim, há sempre algo para fazer em prol do crescimento dos mesmos. E, enquanto docente, procurei trazer alguma contribuição para o Campus onde, por opção, escolhi trabalhar. Para melhor detalhar essas contribuições, o objetivo aqui é relatar as atividades mais expressivas voltadas para o ensino, a extensão e pesquisa desenvolvidas pela autora no período de 2013 a 2020. Além disso, o intuito é fazer uma breve reflexão sobre o possível impacto (positivo ou não) dessas atividades para os discentes, em especial, muito embora tais projetos sempre estiveram/estarão abertos à comunidade externa – estudantes ou não.

Para tanto, o trabalho aqui obedecerá a seguinte estrutura. Primeiro trago um breve panorama histórico da Faculdade de Letras, em seguida, a descrição e análise das atividades mais relevantes desenvolvidas pela autora no ensino, na pesquisa e extensão. E, por fim, a conclusão.

Posto isso, a seguir, um pouco da Fale/Breves e do trabalho ali desenvolvido.

2 Faculdade de Letras do Campus Universitário do Marajó-Breves

Embora o objetivo seja a Faculdade de Letras, antes cabem algumas considerações sobre o Campus Universitário do Marajó-Breves. Em relação a ele, considero que a história desse Campus teve início na década de 1990, período em que “a Universidade Federal do Pará instalou-se no município de Breves [...], inicialmente como um núcleo subordinado ao campus de Soure, oferecendo os cursos de licenciatura e bacharelado em História, em regime

² “Criado em 2007, o Reuni permitiu a reestruturação da rede federal de educação superior a partir dos projetos de expansão apresentados pelas universidades. A ampliação das vagas, a interiorização dos campi e a realização de concursos para docentes e técnicos administrativos demonstram a reestruturação da rede federal.” (MEC, [s.d.], on-line)

intervalar”³. Considero, pois, naquele momento, jogava-se a sementinha que iria germinar, vicejar: um Campus da UFPA em Breves. Semente que brotou em 2006, quando o núcleo, agora com sede própria, ganha “o *status* de campus denominando-se Campus Universitário do Marajó-Breves”⁴. Atualmente esse Campus ainda segue em processo de crescimento e junto com ele as Faculdades que ele abriga, a saber: Faculdade de Letras, Matemática, Pedagogia, Ciências Naturais e Serviço Social.

No que tange à Faculdade de Letras, em específico, a mesma data do ano de 2009. Entretanto, o curso de Letras já era ofertado em Breves desde à década de noventa do século XX, e os professores que assistiam os alunos pertenciam ao corpo docente do Campus do Guamá, em Belém. Atualmente ela conta com um quadro de docentes efetivos composto por sete professores doutores⁵, um doutorando⁶. Esse número de docentes, por exemplo, comprova o quanto ela ainda precisa caminhar, visto que com as cinco turmas que tem atualmente o ideal é ter um número maior de docente concursado. Mas, independentemente do que ainda há para ser feito, chegar até aqui exigiu um trabalho árduo que contou com o inestimável trabalho de todos os docentes que atuaram e atuam na FALE, dos diretores⁷ e técnicos⁸ que passaram pela Faculdade de Letras e dos que estão.

Ainda no que diz respeito à FALE, a mesma abriga dois projetos pensados e implantados pela autora e que merecem constar aqui, quais sejam: o Colóquio de Letras (www.coloquiodeletras.ufpa.br) e a *Revista Falas Breves* (www.falabreves.ufpa.br), Qualis B3 em 2020. Ambos são de suma relevância para a comunidade acadêmica, agregam valor ao curso de Letras e, conseqüentemente, fortalecem o Campus de Breves.

³ Informação extraída no endereço www.campusbreves.ufpa.br/index.php/historico.

⁴ Idem

⁵ André B. de Macedo, Antônia Fernanda S. Nogueira, Cinthia de L. Neves, Elson de Menezes Pereira, Esequiel G. da Silva, Luiz Guilherme dos Santos Júnior, Sandra Maria Job

⁶ Celso Francês Júnior

⁷ Diretores/as e vice-diretores/as que passaram pela FALE: Celso Francês Júnior (2009); Celso Francês Júnior e Elson Menezes Pereira (2010-2011) Luiz Guilherme Santos e Maria Domingas Ferreira de Sales (17/01/2012-07/02/2013); Celso Francês Júnior (08/02/2013-17/06/2013); Celso Francês Júnior e Sandra Maria Job (18/06/2013-23/03/2014); Sandra Maria Job e Fernanda de Souza Nogueira (24/03/2014-10/05/2016); Sandra Maria Job e Fernanda de Souza Nogueira (11/05/2016-01/01/2017); Esequiel Gomes da Silva e Elson de Menezes Pereira (02/01/2017-01/03/2018); Esequiel Gomes da Silva e André Macedo (02/03/2018-24/10/2018); André Macedo (02/03/2018-10/01/2019, como vice-direção); Elson de Menezes Pereira e Luiz Guilherme (14/03/2019-atual).

⁸ Dois técnicos administrativos passaram pela FALE: Michell Costa Baia (01/2010-02/2014); Raryson Rocha (26/05/2014-atual).

Imagem 1: Logo da 1ª edição do Colóquio de Letras (2014), de Danilson Lima⁹.

Anais do Colóquio de Letras
da FALE/CUMB

ISSN 2358-1131



Fonte: <http://www.coloquiodeletras.ufpa.br/i-coloquio-de-letras/anais-i/>.

Eles vieram a público em fevereiro de 2014. E, no que diz respeito ao Colóquio, junto com um evento que já existia, o Encontro do Curso de Letras em Breves (ECLEB), eles se tornaram um meio através do qual os discentes do Campus podem ampliar o leque de conhecimentos. Nesse sentido, o Colóquio de Letras, em particular, tem sido relevante, pois oportuniza a toda a comunidade acadêmica participar de três dias de um evento bastante diversificado e que tem primado por trazer pesquisadores de notável conhecimento intelectual dentro das respectivas áreas deles, contribuindo sobremaneira para a formação profissional, intelectual e humana dos discentes do Campus e comunidade interessada (o evento é aberto à comunidade também). Nele nomes¹⁰ como o do professor e escritor José Luiz Fiorin (USP-SP), que proferiu a palestra de abertura do III Colóquio, já nos honraram com a presença e conhecimento (na foto abaixo, em 1º plano, da esquerda para a direita, o professor Jean P. Chauvin (USP), que também proferiu palestra na 3ª edição do evento, e o professor José Luiz Fiorin).

Imagem 2: Abertura do III Colóquio de Letras (2016).



Fonte: Foto disponível em www.coloquiodeletras.ufpa.br.

⁹ Danilson Lima Moraes, na época, era discente da turma de Letras 2011.

¹⁰ No site www.coloquiodeletras.ufpa.br é possível ter acesso a todo conteúdo pertinente a cada edição desse evento.

A *Revista Falas Breves*, por sua vez, foi criada com o intuito de sanar uma lacuna, em relação à de publicação que existia no Campus. Assim, “[...] sob as mãos da profa. Sandra Job e de dois discentes da turma de Letras 2011, Edson S. Loureiro e Danilson Lima¹¹, nasceu e, em fevereiro de 2014, veio a público a primeira edição da *Revista Falas Breves*, que já na primeira edição foi abraçada de norte a sul do país” (in: *Revista Falas Breves*, on-line). Nela muitos discentes e docentes do Campus e de outras instituições têm publicado seus textos que passam, antes, pelo crivo do comitê avaliador. Na imagem abaixo, o logo criado por Danilson Lima Moraes e Edson Loureiro, ambos discentes do curso de Letras, turma 2011, à época.

Imagem 3: Logo da *Revista Falas Breves*.



Fonte: <http://www.falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves>.

Como os alunos do Campus e, inclusive, a comunidade interessada têm participado de forma efetiva dessas atividades (revista e evento) – seja na linha de frente, seja apenas como participante do que os projetos ofertam –, assim como, creio, seguirão participando, concluo que os impactos do evento e da revista são e ainda serão extremamente positivos para os acadêmicos do Campus, pois em ambos há espaço para que os discentes divulguem suas produções escritas. Prova disso é a significativa presença deles/as publicando na revista e/ou usufruindo dos minicursos, oficinas, palestras ofertados no evento onde um número expressivo de aluno tem apresentado comunicação e publicado nos Anais do Colóquio. E no que tange à publicação, isso é fruto desse evento que desde o início os incentiva a pesquisar e divulgar seus trabalhos.

Vale ressaltar que a revista e o evento fazem parte do calendário da FALE. Isso, por outro lado, aparentemente, proporciona aos discentes uma segurança, no que tange às atividades que vão além do conteúdo regularmente ministrado em sala de aula, isto é, atividades que atuam como uma formação complementar a que eles têm em sala. Vale

¹¹ Vale ressaltar que, além desses dois alunos citados, as discentes Layane Brabo (Letras 2011), Ingrid Santos dos Santos (Letras 2013), Paula Fernanda P. Souza (Letras 2011) e Noely Fernanda (Letras 2011) foram de suma relevância para a coordenação e concretização do I Colóquio de Letras que, por ser o primeiro, exigiu sobremaneira de todos da equipe de coordenação, da qual fizeram parte, por isso as cito. Mas os/as alunos/as que atuam como monitores durante o evento são sempre de suma relevância.

¹¹ Logo criada por Danilson Lima Moraes e Edson Loureiro, ambos discentes do curso de Letras, turma 2011, à época.

ressaltar também que a FALE conta com outras atividades regulares, contudo, o objetivo aqui se restringe a relatar as atividades nas quais a autora coordenou/a, como é o caso dos projetos abaixo que serão alvo de discussão agora.

3 Da docência à pesquisa e extensão (2013-2020): gênero, raça, leitura e escrita

Na FALE, ministro disciplinas de Literatura Brasileira, Portuguesa, Africanas em Língua Portuguesa e Teoria Literária. E venho desenvolvendo pesquisas e projetos de extensão voltados a gênero e temas afins, à raça/etnia.

Em relação ao ensino, embora exista uma ementa a ser seguida, na metodologia, sempre que possível, procuro fazer algo diferenciado. Nesse sentido, em 2017.4, ao ministrar uma disciplina optativa para a turma de Letras 2017, noturna, foi possível, principalmente por causa do desprendimento dos discentes, concluir a disciplina publicando os resultados obtidos da pesquisa feita pelos alunos. O pequeno livro *Eles não querem um vendedor triste* (Autografia, 2018), fruto do trabalho discente, possibilitou a eles 1º) exercitar a escrita; 2º) entender um pouco mais sobre como funciona a pesquisa de campo; 3º) conhecer-se mais, assim como ao Outro e, por fim, 4º) aplicar a teoria estudada em sala no decorrer da disciplina.

Quanto ao impacto da disciplina e do livro para o discente, infelizmente não sei ao certo, pois não foi possível ainda ter esse *feedback* mais de perto (devido a outras disciplinas e compromissos, não tive contato com essa turma novamente). Contudo, um livro publicado, por menor que ele seja, sempre é (pelo menos deveria ser) motivo de orgulho. Sendo assim, pressuponho que tal proposta tenha, além da contribuição para o desenvolvimento intelectual e humano desses discentes, elevado a autoestima e dado a eles/as mais confiança na capacidade que cada um tem de se superar a cada novo desafio – seja ele qual for.

Imagem 4: Lançamento do livro *Eles não querem um vendedor triste* (2018).



Fonte: Arquivo pessoal de Jackeline Campos (2018).

No que tange à pesquisa, que é voltada para estudos de gênero e temas afins e raça, ao longo de oito anos de casa, alguns projetos foram dedicados a analisar o texto literário e outros dedicados a mulheres marajoaras (quilombolas, ribeirinhas) como sujeitos da pesquisa, com o intuito de dar visibilidade aos problemas de gênero vivenciados/sofridos por elas, além de outros objetivos. Um dos aspectos positivos de tais projetos tem sido a inserção de graduandos na pesquisa. Nesse sentido, para uma ex-bolsista, hoje já formada, com especialização, quando perguntada sobre a análise que faria sobre a sua experiência como bolsista/pesquisadora PIBIC dentro da área de estudos de gênero e raça/etnia, ela relata que:

Foi de grande importância, pois antes disso não sabia nada sobre mulher, não conseguia ver a minha própria realidade... Não só como mulher, mas como indígena. Não gostava que me chamassem de índia, achava que não era, não me identificava como uma. Hoje tenho até vergonha de ter agido assim. Aprendi tanta coisa. A cada leitura eram tapas que eu pegava, pois não conseguia perceber que não era normal alguns discursos, posicionamentos meus e dos que me cercavam. (Ingrid Santos dos Santos)¹².

Além disso, outro impacto positivo que pode ser observado é a participação dos alunos quando o assunto é gênero e temas afins, raça/etnia. No I Colóquio de Letras, em 2014, por exemplo, ofereci um minicurso intitulado “Teorias de gênero e de raça: para uma prática em sala de aula” e apenas duas alunas, mais a monitora, estiveram presentes. Iniciava-se ali, no que diz respeito à Faculdade de Letras, as discussões voltadas para esses temas e creio que em termos de Campus, em 2014, não havia oferta de minicursos/palestras nesse sentido. Talvez, por isso, nesse primeiro momento o estranhamento, a relutância em ouvir questões voltados aos/as negros/as, às mulheres e, conseqüentemente, o número de inscritos no meu minicurso.

¹² Entrevista concedida via whatsapp para a autora em 10 de outubro de 2020.

Hoje, porém, a realidade é outra, tanto no que diz respeito à participação dos/as discentes nesses debates, quanto às pesquisas nestas áreas no Campus.

De forma mais pontual, dentre as pesquisas¹³ que venho realizando encontram-se: *Mulheres (es)quecidas: (re)contando histórias de mulheres quilombolas*¹⁴ (2014-atual) e *Sexo, sexualidade: o corpo feminino no século XXI (O ponto G)* (2018-atual), que já foram aprovadas pelo Conselho de Ética da UFPA.

Sexo, sexualidade: o corpo feminino no século XXI (anteriormente denominada como *O ponto G*) tem como objetivo averiguar e comparar como a mulher do norte, sul e sudeste, no século XXI, se sente em relação ao próprio corpo no que tange à maternidade, relacionamentos afetivos etc. O projeto *Mulheres (es)quecidas: (re)contando histórias de mulheres quilombolas* trabalha com narrativas orais de mulheres que vivem em comunidades quilombolas no entorno de Breves, como, por exemplo, as mulheres da Imagem 5.

Imagem 5: Mãe, filhas e neto/a



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

Em suma, no que tange aos projetos de pesquisa, eles contribuem para as discussões de gênero, raça/etnia e são relevantes na medida em que trazem à cena peculiaridades de gênero em interseção com raça/etnia, classe e território geográfico como elementos a serem (re)vistos a partir (e dentro) dos estudos de gênero. Eles, além de terem possibilitado a

¹³ Mais informações sobre os projetos *vide* <http://lattes.cnpq.br/9502155154921407>.

¹⁴ Pesquisa parcialmente financiada pelo edital CNPQ/Universal/2014.

presença de bolsistas PIBIC-Interior, acabaram influenciando os projetos de extensão que foram vários. Dentre eles:

1) *S.O.S em língua portuguesa: produção de texto e gramática* (2016-2017): projeto vinculado ao Programa de Apoio Pedagógico (PROAP) da Universidade Federal do Pará e que contou com 5 bolsistas¹⁵ de extensão. Tinha como objetivo a oferta de oficinas de gramática e produção de textos acadêmicos. Atendeu, ao longo de um ano, mais de trezentos (300) estudantes, entre alunos da UFPA, outras IES e estudantes do ensino médio. Ele teve um grande impacto social¹⁶. Nesse sentido, por exemplo, em relação aos bolsistas, neste artigo produzido por uma delas, a autora constata que:

de acordo com o informante (A), antes do mesmo entrar no projeto, nem conhecia a maioria dos conteúdos ao qual teve acesso como bolsista. Isso demonstra que ser bolsista proporcionou aos alunos o contato com conteúdos que são de extrema importância para a formação acadêmica dos mesmos. Além disso, esse contato com outros gêneros textuais resulta(ra)m em um melhor desenvolvimento da escrita. Outro fator que contribuiu diretamente para o aprimoramento da escrita foram as aulas de aperfeiçoamento que os bolsistas tiveram durante o período pré-oficina. (SANTOS, 2018, p. 167)

Imagem 6: Participantes de uma oficina



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

Imagem 7: Bolsistas em atividade de recepção



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

¹⁵ Andreza de Souza Gama; Angelo Renaldo Santos Gonçalves; Erick Pablo Alves dos Santos; Helen Thaize da Silva dos Santos e Rivaldo de Sousa Rodrigues (todos/as discentes da turma de Letras/2015).

¹⁶ Para mais informações acerca dos resultados desse projeto ver: RODRIGUES, Rivaldo de S. Do cálculo à produção textual: o (des)envolvimento de discentes de Matemática em uma oficina do projeto “S.O.S em língua portuguesa”, disponível em: <http://eclb.com.br/downloads/anais/x/riva.pdf>; SANTOS, Erick Pablo Alves dos. “Como (não) ensinar textos acadêmicos em 16 horas: análise de uma prática metodológica desenvolvida no projeto S.O.S em língua portuguesa”, disponível em: <http://eclb.com.br/downloads/anais/x/erick.pdf>.

Imagem 8: Oficina de produção de texto para alunos do ensino médio.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

2) *Programa FALE/CUMB de cultura para fruição e cognição social (2019-atual)*¹⁷: Este programa abraça dois projetos de extensão, além de outras ações. Os projetos são: “Leitura para quê(m)?: fruição e cognição social” e “Mulheres Marajoaras em Cena”. Este tem como objetivo, através do teatro amador, conscientizar o público-alvo, estudantes e comunidade interessada, para as relações de gênero, raça e etnia. Aquele tem como público-alvo estudantes de escolas ribeirinhas, e o objetivo é despertar o gosto pela leitura literária.

No que diz respeito ao “Mulheres Marajoaras em Cena”¹⁸, ele foi selecionado para ser apresentado no SENAC/São Paulo, início de 2020, em São Paulo, junto com outros 24 projetos selecionados de proponentes de vários estados. Já criou dois musicais, *Marias do Rio* (peça em três atos) e *Inia Geoffrensis e a ribeirinha* (musical infantil em um ato). *Marias do Rio* foi encenada no início de março de 2020 para estudantes do ensino médio de escolas de Breves. O impacto do mesmo tem sido extremamente positivo, pois, aparentemente, tem alcançado o objetivo que é a educação para as relações de gênero, raça/etnia, pois os próprios integrantes do projeto têm se beneficiado do mesmo em vários aspectos, como relata uma das integrantes, Júlia F.R. “esse projeto é muito importante, não só para mim, mas para todas as mulheres marajoaras. [...] me fez evoluir muito e ter uma mente mais aberta”¹⁹. E esse impacto se estende ao público que esteve presente nas apresentações no início de 2020, como comprova o *feedback* que obtivemos através de fichas de avaliação preenchida pela plateia (sem identificação pessoal, como nome e endereço), como pode ser observado nos trechos selecionados abaixo.

¹⁷ Este Programa conta com dois bolsistas de extensão: Jodilson Vasconcelos (Letras/2019) e Cristina Neves (do curso de Matemática). É parcialmente financiado pelo edital da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), o PROEXIA/Marajó/2019.

¹⁸ Projeto aprovado no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC 200189/2020) e vinculado a esse projeto tem-se o grupo teatral de mesmo nome composto por discentes e membros da comunidade de Breves (mais informações *vide* <http://lattes.cnpq.br/9502155154921407>).

¹⁹ Relato feito via whatsapp, durante uma das reuniões on-line do grupo, em setembro de 2020.

Imagem 9: Ficha de avaliação da peça encenada *Maria do Rio*²⁰.

() Não, não me ajudou a refletir sobre nada. Nem prestei muita atenção.
() Não, não me ajudou em nada. Achei tudo muito chato.

4) A conversa/palestra, na sua opinião (pode assinalar mais de uma aqui)

() foi produtiva, fez você refletir sobre os assuntos tratados.
() não entendeu nada do que foi falado.
() entendeu algumas coisas, mas achou que foi muito pouco o tempo da palestra.

SIDÊ-NOS SUA OPINIÃO SINCERA SOBRE O TEATRO, A PALESTRA, E SUGESTÕES, POIS QUEREMOS MELHORAR EM TUDO. (pode usar o verso para FALAR o que você quiser)

Tudo o que assistir hoje nesta peça ajudou-me a refletir e ver as coisas de outro jeito mas seres humanos.

Fonte: Arquivo do projeto “Mulheres Marajoaras em Cena”, 2020.

Imagem 10: Ficha de avaliação da peça encenada *Marias do Rio*²¹.

1) Se estudante, qual a série/ano/curso de graduação: *2º Ano C Médio*
Idade: *19* sexo: () masculino () feminino
Se autodeclara: () negra/a, () branco/a; () indígena; () parda; outra (qual?)

2) Na sua opinião, usar o teatro para falar sobre violência de gênero, gravidez precoce etc. como nós fizemos, na sua opinião foi:

() Péssima a ideia. Por quê?
() Excelente a ideia. Por quê? *É incrível como vocês juntaram tudo o que se passa na sociedade, e colocaram tudo no teatro*
() Não sei dizer se foi boa ou ruim a ideia.

3) A apresentação teatral lhe ajudou, de alguma maneira, a refletir sobre algo relacionado a mulher e/ou trabalho infantil e/ou outro tema?

() Sim. Ajudou a refletir sobre (o quê?) *o trabalho e a violência contra a mulher*

Fonte: Arquivo do projeto “Mulheres Marajoaras em Cena”, 2020.

As fichas de avaliação foram entregues à plateia presente após o debate que vem logo depois da peça. Foi solicitado que respondessem as 5 (cinco) perguntas e explicado sobre a não obrigatoriedade em responder, assim como o objetivo da avaliação.

²⁰ Na escrita à caneta, lê-se: “Tudo o que assistir (*sic*) hoje nesta peça (*sic*) teatral me fez (*sic*) refletir e ver as coisas de outro jeito sermos mas (*sic*) seres humanos”.

²¹ “É incrível (*sic*) como vocês juntaram tudo o que se passa na sociedade e colocaram tudo no teatro. Me ajudou a refletir sobre o trabalho e a violência contra a mulher.”

Imagem 11: Grupo teatral do “MMEC”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)

Imagem 12: Cena da peça *Marias do Rio*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)

Em relação ao projeto de extensão “Leitura pra quê(m): fruição e cognição”, ele tem como público-alvo alunos de escolas ribeirinhas e o objetivo é suscitar nos discentes o gosto, o interesse pelo texto literário, assim como o olhar crítico para os discursos presentes ali. E, em 2019, estive na escola de ensino fundamental, São Luiz, no entorno de Breves (Imagens 13 e 14). O projeto prevê, ao menos, três encontros na mesma escola e com as mesmas turmas, contudo, em 2019 e 2020, não foi possível cumprir com esse objetivo, pois enfrentamos diversos contratempos alheios a nossa vontade. Como ainda não retornei lá, não é possível tecer considerações sobre possíveis impactos, infelizmente.

Imagem 13: Escola São Luiz (ribeirinha)



Fonte: Foto cedida pelo diretor da escola (2019)

Imagem 14: Escola São Luiz (ribeirinha).



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Além das atividades descritas acima, outras ocorreram como o concurso de fotografia (em 2014), por exemplo, além de projetos de leitura, como o Projeto Mururé (imagens 15 e 16), e atividades em parceria com professoras como o concurso de redação para alunos dos

anos iniciais do ensino fundamental, da escola São Luiz (Imagens 17 a 20), localizada no rio Tajapurú. Os prêmios eram livros e chocolates.

Imagem 15: Escola quilombo Gurupá-Mirim



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

Imagem 16: Comunidade quilombola Gurupá-Mirim



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

Imagem 17: Premiação do concurso de redação



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

Imagem 18: Premiação concurso de redação



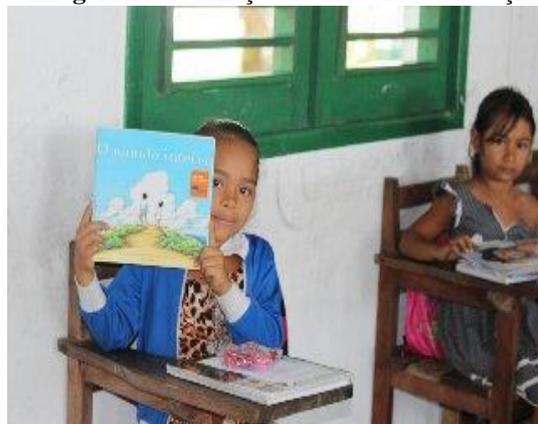
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

Imagem 19: Premiação do concurso de redação



Fonte: Arquivo pessoal da autora(2019)

Imagem 20: Premiação do concurso de redação



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

Embora nestes projetos de leitura não haja um *feedback* dos impactos, acredito que o incentivo à leitura e à escrita sempre resultará em algo positivo, a longo prazo.

Além das atividades envolvendo o ensino, pesquisa e a extensão, é viável e oportuno que conste neste trabalho outra atividade, pois, ainda que de ordem pessoal, ela contou com o imprescindível apoio da UFPA, Campus de Breves. Refiro-me ao 1º Mutirão de Castração de Animais (Imagens 21 a 23), ocorrida em 2016, que mediante autorização ocorreu no espaço do Campus. Este primeiro movimento em prol desses animais e, conseqüentemente, da saúde pública foi de suma relevância para a região, pois, indiretamente, acabou culminando em outros movimentos em prol da castração de animais de ruas de Breves. Movimentos que se mantêm ativos até o momento.

Imagem 21: Equipe veterinários de Belém (2016)



Imagem 22: Sala de aula vira centro cirúrgico (2016)



Fonte: https://www.facebook.com/veterinariosdaamazonia/photos/?ref=page_internal

Imagem 23: Veterinários, voluntários e discentes no 1º mutirão de castração em Breves (2016).



Fonte: https://www.facebook.com/veterinariosdaamazonia/photos/?ref=page_internal.

O Campus Universitário do Marajó, como pode ser observado, possibilitou a mim, e possibilita a todos/as docentes atuarem em várias frentes: do ensino à prestação de serviços à comunidade. Nesse sentido, há que agradecer ao Campus todo apoio recebido ao longo desses oito anos de casa. E estendê-lo a todos/as bolsistas e voluntários/as que trabalharam e trabalham comigo.

Há que evidenciar o quanto os/as discentes que têm passado pelo Campus são pessoas capacitadas e dispostas a (re)escrever a história do Campus, de Breves e a própria história – bastando para isso que um/a professor/a lhe dê a oportunidade de mostrar todo o potencial que têm. Sem os/as discentes o meu trabalho docente – seja no ensino, seja na pesquisa e extensão –, teria sido infinitamente menor e não tão exitoso. Os/as bolsistas e alunos voluntários foram e são de suma importância para o bom desenvolvimento dos projetos que tive e tenho.

Posto isso, cabe ainda ressaltar, embora já sabido, a importância do Campus para o Marajó, a relevância da pesquisa e extensão para a comunidade acadêmica, para a sociedade marajoara e para o próprio Campus, que se quer cada vez maior e mais profícuo, assim como se quer a Faculdade de Letras.

4. Conclusão

O trabalho docente dentro da academia é vasto, muitas vezes árduo, e quase sempre invisível à sociedade como um todo. Contudo, trabalha-se bastante dentro de uma universidade, pois a vida do/a professor não se limita apenas ao ensino, como tentamos deixar claro ao longo do texto. Nesse sentido, neste trabalho, procurei evidenciar e analisar os impactos das atividades mais relevantes de ensino, pesquisa, extensão e outras que desenvolvi/o ao longo de oito anos de Faculdade de Letras, no Campus Universitário de Breves.

Conclui, findo o objetivo proposto, que o pouco que desenvolvi/o, somado a outro pouco (ou muito) que outros/as docentes fizeram/fazem, temos um Campus profícuo que faz pesquisa e extensão e que, assim, contribui, direta e indiretamente, para o desenvolvimento intelectual, social e humano da cidade na qual está inserido e, indiretamente, para o país, pois o (não) conhecimento e o que advém dele não tem fronteiras.

Concluo também que, embora não seja possível medir com exatidão os impactos que os projetos citados aqui causaram no público a quem é/foi destinado, seguramente eles não foram, para muitos, algo positivo e/ou que lembrem com carinho, infelizmente. Porém, também estou segura de que para alguns cada um desses projetos fizeram/fazem/farão a

diferença, na vida e para a vida dessas pessoas e para as pessoas/alunos com os quais virão a ter contato, assim como devem ter feito para os discentes que têm se engajado nos mesmos.

Normal, penso, que seja assim. E, creio também que, enquanto o nosso trabalho docente fizer a diferença ao menos para uma pessoa em mil, valerá sempre muito a pena ser professor/a. Assim como valeu/vale e espero valerá ainda por muitos anos ser docente do Campus Universitário do Marajó, e, em especial, ser docente da Faculdade de Letras que me recebeu e me recebe todos os dias de braços abertos.

REFERÊNCIAS

ANAIS do Colóquio de Letras. Fale em imagens. Disponível em: <<http://www.coloquiodeletras.ufpa.br/fale-em-imagens/imagens/>> Acesso em 10/10/2020.

INSTITUCIONAL. História e estrutura. Disponível em: <<http://www.campusbreves.ufpa.br/index.php/historico>> Acesso em 13/10/20.

JOB, Sandra M.; SOUZA, Benedito J.L. (orgs.). **Eles não querem um vendedor triste**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

PORTAL do Governo Brasileiro. Universidades federais criam 15 mil novas vagas no primeiro ano do programa. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/49-universidades-federiais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa#:~:text=Universidades%20federais%20criam%2015%20mil%20novas%20vagas%20no%20primeiro%20ano%20do%20programa,-Quarta%2C%2016%20de&text=Criado%20em%202007%2C%20o%20Reuni,de%20expans%C3%A3o%20apresentados%20pelas%20universidades.>> Acesso em 9/10/2020.

REVISTA Falas Breves. Histórico da revista. Disponível em: <<http://www.falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves/pages/view/historico>> Acesso em 10/10/2020.

SANTOS Helen Thaize da Silva dos. S.O.S. para quem?: breve análise do desempenho dos bolsistas durante a vigência do projeto. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, 2018. Disponível em: <<http://www.coloquiodeletras.ufpa.br/downloads/iv-coloquio/helen-tayze.pdf>>. Acesso em 9/10/2020.

VETERINÁRIOS da Amazônia. Fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/veterinariosdaamazonia/photos/?ref=page_internal>. Acesso em 12/10/2020.

Capítulo 7

O PAPEL DA FACULDADE DE MATEMÁTICA DA UFPA *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REGIÃO MARAJOARA: UM OLHAR A PARTIR DE SUAS AÇÕES E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE SEU CORPO DOCENTE

Adriano Aparecido Soares da Rocha¹

Robson dos Santos Ferreira²

Alan Gonçalves Lacerda³

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade relatar a produção da Faculdade de Matemática da UFPA, *campus* universitário do Marajó/Breves (FAMAT), bem como o avanço da formação do quadro docente e suas produções ao longo dos 10 anos da faculdade. Para tal, apresentamos, inicialmente, um breve histórico da faculdade e suas ações. Posteriormente, serão evidenciadas as produções dos professores, tais como artigos publicados em revistas científicas, capítulos de livros e artigos publicados em anais de eventos. As produções foram obtidas por meio de uma busca no currículo *Lattes* dos oito professores que, atualmente, compõem o corpo docente da FAMAT. Por meio de nossas análises foi possível conjecturar que a FAMAT tem se constituído como um importante espaço de formação inicial e continuada de professores de matemática da região marajoara, por meio de um trabalho articulado entre atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: FAMAT/Breves. Formação docente. Educação Matemática.

¹ Professor da Universidade Federal do Pará – Campus Marajó/Breves – adrianoasr@ufpa.br

² Professor da Universidade Federal do Pará – Campus Marajó/Breves – robsonf@ufpa.br

³ Professor da Universidade Federal do Pará – Campus Marajó/Breves – alanlacerda@ufpa.br

1 Introdução

Por mais de uma década, a faculdade de Matemática do *campus* universitário Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará (UFPA), vem formando profissionais qualificados para atuarem na Educação Básica. Desde a primeira turma ofertada no ano de 2009, no regime intensivo, concluíram o curso as turmas 2010, 2011 (uma intensivo e outra extensivo), 2012 (uma intensivo e outra extensivo), 2013 (extensiva); 2014 (uma extensiva e outra no polo São Sebastião) e 2016 (intensivo). As turmas de ingresso em 2017 (uma intensivo e outra no polo Bagre), 2018 (uma intensivo e outra extensivo), 2019 (extensiva) e 2020 (intensiva) estão em andamento, o que corrobora o alcance e os impactos proporcionados pela presença da faculdade na região do Marajó das florestas.

Nesse contexto, há a necessidade de desvelarmos questões sobre a construção de conhecimento na área de Educação Matemática. Repensar as práticas pedagógicas que se delineiam nos contextos escolares marajoaras tem se configurado um enfrentamento que objetiva apresentar e consolidar a área de Educação Matemática nesta região. Assim, é importante destacarmos a educação através da matemática para que, numa situação de sala de aula, o professor possa ser um leitor atento às diferenças (LINS, 2005).

Fiorentini e Lorezanto (2007) argumentam que os esforços educacionais embrenhados por todas as nações evidenciaram a Educação Matemática como um campo de ensino e pesquisa e identificaram quatro fases do desenvolvimento da Educação Matemática no Brasil:

- 1ª Fase: Gestação da EM como campo profissional (período anterior   década de 1970);
- 2ª Fase: Nascimento da EM (década de 1970 e início dos anos de 1980);
- 3ª Fase: Emergência de uma comunidade de educadores matemáticos (década de 1980);
- 4ª Fase: Emergência de uma comunidade científica em EM (anos de 1990).

Assim, tomando por base o estudo de Fiorentini e Lorezanto (2007) e o caso da pesquisa brasileira em Educa o Matemática, apresentaremos em nosso estudo a relevância e o papel que tem o curso de Matemática para essa região.

Para tanto, analisamos a produ o dos professores da faculdade de Matemática com ênfase no Ensino de Matemática, bem como enfatizamos as conquistas e demarca es para o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da faculdade. O esforço da equipe, atualmente composta por oito professores, tem reafirmado o compromisso social e registrado o espaço de lutas   educa o marajoara. Trazemos o questionamento: quais as condi es de sua produ o e de suas finalidades?

Portanto, repensar a formação docente inicial reflete as condições historicamente negadas para quem vive a realidade dessa região. A este cenário apresentado agregam-se, agora, novos elementos como a constituição de projetos de pesquisa, ensino e extensão, e a promoção de eventos realizados para demarcar a produção científica e educacional local. Destacamos, ainda, a inclusão de grupo de pesquisa, que busca englobar e expandir as TICs, as quais não podemos ignorar no atual cenário de isolamento social.

2 As produções científicas e o registro das ações da FAMAT no arquipélago do Marajó

As questões que remontam à origem da faculdade de Matemática no *campus* Universitário Marajó-Breves decorreram da oferta de uma turma flexibilizada no *campus*, no ano de 1993, que voltou a ser ofertada nos anos de 2000 e 2006, até a concretização de sua primeira turma oferecida em julho de 2009, com a implementação do curso. Este teve como primeiro diretor o professor Hercio da Silva Ferreira (PPC, 2010), vindo posteriormente assumir o cargo de direção os professores Adriano Aparecido Soares da Rocha, seguido do professor Luiz Antonio Ribeiro Neto e, atualmente, do professor Alan Gonçalves Lacerda.

No *campus* universitário do Marajó-Breves, a Licenciatura em Matemática teve seu primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aprovado com a Resolução CONSUN nº. 4049, de setembro de 2010, proposta essa que reafirmava o engajamento dos docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade em geral na contínua busca da promoção da qualidade e de melhorias aos povos da Amazônia marajoara. Mais recentemente, no ano de 2019, obtivemos a confirmação desses anseios de projetos educacionais pensados para essa região com a aprovação do novo PCC, Resolução nº. 5.193, de 13 de junho de 2019 (PPC, 2019), um Projeto Pedagógico do Curso, organizado e planejado a partir das experiências vividas por professores e correspondente aos anseios para a formação de um profissional mais voltado para a Educação Básica. Sendo assim, avançamos ao projeto de desenvolvimento para essa região, que é rica em recursos hídricos e biológicos, mas que, no entanto, se apresenta com índices alarmantes de desenvolvimento humano.

As ações da UFPA, *campus* Marajó-Breves, por meio da interiorização, criaram oportunidades aos alunos de outros municípios que envolvem o arquipélago do Marajó, e que se concretizaram no âmbito da faculdade por meio da oferta das turmas de Matemática nos municípios de São Sebastião da Boa Vista, em 2014, e em Bagre, no ano de 2017. Ambas as ofertas são na modalidade intensiva, que se caracteriza pela ida dos professores vinculados à faculdade e de colaboradores até esses municípios.

A partir dessas conquistas na busca por formar profissionais qualificados para o interior da região amazônica foi que lutamos pela primeira pós-graduação *lato sensu*, sob a coordenação do professor Alan Gonçalves Lacerda, a qual teve a Resolução de Aprovação nº 5.019/CONSEPE expedida em 20 de janeiro de 2018. Além do avanço e da melhoria da educação, a especialização em Ensino de Matemática representou também o anseio de muitos alunos e oportunizou aos 17 que a concluíram um importante debate para a luta e os desafios que cotidianamente enfrenta a sociedade educacional como um todo e, em especial, a marajoara.

Nesse sentido, com foco permanente para ampliação dos debates e discussões que envolvem as especificidades de se ensinar e aprender nessa região, foi que nos capacitamos a agir com sensibilidade a problematizar ações, tendo em vista a formação educacional, científico-cultural e dentre outros objetivos com vistas a assegurar a riqueza que aqui se produz. Nesse âmbito, portanto, construímos o Congresso Amazônida Marajoara de Matemática (CAMM), que foi alusivo aos 10 anos da faculdade de Matemática do *campus* universitário Marajó-Breves.

O 1º CAMM foi realizado entre os dias 06 e 08 de novembro de 2019 e demonstrou uma postura histórica e pedagógica abrangente, na tentativa de identificar as problemáticas que perpassam a produção de conhecimento da região marajoara das florestas. O evento se constituiu um reflexo da consolidação da faculdade, em que foram discutidas as tendências educacionais para o ensino e aprendizagem de Matemática. Esse enfoque começa a ganhar espaços antes não ocupados de narrativas perdidas, esquecidas ou eliminadas.

Hoje falamos em educação tecnológica, estratégia pela qual nos reunimos em tempos de pandemia e sobre a qual definimos um cronograma de estudos em grupo. Este grupo obteve atualização em 2020 junto ao CNPQ, do qual fazem parte professores pesquisadores vinculados à faculdade, discentes do curso e professores da rede básica de ensino, que problematizam temas diversos e atuais. Esperamos que, com esses estudos em Linguagem e Comunicação no ensino e Aprendizagem em Matemática, possamos privilegiar a produção do conhecimento matemático e atenuar as barreiras encontradas no âmbito da Matemática, em especial ao que compete ao ensino e às novas exigências que demandam o ensino com tecnologia.

Na faculdade estão vinculados, atualmente, três projetos de pesquisa: “A comunicação e o professor de Matemática”, coordenado pelo professor Alan Gonçalves Lacerda, “Ensino por atividades para o estudo de funções”, coordenado pelo professor Adriano Aparecido Soares da Rocha, e o projeto intitulado “O ensino de Matemática e o uso de tecnologias

digitais”, que está sob a coordenação do professor Robson dos Santos Ferreira. Além disso, a faculdade já contou com o projeto “Treinamento de redes neurais com base em diferentes normas L_p ”, que teve a coordenação do professor Vanilson Gomes Pereira, em 2017.

Somam-se a essas ações, 3 atividades de extensão. A primeira tem como coordenador o professor Marcos Marçal Cardoso Leão, e é intitulada “Pré-ENEM: Uma Proposta de Inclusão das camadas Populares no Ensino Superior”. A segunda envolve as ações do professor Robson dos Santos Ferreira, que traz como temática “A Matemática no ensino médio: exploração de conceitos matemáticos por meio da formação de alunos pesquisadores”. A terceira ação é promovida pelo professor Adriano Aparecido Soares da Rocha, que concorreu ao edital do PROEXIA no eixo produção e tecnologia, programa que recebeu como título “O uso de *softwares* para o ensino de Matemática: Pensando a inclusão digital a partir da realidade marajoara”.

No ano de 2018, sob a coordenação do professor Robson, foi aprovado por meio do edital PROEG 02/2018, e submetido ao LABINFRA, o Laboratório de Ensino de Matemática da Amazônia Marajoara (LEMAM), que atualmente conta com o espaço físico e serve às ações didático-pedagógicas para subsidiar as disciplinas dos professores da faculdade, bem como um espaço para problematizar a educação matemática no Marajó-Breves.

Tendo em vista que há a necessidade de aprimoramento de estratégias didático-pedagógicas, bem como de atenuar a evasão dos discentes, a faculdade tem adotado a monitoria como intervenção pedagógica. Atualmente, ela se constitui pela oferta um cursinho popular para o ENEM, em que as bolsistas vinculadas realizam aulas *online*. Nessa direção, por causa das naturezas próprias das exigências do curso de licenciatura, foram realizadas atividades de iniciação à docência que envolviam 10 alunos bolsistas e 01 professor da rede, sob a coordenação do Professor Alan Gonçalves Lacerda, os quais buscaram realizar ações junto às escolas da educação básica no município de Breves.

3 Os professores e suas produções

Nesta seção buscamos apresentar as produções consultadas nos currículos *Lattes* dos professores da FAMAT que têm contribuído para ampliar os espaços de formação e construção de conhecimentos relacionados ao ensino de Matemática na região. Para tanto, organizamos as produções em tabelas, nas quais se especificou: a) autoria; b) título; c) revista/livro; d) área de concentração; e e) ano de publicação.

Iniciamos com o professor Alan Gonçalves Lacerda (Figura 1), que ingressou na UFPA em 2011. O referido professor já possuía Mestrado em Educação em Ciências e Matemática na época, sendo contratado para trabalhar com a orientação de estágio e com as disciplinas relacionadas à metodologia de ensino em Matemática, pois, até aquele momento, os concursos realizados para docente efetivo eram apenas na área de Cálculo. Portanto, o ingresso do professor marcou a presença de um profissional advindo da área de Educação Matemática na FAMAT.

Figura 1: Professor Alan



Fonte: Autoria própria

Em 2013, o professor Alan ingressou no Doutorado em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), vindo a concluí-lo em 2017, o que lhe conferiu a honra de ser o primeiro docente da Faculdade de Matemática, do *campus* do Marajó-Breves, a possuir o título de doutor. Atualmente, o professor Alan é o diretor da FAMAT.

Ele se dedica a estudar, principalmente, questões relacionadas à linguagem e à comunicação matemática em sala de aula, abordando também outras frentes de pesquisa, tais como a utilização de recursos e materiais manipulativos para o ensino da Matemática, o uso das tecnologias digitais, a investigação matemática, dentre outras vertentes da Educação Matemática.

Para tanto, elaboramos um quadro em que evidenciamos a produção em periódicos científicos por professor, conforme descrito a seguir:

Quadro 1: Produção em periódico/livro associado ao professor Alan

Nº	Autoria	Título	Revista/Livro	Área de concentração	Ano
01	Benedito. E. C. Machado Alan. G. Lacerda	A comunicação matemática em uma tarefa exploratória-investigativa: uma proposta mediante a taxa de metabolismo basal	Revista de ensino de ciências e matemática (rencima)	Educação matemática	2020
02	Benedito. E. C. Machado Alan. G. Lacerda Robson. S. Ferreira Adriano. A. S. Rocha	A formulação de perguntas para a promoção da comunicação nas aulas de matemática	Brazilian journal of development	Educação matemática	2020
03	Fernando. S. Arruda Robson. S. Ferreira Alan. G. Lacerda	Letramento matemático: um olhar a partir das competências matemáticas propostas na base nacional comum curricular do ensino fundamental	Ensino da Matemática em Debate	Educação matemática	2020
04	Alan. G. Lacerda	Para ler e interpretar o texto: reflexões a partir da linguagem e suas implicações para o ensino e aprendizagem de matemática	Revista de matemática, ensino e cultura (Rematec)	Educação matemática	2019
05	Alan. G. Lacerda	A linguagem como ação numa perspectiva wittgensteiniana: a comunicação e o desenvolvimento de significados à leitura	Boletim Online de Educação Matemática	Educação matemática	2019
06	Alan. G. Lacerda Robson. S. Ferreira	O uso do ábaco para abordar as operações aritméticas básicas e o sistema de numeração: uma experiência com monitores do programa novo mais educação	Revista trilhas pedagógicas	Educação matemática	2019
07	Andrielson. B. Sarges Robson. S. Ferreira Alan. G. Lacerda	O ensino de conceitos estatísticos: uma proposta com o uso de planilha eletrônica a partir da análise do índice de massa corporal	Revista de ciência e tecnologia	Educação matemática	2019
08	Alan. G. Lacerda Mariane. M. Brito	Análise de livros didáticos de ciências a partir do uso de analogias: obstáculos e abordagens sobre conteúdo célula	Revista Reamec	Educação matemática	2019
09	Alan. G. Lacerda	O estágio supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor de matemática	Falas breves	Educação matemática	2018.
10	Alan. G. Lacerda	O diálogo e o geogebra na educação básica: implicações para os jovens futuros professores e sua formação	Revista do Instituto Geogebra internacional de São Paulo	Educação matemática	2018
11	Alan. G. Lacerda	Linguagem, Comunicação e Matemática	Virtualbooks	Educação Matemática	2016
12	Alan. G. Lacerda	As tendências em Educação Matemática: reflexões a partir da prática da pesquisa. (cap. de livro)	Editora da UFPA	Educação Matemática	2016
13	Alan. G. Lacerda Marisa. R. A. Silveira	Ler, escrever e comunicar em matemática: habilidades requeridas para interpretar e compreender o texto	Revista Reamec	Educação matemática	2013.
14	Alan. G. Lacerda Marisa. R. A. Silveira	Linguagem, escrita e comunicação: uma análise através de jogos de linguagem da interação entre pares pela busca da leitura/tradução do texto em processos de ensino e aprendizagem da matemática	Revista paranaense de educação matemática,	Educação matemática	2013
15	Marisa. R. A. Silveira Alan. G. Lacerda	Leitura e interpretação de texto matemático	Pre-univesp	Educação matemática	2013

Fonte: Autoria própria

Além da produção em periódicos, livro e capítulo de livro, que somam 13 artigos, conforme descrito no Quadro 1, estão associados ao nome do professor 28 artigos completos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Esses números evidenciam importantes contribuições e esforços relacionados à área de Educação Matemática.

Por sua vez, o professor Luiz Antônio Ribeiro Neto de Oliveira (Figura 2) ingressou na UFPA em 2010, possuindo especialização em ensino superior. Terminou seu mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela UFPA em 2015, explorando a temática “Destques sobre a escolha do tema em Modelagem Matemática”. Atualmente, está com o doutorado na mesma área em andamento. O Professor Luiz foi o terceiro diretor da faculdade de matemática, sendo que, nas duas gestões anteriores, ocupou o cargo de vice-diretor.

Figura 2: Professor Luiz



Fonte: Autoria própria

Este docente tem se dedicado aos estudos relacionados à modelagem matemática, tendo suas produções evidenciadas no Quadro 2:

Quadro 2: Produção em periódico/livro associado ao professor Luiz

Nº	Autoria	Título	Revista/Livro	Área de concentração	Ano
01	Luiz. A. R. N. Oliveira Mariana. M. Leite Cassiane. M. Farias	Modelagem Matemática: análise de uma experiência em um ambiente não escolar	Modelagem na Educação Matemática e Científica: práticas e análises.	Educação Matemática	2017
02	Luiz. A. R. N. Oliveira Adilson. O. Espírito Santo Elizabeth. G. Souza	Escolha do Tema em Modelagem Matemática	Educação Matemática em Revista	Educação Matemática	2015

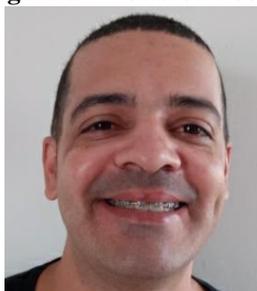
Fonte: Autoria própria

A partir da produção do professor Luiz, observamos um avanço para o Ensino de Matemática na FAMAT por agregar a modelagem matemática ao ambiente de formação inicial dos professores de Matemática da região marajoara.

Doravante, trataremos das produções do professor Robson dos Santos Ferreira (Figura 3). O mesmo ingressou na UFPA no ano de 2018, por meio de concurso público, em vaga adquirida pela Faculdade de Matemática com a transferência professor Hercio da Silva Ferreira a outro *campus*. Cumpre lembrar que o professor Hercio contribuiu significativamente com o desenvolvimento do *campus*, pois foi não apenas diretor da faculdade, como também coordenador do *campus* do Marajó-Breves.

O professor Robson possui Mestrado e Doutorado em Educação Matemática e foi o primeiro a ingressar no rol de docentes da FAMAT com título de doutor, sendo o 2º professor da faculdade a ter o título. O docente tem contribuído efetivamente com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da Matemática e suas tecnologias.

Figura 3: Professor Robson



Fonte: Autoria própria

No Quadro 3 apresentamos os sete trabalhos deste professor, que foram publicados em revistas de reconhecida notoriedade na área da Educação Matemática.

Quadro 3: Produção em periódico/livro associado ao professor Robson

Nº	Autoria	Título	Revista/Livro	Área de concentração	Ano
01	Fernando. S. Arruda Robson. S. Ferreira Alan. G. Lacerda	Letramento matemático: um olhar a partir das competências matemáticas propostas na base nacional comum curricular do ensino fundamental.	Ensino da Matemática em Debate	Educação matemática	2020
02	Benedito. E. C. Machado Alan. G. Lacerda Robson. S. Ferreira Adriano. A. S. Rocha	A formulação de perguntas para a promoção da comunicação nas aulas de matemática.	Brazilian journal of development	Educação matemática	2020
03	Alan. G. Lacerda Robson. S. Ferreira	O uso do ábaco para abordar as operações aritméticas básicas e o sistema de numeração: uma experiência com monitores do programa novo mais educação.	Revista trilhas pedagógicas	Educação matemática	2019

04	Francisco. J. M. Araújo Robson. S. Ferreira	O Desenvolvimento de conceitos estatísticos por meio da investigação matemática	Revista Tangram	Educação Matemática	2019
05	Andrielson. B. Sarges Robson. S. Ferreira Alan. G. Lacerda	O ensino de conceitos estatísticos: uma proposta com o uso de planilha eletrônica a partir da análise do índice de massa corporal.	Revista de ciência e tecnologia	Educação matemática	2019
06	Tainá. N. B. Cruz; Robson. S. Ferreira	O uso do origami adaptado para o ensino das formas geométricas planas a uma aluna com deficiência visual	Revista Tangram	Educação Matemática	2018
07	Robson. S. Ferreira Verônica. Y.Kataoka Mônica Karrer.	Teaching Probability with the Support of the R Statistical Software	Statistics Education Research Journal	Educação Matemática	2014

Fonte: Autoria própria

O referido professor também possui treze artigos completos, além de um resumo, todos publicados em anais de eventos na área de Educação Matemática. Essas produções evidenciam que as diferentes perspectivas atreladas ao Ensino de Matemática têm sido abordadas no âmbito da FAMAT.

Por seu turno, o professor Adriano Aparecido Soares da Rocha (Figura 4) ingressou na FAMAT no ano de 2011, tendo, na época, Mestrado em Matemática, na área de Álgebra. Em 2019 concluiu o Doutorado em Educação em Ciências e Matemática na REAMEC/UFMT.

Figura 4: Professor Adriano



Fonte: Autoria própria

O referido professor tem dois artigos publicados em revistas, conforme podemos notar no Quadro 4, que segue:

Quadro 4: Produção em periódico/livro associado ao professor Adriano

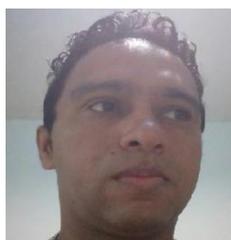
Nº	Autoria	Título	Revista/Livro	Área de concentração	Ano
01	Benedito. E. C. Machado Alan. G. Lacerda Robson. S. Ferreira Adriano. A. S. Rocha	A formulação de perguntas para a promoção da comunicação nas aulas de matemática.	Brazilian journal of development	Educação matemática	2020
02	Adriano. A. S. Rocha Pedro. F. Sá	O Ensino de conjuntos do ponto de vista de estudantes do Marajó.	Revista Prática Docente	Educação Matemática	2017

Fonte: Autoria própria

Esse docente também possui oito artigos publicados em anais de eventos, o que evidencia que tem dado sua contribuição para o desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área do Ensino da Matemática. Nesse sentido, é preciso frisar que este movimento de produção do professor, ainda que em gestação, iniciou-se após ingresso no Doutorado em Educação em Ciências e Matemática.

Já o professor Marcos Marçal Cardoso Leão (Figura 5) possui Bacharelado e especialização em Matemática e se dedica a estudar métodos numéricos para equações diferenciais. Ele possui um artigo completo intitulado “A utilização de métodos numéricos para a solução da equação de Blasius”, publicado nos anais do I Congresso Amazônica Marajoara de Matemática em 2019.

Figura 5: Professor Marcos



Fonte: Autoria própria

O Professor Vanilson Gomes Pereira (Figura 6), por sua vez, ingressou na UFPA 2011, com título de Mestre em Engenharia Elétrica. Atualmente, é doutorando na mesma área do mestrado. Ele trabalha com predição de séries temporais, com base em redes neurais artificiais, otimização não suave e não convexa e lógica fuzzy.

Figura 6: Professor Vanilson



Fonte: Autoria própria

Vanilson Gomes Pereira possui três artigos publicados em revista, conforme descrito no Quadro 5:

Quadro 5: Produção em periódico/livro associado ao professor Vanilson

Nº	Autoria	Título	Revista/Livro	Área de concentração	Ano
01	Vanilson. G. Pereira Roberdo. C. L. Oliveira Fábio. M. Sores	Fuzzy Control Applied to Aluminum Smelting. In: Elmer P. Dadios. (Org.). Fuzzy Logic - Controls, Concepts, Theories and Applications	Fuzzy Logic - Controls, Concepts, Theories and Applications	Física	2012
02	Adelson. B. Medeiros Vanilson. G. Pereira Brigida . R. P. Rocha	Use of the Techniques for Uniaxial Medium in General Curvilinear Coordinates	Revista IEEE América Latina	Física	2008
03	Vanilson. G. Pereira Marcos. V. B. M. Branco Roberdo. C. L. Oliveira	Adição de AIF3 em Cubas de Redução de Alumínio Utilizando Logica Fuzzy	Journal of Light Metals	Física	2006
04	Marcos. V. B. M. Branco Vanilson. G. Pereira Roberdo. C. L. Oliveira	Neural Model Of Electric Resistance In Reduction Cells Of Aluminum To Be Applied On The Process Control	Journal of Light Metals	Física	2006

Fonte: Autoria própria

Além desses artigos, o professor Vanilson possui quatro outros publicados em anais de eventos.

O professor Raimar Dickinson Monteiro Aracaty (Figura 7), por seu turno, entrou na UFPA através de concurso, em 2011, com a titulação de especialista em Matemática para o ensino superior.

Figura 7: Professor Raimar



Fonte: A autoria própria

Este docente tem contribuído ministrando disciplinas de Cálculo, Análise real e Álgebra linear, dentre outras, além de possuir um canal no YouTube, que se constitui um curso sobre conjuntos.

Por fim, apresentamos o professor Jorsi José da Conceição Cunha (Figura 8), que ingressou na UFPA em 2010 com título de especialista. Em 2014 obteve o título de Mestre em Matemática e, atualmente, é doutorando em Física pela UFPA. Este docente é o único que fez sua graduação no *campus* do Marajó-Breves, e, segundo o mesmo, foi da primeira turma a funcionar no *campus*, com professores vindos de Belém, no início de 1993.

Figura 8: Professor Jorsi



Fonte: A autoria própria

O professor Jorsi tem ministrado disciplinas de Cálculo e Análise real, dentre outras. No ano de 2018 obteve um artigo publicado, “Majorana bound states in a quantum dot device coupled with a superconductor zigzag chain”, que foi capa da *Journal of Computational Electronics*.

Por meio desse levantamento das produções oriundas da FAMAT desde sua constituição, notamos o avanço na ampliação dos espaços formativos no que se refere ao Ensino de Matemática. Na perspectiva da formação acadêmica de seus docentes, destacamos que, inicialmente, nenhum professor possuía o título de doutor e que, atualmente, dos oitos professores que compõem o corpo docente, três já possuem o título de doutor, três estão com o doutorado em andamento e dois com mestrado em andamento - o que demonstra um movimento significativo por parte dos docentes em seu aprimoramento profissional.

Consideramos estes fatos um importante contexto institucional de ensino, uma vez que:

O exercício da profissão docente requer uma sólida formação, não apenas nos conteúdos científicos próprios da disciplina, como também nos aspectos correspondentes a sua didática, ao encaminhamento das diversas variáveis que caracterizam a docência, sua preparação e constante atualização” (RIVAS *et al.*, 2007, p.4).

Outro ponto importante que destacamos foi a ampliação dos espaços educativos no âmbito da FAMAT por meio do crescente envolvimento dos docentes em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Em destaque, está a constituição de um laboratório de ensino de Matemática e a realização de um congresso próprio. Este movimento de estender os espaços formativos para além do ambiente de sala de aula nos leva a inferir que a faculdade tem se constituído em um ambiente reflexivo que, conforme Alarcão, caracteriza “uma organização que continuamente se pensa a si própria na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar de sua atividade, num processo heurístico, simultaneamente avaliativo e formativo” (ALARCÃO, 2003, p.11).

4 Considerações finais

Ao analisarmos a evolução das ações promovidas pela FAMAT/Breves, bem como as produções de seu corpo docente, notamos que as atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão têm trazido para o âmbito da FAMAT as principais tendências nacionais e internacionais atreladas ao Ensino de Matemática. Desta forma, constituem um ambiente favorável para alcançar o objetivo do curso de Licenciatura em Matemática, do *campus* universitário do Marajó/Breves, que prevê “formar professores com visão ampla e integrada tanto no que se refere aos conhecimentos específicos em Matemática, na área de Educação Matemática bem como nas áreas do conhecimento pertinentes a atuação docente”, bem como “possibilitar a formação de professor/pesquisador no intuito de atuar na busca de novas estratégias de ensino” (PPC, 2019, p.7).

Desta maneira, o curso, assim como sua equipe, tem se constituído como um importante espaço de formação de professores de Matemática na região marajoara, contribuindo para que os docentes ali formados tenham condições de propiciar aos alunos da educação básica um ensino de Matemática capaz de formar cidadãos críticos e cientes de seus direitos e responsabilidades sociais e desta forma contribuir para a transformação social local.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Universidade Federal do Pará campus Universitário do Marajó/Breves. **Projeto Pedagógico do curso de matemática (PPC)**. Breves, 2019.
- BRASIL. Universidade Federal do Pará campus Universitário do Marajó/Breves. **Projeto Pedagógico do curso de matemática (PPC)**. Breves, 2010.
- RIVAS, N. P. P; CONTE, K. M; AGUIAR, G. M. M. Novos espaços formativos na universidade: Desafios e perspectivas para a docência superior. **Anais do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores**, 2007.
- LINS, R. C. Matemática, monstros, significados e educação matemática. In: BICUDO, M. A. V. & BORBA, M. C. (Orgs.). **Educação Matemática: pesquisa em movimento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 92 – 120.
- FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

Capítulo 8

GÊNERO, EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL EM BREVES NO MARAJÓ

Cleide Carvalho de Matos¹
Manuelle Espindola dos Reis²
Márcia Nemer Furtado³

RESUMO

Este trabalho visa compreender as contribuições do processo educacional para a superação das desigualdades de gênero em Breves, no Marajó. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como aportes teóricos os autores: Almeida (2019), Carrara (2009), Connel (2016), Monteiro e Gati (2019) e Saffioti (2013). Os avanços relativamente ao acesso das mulheres à educação não implicam equidade salarial entre os gêneros: o estudo revela que as mulheres, com nível de escolaridade igual ao dos homens, recebem salários inferiores. Além do acesso à educação, há necessidade de implantação de políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades sociais presentes no município de Breves para que as mulheres deste lugar possam ocupar os diversos espaços públicos em igualdade de condições de acesso e equidade salarial.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Desigualdade.

¹ Professora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Educação. E-mail: cleidematos@ufpa.br

² Professora da rede municipal do município de Breves-PA. Mestre em Gestão Pública. E-mail: manuelleespindola@hotmail.com

³ Professora da rede Estadual de Educação do Pará. Mestre em Gestão Pública. E-mail: mnemerf@yahoo.com.br

1. Introdução

As identidades de gêneros são construídas historicamente mediadas por relações sociais, políticas, econômicas e culturais. No processo de constituição das identidades femininas, o poder do homem sobre a mulher sempre esteve presente

[...] sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher.[...] (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

É relevante, porém, destacar que não é apenas o gênero que determina a condição da mulher na sociedade, a sua classe social, etnia e território também interferem nessa relação desigual.

Nesse sentido, o presente trabalho problematiza as contribuições do processo educacional para a superação das desigualdades de gênero em Breves, no Marajó. Para pensarmos a desigualdade de gênero nesse território, é preciso situar o cenário em que ela se manifesta. O Marajó é marcado por contrastes, situa-se, de um lado, em um dos ecossistemas mais ricos em termos de biodiversidade – a Floresta Amazônica – possuidor de riquezas incalculáveis e, de outro, no solo em que a pobreza floresce traduzida nos indicadores sociais, a exemplo dos dados indicados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) que coloca oito dos dezesseis municípios dessa mesorregião entre os cinquenta com os piores IDHM do Brasil⁴. É neste contexto que procuramos compreender as contribuições do processo educacional para a superação das desigualdades de gênero.

Optamos por analisar a realidade do município de Breves por ser o maior município do Marajó em termos populacionais – conforme o IBGE (2020), a estimativa para 2020 é de 103.497⁵ habitantes – e por possuir Instituições de Ensino Superior, como por exemplo, a Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó – Breves (UFPA/CUMB), que tem uma história de 30 anos de atuação educacional em Breves, atendendo diversas cidades do Marajó e inclusive de outras cidades do Pará e do Brasil, além de outras Instituições, a saber: Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Norte do Paraná (Unopar), entre outras (BREVES, 2015).

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para

⁴ Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-252510-idh-expo-abandono-em-que-vive-o-marajo.html>. Acesso em: 25 Set. 2020

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em: 30 Ago. 2020.

Tozoni-Reis (2009, p. 35), “a pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato do campo onde será feita a coleta de dados é a própria bibliografia sobre o tema ou objeto que se pretende investigar”. Hissa (2013, p. 111) compreende a pesquisa bibliográfica como sendo

um diálogo que se estabelece entre o sujeito da pesquisa e os diversos sujeitos, que também poderão ser postos em debates ao longo do texto, de modo a construir argumentos temáticos, teóricos e históricos acerca do que se pesquisa.

A pesquisa documental constitui uma técnica valiosa, que contribui para complementar “[...] informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Os documentos constituem a fonte primária de informações podendo evidenciar questões fundamentais para a pesquisa ainda não teorizadas por outros estudos.

Os documentos analisados foram os levantamentos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre Breves (IBGE⁶), o Atlas de Desenvolvimento Humano e o Relatório Dinâmico do portal Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷ gerados a partir dos dados apresentados na *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS).

O texto apresenta quatro seções: 1. Introdução; 2. Relações de gênero: uma questão sócio-histórica, em que apresentamos um recorte histórico acerca das desigualdades de gênero; 3. Relações de gênero e desigualdade no município de Breves no qual apresentamos os indicadores educacionais e o papel da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó – Breves na superação das desigualdades de gênero; 4. Conclusão, indicando que a educação superior contribui para a redução das desigualdades de gênero, porém, ainda precisamos avançar na garantia de acesso a este nível de ensino.

2. Relações de gênero: uma questão sócio-histórica

Ao tratar da questão de gênero, Almeida (2011) destaca que as configurações de poder, assim como os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos variam de acordo com a cultura, o nível educacional, a religião e a economia, as classes sociais, as etnias, os momentos históricos, etc.

Conforme Carrara (2009), a discussão sobre as concepções de gênero teve início com o movimento feminista, porém, no decorrer da história vem se modificando em função das

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em: 31 Ago. 2020.

⁷ Disponível em: <http://rd.portalods.com.br/relatorios/14/igualdade-de-genero/BRA001015028/breves-pa>. Acesso em: 01 Set. 2020

transformações sociais. Inicialmente, o movimento feminista lutou pelo direito ao voto, porém, a conquista do sufrágio não ocorreu concomitantemente, seguiu tempos diferentes, a saber: a URSS foi a primeira a reconhecer o direito ao voto das mulheres, em 1917 pós-revolução, seguida pela Alemanha, em 1918, posteriormente pelos EUA (1919). Seguiram-se a estes países, a Inglaterra (1928), o Brasil (1932), a França, a Itália e Japão (1945) e a Suíça (1973).

Almeida (2011) destaca que no século XX o movimento feminista que nascera nos Estados Unidos e Europa focalizou a superação da dicotomia entre os espaços da vida pública e privada. Por meio da organização social, garantiu conquistas importantes, isto é, a presença das mulheres para além do espaço doméstico (espaço privado), possibilitando-lhes desempenhar outras atividades, em especial, as ligadas ao magistério (espaço público). Contudo, as conquistas femininas não representaram mudanças no comportamento masculino, por isso, a inserção feminina nos espaços públicos conduziu a mulher a uma dupla jornada.

De acordo com Carrara (2009, p. 40), o movimento feminista buscou evidenciar que a noção de gênero é uma construção histórica e social “assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”. Desse modo, sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a subjetividade de cada pessoa. Porém, tanto a sexualidade como o gênero são afetados conforme os valores sociais vigentes em cada época.

O gênero não envolve um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico. Envolve um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo formativo e violento, no qual os corpos e cultura estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, as vezes até sua destruição (CONNELL, 2006, p. 33).

Assim, embora na relação de gêneros o masculino e o feminino sejam fundantes, há outros elementos que a ele se associam e relacionam construindo redes de significações e mecanismos de produção e reprodução da inferioridade da mulher. A concretude desses mecanismos ocorre “[...] em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências” (ALMEIDA, 2011, p.178).

O gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação da cidade, na luta pelo apartheid e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais (CONNELL, 2016, p. 33).

Discutir as relações de gênero implica necessariamente discutir as relações de poder que as imbrica, o que requer entender como as dinâmicas sociais, culturais, econômicas, educacionais etc., afetam as relações sociais e contribuem para a constituição da desigualdade de gênero.

Saffioti (2013) esclarece que as relações de poder estão presentes nas diferentes esferas em que as mulheres se movimentam, a saber, familiar, econômica, social, político etc. Nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres desempenharam importante papel econômico participando do processo produtivo, enquanto nos aspectos político, jurídico e social tenham se mantido como se fossem inferiores ao homem. Com o advento da sociedade capitalista, Saffioti (2013) entende que as mulheres passaram a ocupar um espaço de subalternidade. Nesse sentido,

No processo de individualização, inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem de dupla dimensão: no nível estrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos muitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gera; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizadas das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 65-66, 2013).

De acordo com Saffioti (2013), a sociedade capitalista intensificou ainda mais as desigualdades de gênero, utilizando a imaginário social sobre a mulher para a exploração de sua força de trabalho, principalmente, em lugares insalubres, com baixa remuneração, jornadas exaustivas, tendo ainda que conviver com o assédio e abuso sexual dos “patrões”.

O modelo capitalista é mais violento com as mulheres, que já viviam diferentes violências. Segundo Saffioti (2015), as violências são formas de ruptura com a integridade emocional, física, psíquica, sexual e moral das vítimas. Nessa perspectiva, entende-se por violência toda forma de violar os direitos humanos e, conseqüentemente, o direito à igualdade social, étnica ou de gênero. Dentre os tipos de violência, a categoria que aqui nos interessa é a violência de gênero, que representa a mais geral, o que não significa que engloba as demais violências, mas, possibilita a análise do vetor da dominação-exploração, independente da prioridade entre homens ou mulheres, sem, no entanto, deixar de identificar o privilégio da relação homem-homem em comparação com a categoria mulher-mulher (SAFFIOTI, 2015).

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência. Nestes termos, gênero concerne, preferencialmente, às relações homem-mulher. Isso não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero [...] mais do que isto, tais violências podem caracterizar-se como violência doméstica, dependendo da circunstância. (SAFFIOTI, 2013, p. 75).

Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, já a violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio e a violência doméstica pode atingir também pessoas que não pertencem a família. Vale enfatizar que a violência de gênero, ou a intrafamiliar, ou a doméstica apesar de envolver homens e mulheres, em geral, a mulher encontra-se em desvantagem, principalmente física. O feminicídio (feminizando-se a palavra homicídio) cometidos por parceiros é um exemplo presumido da derrota da mulher no confronto com o homem (SAFFIOTI, 2013).

Apesar de não haver consenso sobre como considerar a violência praticada pelos pai e/ou a mãe contra seus filhos, é comum considerar a natureza familiar de poder nessa relação em que a dominação-exploração do patriarca, seja diretamente, seja usando a mulher adulta, é responsável pelos maus-tratos contra crianças, principalmente meninas (SAFFIOTI, 2013).

Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados [...]. Há entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus(suas) próprios (as) filhos (as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violência físicas e sexuais contra si mesmas (SAFFIOTI, 2013, p. 78).

Nesse caminho, violência de gênero deriva de uma organização social, que privilegia o masculino e apresenta duas faces de poder: a impotência das mulheres e a potência dos homens, além de ignorar as fronteiras de classes sociais e as diferenças de grau de instrução, de renda e dos distintos tipos de cultura (SAFFIOTI, 2013).

3. Relações de gênero e desigualdade no município de Breves

O município de Breves compõe a região de integração do Marajó que possui dezesseis municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da

Boa Vista. O IDHM de Breves corresponde a 0,503, percentual que coloca o município na posição 132º no *ranking* estadual. Cabe destacar que o estado do Pará possui 144 municípios (IBGE, 2010). O IDHM é obtido a partir de três condições essenciais à vida humana: a **longevidade** que pressupõe uma vida longa e saudável; **educação** por meio do acesso aos níveis mais elevados de estudo e **renda** que permita recursos econômicos suficientes para uma vida digna.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município de Breves em 2010 correspondia a 92.865, sendo 47.780 (51,45%) homens e 45.085 (48,55%) mulheres. O IBGE (2010) indicou, ainda, que 24% da população do Município de Breves vive entre a linha da indigência e pobreza, 32,5% vive abaixo da linha da indigência.

Caetano e Silva (2016) afirmam que a economia do município de Breves tem girado em torno de determinados ciclos produtivos que tiveram início com o ciclo da borracha, seguido pelo ciclo de arroz e, a partir da década de 1980, o extrativismo madeireiro passou a ganhar destaque. Já no início da década de 2000, observamos o declínio desse ciclo gerando uma grave crise na economia local, sobretudo, nas comunidades ribeirinhas que se viram obrigadas a migrar do campo para a cidade em busca de trabalho.

O município de Breves possui 266 unidades de ensino. Destas, 247 estão localizadas na área rural e 29 no meio urbano (CENSO ESCOLAR, 2018). Cabe, ainda, destacar a presença de instituições como: Universidade Federal do Pará – Campus do Marajó/Breves (UFPA/CUMB); Universidade Aberta do Brasil (UAB); Instituto Federal do Pará (IFPA), das instituições de ensino superior da rede privada, do Conselho da Mulher e da Secretaria Municipal da Mulher.

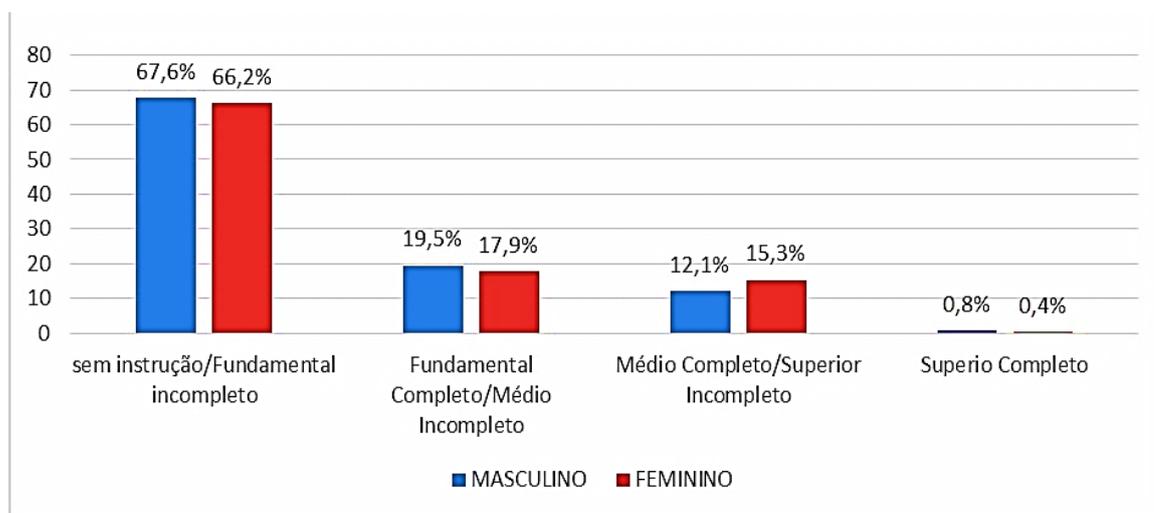
É oportuno destacar o papel da UFPA/CUMB no processo educacional no município de Breves. Nessas três décadas de existência já formou professores(as) de História, Matemática, Pedagogia, Letras, Geografia, Ciências Naturais, assim também como Assistentes Sociais, Enfermeiros(as), especialistas, mestres e doutores. De acordo com Plano Municipal de Educação de Breves (BREVES, 2015) em 2013 o CUMB já havia formado 958 pessoas e em 2015 contava com 1.600 alunos matriculados em cursos de graduação, 50 em cursos de especialização, 20 em curso de mestrado e 9 no curso de doutorado. Por tudo isso, consideramos a UFPA/CUMB um projeto social que tem contribuído para a inclusão social no Marajó, por meio da atuação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Importa, ainda, considerar sua relevância na produção do conhecimento, por meio da realização de pesquisas que visam afirmar o protagonismo feminino neste território,

historicamente marcado pela invisibilidade do papel da mulher nos diversos espaços sociais; quanto para o fortalecimento da luta pela superação das desigualdades de gênero, pois há de se reconhecer que “[...] essas lutas têm sido necessárias, porque nem uma revolução de classe, nem o fim da colonização encerraram as injustiças de gênero”. (CONNEL, 2016, p. 31). Neste movimento, a UFPA/CUMB tem sido protagonista, pois contribuiu e contribui para a formação de mulheres que tem se posicionado de forma crítica diante das desigualdades de gênero, que participam de movimento sociais e lutam por equidade social no Marajó.

O acesso à educação básica e superior é fundamental para a diminuição das desigualdades de gênero, no entanto, em Breves, de acordo com os dados do IBGE (2019), esse direito ainda está longe de ser universalizado. No gráfico 01 podemos acompanhar como o acesso à educação se dá de forma excludente para homens e mulheres, no município de Breves.

GRÁFICO 01: Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo nível de instrução e sexo em 2010 em Breves



Fonte: IBGE, 2010.

O gráfico 01 apresenta o percentual da população de homens e mulheres de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução. É possível observar que, no ensino fundamental, a presença masculina é maior. No entanto, tais dados se modificam, sendo que no ensino médio a presença feminina torna-se superior. Já no ensino superior, embora o percentual tanto de homens como de mulheres seja baixo, o percentual de homens é o dobro do percentual de mulheres com esse nível de ensino. É preocupante a porcentagem de adultos jovens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto em Breves. Observa-se que, conforme aumentam os anos de estudos, o número de pessoas que conseguem continuar estudando vai

diminuindo.

Para Guimarães-Iosif (2009, p. 92)

O problema da educação brasileira vai desde a educação infantil, com um número mínimo de crianças frequentando a escola, até a educação superior, cujos problemas de acesso e qualidade ainda são preocupantes. Quanto mais pobre, mais difícil é para o aluno terminar o Ensino Fundamental, ingressar no Ensino Médio e, muito menos, ingressar numa Universidade Federal gratuita.

O acesso à Educação Básica ainda é negado a muitas crianças e jovens, pois apenas um percentual ínfimo consegue concluir o ensino médio e, dentre os que conseguem terminar este nível de ensino, menos de 1% conseguiu concluir o ensino superior.

A busca para compreender as contribuições do processo educacional à superação da desigualdade de gênero em Breves vai ao encontro do que Connel (1997) defende, isto é, que as mulheres dessas periferias exponham sua condição de gênero, compreendam os processos sociais que contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero e lutam para transformar esta realidade. Neste aspecto, o acesso a níveis mais elevados de escolarização e formação profissional pode contribuir para que as mulheres brevesenses se percebam como sujeitos que, historicamente, estiveram subjugadas aos domínios do masculino por meio de discursos proferidos por diferentes instituições: igreja, família, etc. que reforçam e contribuem para as desigualdades entre os gêneros.

Para que relações pautadas no respeito, na ética e na valorização da mulher sejam construídas, o acesso à educação é fundamental. Carrara (2009) reconhece a responsabilidade da escola em contribuir para a superação da discriminação e preconceito contra mulheres, como também contra aqueles que não atendem a padrões determinados por uma sociedade que reconhece e legitima comportamentos e práticas a partir de um ideal de masculinidade dominante. A educação de mulheres no município de Breves reflete o processo histórico de ausência de políticas públicas nessa região, pois, o fato de um território possuir 56,5% da população vivendo entre a linha da indigência e a da pobreza e abaixo da linha da indigência talvez explique o porquê das dificuldades para acessar níveis mais elevados de escolaridade (IBGE, 2010).

O número de mulheres com nível superior, em Breves, por exemplo, é menor que o de homens, dados que divergem dos indicadores nacionais, visto que o percentual de mulheres com nível superior na faixa etária de 25 a 44 anos corresponde a 21% enquanto o percentual masculino nessa mesma faixa etária representa 15,6%. Dos 45 anos em diante, 12,9% das mulheres e 11,6% dos homens possuem nível superior completo (IBGE, 2018). Nas diferentes

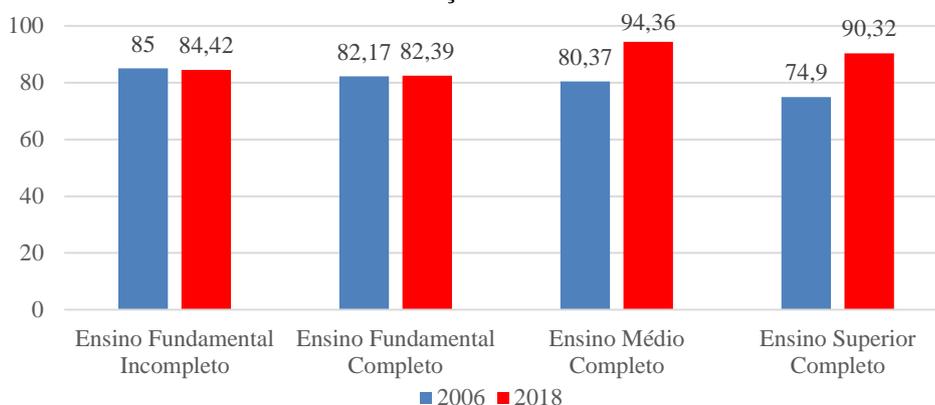
faixas etárias, as mulheres, no referente aos dados nacionais representam a maioria com nível superior, apresentando, o município de Breves, um movimento destoante do indicado em nível nacional.

Ao tratar do espaço da mulher no mercado de trabalho, Carrara (2009) enfatiza que, em muitos veículos de comunicação, é recorrente o trato da posição desigual entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Tal desigualdade é explicitada por meio da tímida presença de mulheres em cargos de liderança. De acordo com o IBGE (2018), os cargos gerenciais são assim ocupados: na faixa etária de 16 a 29 anos os homens preenchem 56,9% dos cargos e as mulheres 43,1; de 30 a 49 anos os homens exercem a chefia em 59,0% enquanto as mulheres em 41,0%; dos 50 a 59 anos os homens gerenciam 65,1% dos cargos e as mulheres 34,9%. Observa-se que quanto maior a faixa etária menor é a presença das mulheres nos cargos gerenciais.

A prática de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica na existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica culturalmente edificada, onde as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas de segundo escalão. A dupla (des)valorização, conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder. (ALMEIDA, 2011, p. 178).

O gráfico 02 indica a renda das mulheres em relação à dos homens segundo ocupação formal e escolarização, em Breves. Observamos que as mulheres (desde ensino fundamental ao superior) apresentam rendimentos inferiores aos dos homens.

Gráfico 02: Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização - 2003/2013.



Fonte: Relatório Dinâmico do portal Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2020)⁸.

⁸ Disponível em: <http://rd.portalods.com.br/relatorios/14/igualdade-de-genero/BRA001015028/breves---pa>. Acesso em: 01 Set. 2020

Os dados apresentados no gráfico 02 revelam que a desigualdade entre os rendimentos masculinos e femininos, em ocupações formais, no período de 2006 a 2018, apresentam uma leve melhora nas ocupações que exigem maior nível de escolaridade; a diferença, porém, se mantém, ou seja, os rendimentos das mulheres, além de inferiores, não apresentam, na série histórica analisada, superação da diferença em relação aos rendimentos masculinos, mesmo quando apresenta igual nível de escolaridade.

Observa-se que a desigualdade é maior quanto menor é o nível de escolarização. Em 2006, o salário das trabalhadoras com nível fundamental incompleto representava 85% do rendimento masculino e em 2018 esse índice piorou, passando para 84,42%. Da mesma forma, as trabalhadoras com ensino fundamental completo, em 2006, tinham proventos equivalentes a 82,17% dos rendimentos masculinos e, em 2018, o percentual representou 82,39%, ou seja, não houve melhora na equiparação salarial. Identificou-se, igualmente, que o aumento da escolaridade reduz o distanciamento entre os rendimentos de homens e mulheres: em 2006, as mulheres com ensino médio completo recebiam o equivalente a 80,37% do salário dos homens; em 2018, esse percentual subiu para 94,36%, um aumento de 13,99%. Por sua vez, as mulheres com ensino superior completo recebiam, em 2006, o percentual de 74,9% dos rendimentos masculinos e, em 2018, esse percentual passou para 90,32%. Neste nível de ensino, ocorreu o maior aumento percentual do salário feminino em relação ao masculino, com um acréscimo de 15,42%. Porém, apesar de ter ocorrido um aumento no rendimento feminino, ainda não significa que houve equiparação salarial ou superação das desigualdades de renda entre homens e mulheres.

Carrara (2009, p. 41) destaca alguns elementos que apontam para uma histórica desigualdade no mundo do trabalho relacionada a algumas questões, tais como:

- I) grande parte dos postos de direção ocupados por homens (como no próprio sistema escolar);
- II) significativas diferenças salariais entre homens e mulheres e;
- III) maior concentração de homens em áreas como engenharia, informática, enquanto as mulheres se concentram em atividades de ensino e cuidado.

Connel (2016, p. 35-36) destaca que a desigualdade no mundo do trabalho, para além da questão de gênero, envolve a questão de classe, pois o trabalho remunerado foi incorporado antes na vida de mulheres pobres e negras e só depois estendeu-se às mulheres da classe média.

De acordo com Connel (2016), a partir do movimento feminista muitos espaços e direitos são conquistados pelas mulheres, contudo alguns espaços, embora públicos, ainda são

de domínios masculinos como a política e os cargos de lideranças das grandes empresas. Segundo a autora, no ano de 2007, das 500 maiores empresas transnacionais, apenas 2% de mulheres ocupavam cargos de executivo-chefe, os homens ocupavam 98% dos cargos evidenciando que esse campo é fortemente masculinizado.

Carrara (2009, p. 41) enfatiza que aparentemente “as escolhas”, a inserção no mundo do trabalho traduz as aptidões naturais, preferência e/ou capacidade, no entanto “se observarmos com atenção, veremos que a distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades decorrentes podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às assimetrias de gênero”. Desse modo, concordamos com Carrara (2009), quando o autor afirma que a educação é fundamental para superar as desigualdades de gênero e, de igual modo, contribuir para a construção de uma sociedade combatente a quaisquer formas de preconceito e desigualdades sociais, onde mulheres, gays, travestis, transexuais, etc. possam viver com dignidade, de modo que o lugar ocupado por cada um, não seja determinado por relações de poder e opressão entre os gêneros. Porém, além do acesso à educação, há necessidade de implantação de políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades sociais presentes no município de Breves para que as mulheres deste lugar possam ocupar os diversos espaços públicos em igualdade de condições de acesso e equidade salarial.

4. Conclusão

A sociedade precisa avançar na direção da superação das desigualdades de gênero, pois, ainda convivemos com relações sociais que inferiorizam as mulheres em função da sua cor, etnia, classe social, nível de escolaridade, etc. No município de Breves, observamos que as mulheres ainda não estão em “pé de igualdade” com os homens no que se refere ao acesso à educação, pois, conforme vão aumentando os anos de estudos diminuem o percentual de mulheres na escola, ao passo que o número de homens, embora também diminua, ainda representa o dobro de mulheres com nível superior completo.

A desigualdade quanto aos rendimentos entre mulheres e homens se mantém estável para aquelas que possuem como formação o ensino fundamental incompleto e completo. Porém, há uma melhora significativa nas desigualdades salariais entre homens e mulheres que possuem o Ensino Médio ou o Ensino Superior completos. A educação de nível superior foi a que mais contribuiu para a equidade de gênero, contudo, ainda é restrito a poucas mulheres.

Promover pesquisas que dê visibilidade a mulher marajoara se configura como um compromisso científico e, acima de tudo, como responsabilidade social de quem vive essa

realidade. Um papel que a UFPA/CUMB tem assumido com protagonismo, pois, constituiu-se em *locus* de formação acadêmica e produção de conhecimento sobre a importância da presença feminina em diferentes espaços e contextos sociais, contribuindo para a elucidação e superação das desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane soares. **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade.** Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>. Acesso em: 03 Jan. de 2019.

BRASIL. **Censo Escolar 2018.** Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Perfil - Breves, PA** | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/breves_pa. Acesso em: 20 Jan. 2019.

BREVES. **Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Breves, 2015.

CARRARA, Sérgio. **Diversidade e desigualdade.** In: **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

CAETANO, Viviane Nunes da Silva; SILVA, Alexandre Nunes. Desenvolvimento e educação no Marajó: estudo de caso no Município de Breves (Marajó/Pará/Brasil). **GeoAmazônia.** v. 4, n. 07. Disponível em: www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/106. Acesso em: 03 Jan. 2019.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil:** impedimentos para a cidadania global emancipatória. Brasília: Liber Livro, 2009

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entre notas:** Compreensão da pesquisa. Belo Horizonte. Editora, UFMG, 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na história da educação**

brasileira: entraves e avanços de uma época. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf.
Acesso em: 03 Jan. 2019.

SASSAKI, Yoshico. **O direito a mulher trabalhadora à cidadania:** reflexões sobre a discriminação e proteção de gênero no mundo do trabalho. In: **Desafios de identidade:** espaço/tempo de mulher. Maria Luiza Miranda Alves, Eunice Ferreira dos Santos (org.). Belém: CEJUP; GEPEM; REDOR, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classe.** 3ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. (1995). **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20(2) 71-99.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A. 2009.

Capítulo 9

PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS NA FEIRA LIVRE DA CIDADE DE BREVES, ESTADO DO PARÁ

Vanice Almeida da Veiga¹
Maria Goreti Coêlho de Souza²

RESUMO

O uso terapêutico de plantas medicinais se perpetua dentre as populações tradicionais através de costumes herdados há séculos, a partir da busca do homem por melhores condições de vida e por cura para suas enfermidades, aumentando suas chances de sobrevivência. O presente trabalho objetivou o levantamento de plantas de uso medicinal comercializadas na Feira livre João Costa, no Mercado Municipal do Município de Breves, Estado do Pará. O estudo ocorreu entre janeiro e julho de 2014, utilizando como metodologia de pesquisa questionários semiestruturados e observações diretas, aplicadas a oito vendedores. As plantas compradas e/ou fotografadas foram identificadas com base em literatura e sites especializados e, quando possível, enviadas ao herbário da Embrapa em Belém. O levantamento resultou em cerca de 41 etnoespécies, distribuídas em 39 gêneros e 25 famílias. Dentre as espécies comercializadas, sete são nativas e típica de quintais: amor-crescido (*Portulaca pilosa* L.), babosa (*Aloe vera* (L.) Burm. F), canela (*Cinnamomum zeylanicum* Blume), limãozinho (*Citrus limon* (L.) Osbeck), hortelã (*Mentha* sp.), noni (*Morinda citrifolia* L.) e mastruz (*Chenopodium ambrosioides* L.). Entretanto, 84% das etnoespécies são trazidas em partes secas de Belém, capital do Estado. A parte mais utilizada das plantas foi a casca (34%), preparada principalmente como infusão. A indicação terapêutica mais citada foi o tratamento anti-inflamatório. Considerando o total de etnoespécies, 39 apresentaram indicação de utilização popular para várias patologias, demonstrando o grande potencial terapêutico das plantas da região, embora, muitas sejam trazidas da região de Belém.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Etnobotânica; Marajó.

¹ Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó/Breves vanice_almeida@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó/Breves goretisouza@ufpa.br

1. Introdução

Plantas medicinais são vegetais que possuem em sua composição, substâncias químicas que auxiliam no tratamento de doenças (BRASIL, 2006a). Seu uso com finalidade terapêutica para tratamento e prevenção de doenças, remonta à antiguidade da própria humanidade, se perpetuando por populações tradicionais que buscam, por gerações, a cura de seus males em preparações caseiras, aumentando suas chances de sobrevivência (ALMEIDA, 2011; BADKE *et al.*, 2011; FEIJÓ *et al.*, 2012; LOPES *et al.*, 2010).

Quando se observa a ineficácia do sistema oficial de saúde pública e a condição econômica da maioria da população, esse fato associado a fé popular no poder de cura das plantas medicinais, não é tão surpreendente a sobrevivência do conhecimento tradicional e o aumento do uso de plantas medicinais em substituição às dispendiosas fórmulas quimioterápicas. Assim, o saber popular sobre as ervas medicinais, é em muitos casos o único ou o primeiro recurso terapêutico devido a sua fácil acessibilidade, custo e manipulação (AMOROZO e GÉLY, 1988; SOUZA; ANDRADE; FERNANDES, 2011).

Considerando que o Brasil apresenta a maior biodiversidade do planeta associada a uma riqueza cultural miscigenada que constitui um vasto e valioso conhecimento tradicional vinculado às plantas medicinais e somando a isso, a política pública de saúde, o governo federal, em 22 de junho de 2006, sancionou por meio do Decreto Presidencial nº 5.813, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, cujo objetivo principal foi “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (BRASIL, 2006a, p. 20). Além de inserir plantas medicinais e fitoterápicas no SUS, assim como, promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros (BRASIL, 2006a).

É possível observar nas regiões mais pobres do país e em grandes cidades, a comercialização de plantas medicinais em feiras livres (BORDA e MACEDO, 2006; MANRIQUE-TRESVENZOL *et al.*, 2006; SALES; ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 2009), nos levando a observar que este manancial não está presente apenas no interior da floresta, mas ultrapassa esses limites chegando às áreas urbanas como os espaços públicos.

Dessa maneira, os estudos em mercados públicos locais tornam-se uma estratégia importante para o reconhecimento sobre os produtos medicinais de origem florestal utilizados

em uma região e podem ser levados em consideração para futuras investigações sobre a conservação das espécies exploradas (LIMA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2011).

Diante disso, o objetivo deste estudo foi fazer um levantamento das plantas de uso medicinal comercializadas na Feira livre João Costa, no mercado municipal do Município de Breves, Estado do Pará, além de identificar as plantas medicinais utilizadas no tratamento de diversos problemas de saúde e contribuir fornecendo dados para futuras pesquisas científicas relacionadas, considerando, portanto, que os estudos referentes a este tema voltado para a cidade de Breves é muito incipiente.

2. Material e Métodos

O presente estudo foi desenvolvido na feira livre João Costa, localizada na cidade de Breves, no Bairro Centro da cidade. Sua fundação data do ano de 1974, sob a gestão do Prefeito Wilson Câmara Frazão (Comunicação pessoal dos feirantes). A feira funciona durante os sete dias da semana, para a comercialização de variados produtos alimentícios como frutas, legumes, aves, peixe e camarão. Além de produtos, como carvão, churrasqueiras, assim como: minimercados, amoladores de facas e vendedores de lanches, atendendo a preferência da população urbana e ribeirinha, com seus 58(cinquenta e oito) boxes. Destes, seis boxes e duas bancas comercializam uma grande variedade de ervas medicinais para os mais diversos males.

Neste trabalho, adotaremos o termo feira definido por Albuquerque *et al.* (2010, v. 1, p. 210) que consideram feira ou mercados como “lugares públicos destinados à venda de vários produtos, ao mesmo tempo em que espaços de trocas e aquisição de informações culturais”, mesmo que numa dimensão menor, conseguem mostrar a diversidade cultural e biológica de uma região, representadas com as plantas e animais, utilizados tanto na alimentação quanto aqueles com propriedades medicinais.

Considerando que, geralmente os feirantes têm receios de participar de uma pesquisa, por temerem que o pesquisador seja um fiscal, isso requer certa habilidade do pesquisador na seleção dos entrevistados, para tanto, foi feito um contato inicial e apresentação do projeto e objetivos, além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deixava claro que os entrevistados teriam suas identidades mantidas em sigilo (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010; SOUZA; ANDRADE; FERNANDES, 2011).

A coleta de dados etnobotânicos, ocorreu no período de janeiro a julho de 2014, seguindo as metodologias descritas Albuquerque *et al.* (2010), incluindo as perguntas dos

questionários. Seguindo a proposta de Amorozo (1996), combinou-se várias técnicas, por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, aplicando a técnica da entrevista semiestruturada informal, a partir de questionários, além da técnica de listagem livre associada à observação direta das plantas comercializadas.

Os questionários aos informantes (vendedor – aqueles que plantam e depois vendem e revendedores, não plantam, apenas revendem) apresentavam perguntas socioeconômicas e quanto às etnoespécies, as perguntas versavam sobre o nome popular destas, para qual doenças são indicadas, modo de uso, partes utilizadas, modo de preparo, como as plantas são adquiridas e quais são as plantas mais vendidas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010).

A coleta e herborização dos espécimes adquiridos durante as entrevistas, seguiram os métodos e técnicas propostos por Fidalgo e Bononi (1989).

A identificação das espécies, ocorreu de três maneiras diferentes. Inicialmente, ocorreu no momento da entrevista pela nomenclatura vernacular, em seguida procedemos de maneira similar a Lima, Ferreira e Oliveira (2011), isto é, a partir destas houve uma busca através de um levantamento bibliográfico dos nomes científicos relacionados às plantas medicinais mencionadas, além disso, como Hanazaki *et al.* (2000), utilizamos o termo “etnoespécie”, portanto, nome comum dado a uma ou várias espécies citadas durante as entrevistas e por último, quando possível, comparou-se com exsicatas depositadas em herbário.

Todavia, a maioria das plantas encontravam-se disponíveis apenas em fragmentos como folhas secas, cascas de caule, raízes, sementes e triturados; não sendo possível a identificação destas através de exsicata, então, seguiu-se para uma “pista taxonômica”, como sugerido por Ramos *et al.* (2005 apud ALBUQUERQUE *et al.*, 2010, v. 1, p.217 e 218).

As etnoespécies que se encontravam inteiras, foram compradas, fotografadas e identificadas através de literatura específica, além de consulta em sítios eletrônicos e comparadas com exsicatas do acervo do herbário IAN, situado na Embrapa Amazônia Oriental. A circunscrição de família, seguiu o sistema do Angiosperm Phylogeny Group APG III (2009), enquanto os nomes científicos foram revisados com base na lista de espécie da Flora do Brasil (<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/2012/>) e Missouri Botanical Garden (<http://www.tropicos.org/>).

As plantas que foram compradas e identificadas durante o período da pesquisa, foram inseridas no acervo do Laboratório de Biodiversidade da Faculdade de Ciências Naturais, da Universidade Federal do Pará - Campus do Marajó/Breves.

Os modos de uso e manipulação das ervas foram categorizados em uso interno, externo e ambos. Seguindo considerações adaptadas por Jorge (2009), definiu-se como uso interno, as formas ingeridas tais como: chá, suco, sumo, água, xarope, infusão, rizoma e pó. Como uso externo, apresenta-se o emplasto, banho e pomada. Algumas preparações atendem ambas as utilizações, é o caso do chá, sumo, garrafada, macerado, óleo, água e leite.

3. Resultados e Discussão

3.1. O perfil socioeconômico dos informantes

Dentre o universo amostral dos feirantes entrevistados, a participação masculina foi predominante com 62,5% versus 37,5% feminino (Quadro 1). Muitos estudos na região Norte e Nordeste do Brasil, tem demonstrado uma participação masculina maior neste tipo de comércio, tais como Pinheiro (2018) e Santos, Coelho-Ferreira e Lima (2018). Mas, Dantas e Ferreira (2013) e Gomes e Lima (2017), encontraram uma predominância feminina. Enquanto Lima, Ferreira e Oliveira (2011), encontram uma proporção igual entre homens e mulheres.

Pode-se considerar pelo menos três possibilidades para esta discrepância em relação a este nicho profissional. A primeira, é relativa ao aspecto cultural que as mulheres desempenham em alguns grupos, voltadas para o desempenho de atividades ligadas aos processos de curas e manipulação de ervas (DANTAS e FERREIRA, 2013; VÁSQUEZ; MENDONÇA; NODA, 2014). A segunda, está relacionada ao desemprego e falta de alternativas de renda para os homens, levando-os a optarem por esta atividade que antes era predominantemente feminina (PINHEIRO, 2018). A terceira, apontada por alguns vendedores, é a sua história de vida, a influência de parentes mais idosos que comercializavam plantas medicinais e transmitiram a função e o conhecimento, determinando que a profissão se perpetue até hoje (LIMA; COELHO-FERREIRA; OLIVEIRA, 2014; SANTOS; COELHO-FERREIRA; LIMA, 2018).

A faixa etária ficou compreendida entre 31 a 82 anos, com predomínio de 75% na idade superior a 30 anos com poucos nesta faixa etária, apenas 25%. O tempo de trabalho como vendedor de ervas medicinais teve variação entre 02 a 30 anos de atividades, todos com baixa escolaridade (Quadro 1). Embora a característica social envolvendo os feirantes de Breves corroborem outros estudos, a presença de pessoa com 30 anos, para Lima, Coelho-Ferreira e Oliveira (2011), demonstra a pouca participação dos mais jovens nesta atividade, mas para Pinheiro (2018), significa que a atividade deixou de ser exercida apenas entre os

mais velhos. Mas os autores concordam que há uma predominância de adultos em fase economicamente ativa e quanto mais idade e mais tempo vendendo ervas, mais habilitado o erveiro está para a comercialização, por meio do conhecimento das propriedades terapêutica das plantas medicinais e do acúmulo de experiência (ARAÚJO *et al.*, 2009; GOMES E LIMA, 2017; TRIVELLATO, 2019).

Dentre os feirantes entrevistados, ocorreu a predominância (75%) de revendedores (Quadro 1), ou seja, aqueles que não plantam, apenas compram ervas para revender. Logo, podemos considerar que o cultivo destas plantas não é uma prática comum entre estes feirantes havendo o que Gomes e Lima (2017, v. 12, p. 22) chamam de “cisão entre a atividade comercial e o conhecimento etnobotânico original”. Desse modo, os revendedores dependem de atravessadores que podem ser considerados a fonte primária do conhecimento fitoterápico (BITENCOURT; LIMA; BARROS, 2014; LIMA; COELHO-FERREIRA; OLIVEIRA, 2011)

A origem dos participantes mostrou que 62,5% são oriundos de Breves e 37,5% têm origem variada, incluindo um português (Quadro 1). Isto é algo que se repete em outros estudos realizados em feiras. Assim, estes espaços assumem uma importância social muito grande, ao acolherem os imigrantes oferecendo condições de trabalho e integração dos aspectos multiculturais de vários indivíduos (GOMES, 2002). Quando consideramos isso em relação às plantas medicinais, cada pessoa ou grupo que se estabelece em uma nova região traz consigo informações e costumes logo, seu estabelecimento promove uma dinamização no conjunto de plantas medicinais locais (MEDEIROS *et al.*, 2012).

Quadro1. Perfil socioeconômico dos vendedores e revendedores na feira livre de Breves. EFC: Ensino Fundamental Completo. EFI: Ensino fundamental Incompleto

Entrevistados/ Sexo	Idade	Categoria dos entrevistados	Tempo de venda	Local de origem	Escolaridade
1 Feminino	31	Vendedora	02 anos	Breves	E.F.C.
2 Feminino	38	Vendedora	02 anos	Breves	E.F.I.
3 Feminino	54	Revendedora	30 anos	Breves	E.F.I.
4 Masculino	51	Revendedor	05 anos	Cametá	E.F.I.
5 Masculino	62	Revendedor	30 anos	Breves	E.F.I.
6 Masculino	77	Revendedor	06 anos	Melgaço	E.F.I.
7 Masculino	79	Revendedor	15 anos	Breves	E.F.I.
8 Masculino	82	Revendedor	12 anos	Portugal	E.F.I.

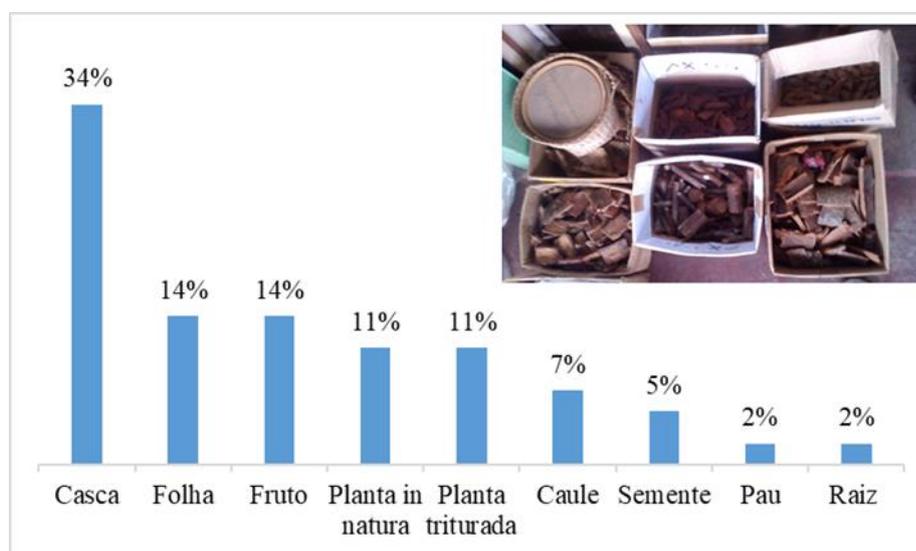
Fonte: Próprio autor

3.2. Partes das plantas e a forma de comercialização

Na feira de Breves e nas diferentes regiões do Brasil, os produtos das plantas medicinais, assim como estas, são vendidos a partir de seus nomes populares, cujo domínio é adquirido por meio de convívio com familiares e durante o tratamento de alguma enfermidade. Embora as plantas possam apresentar mais de um nome popular, variando conforme a região e a cultura do povo, esta nomenclatura é fundamental no trabalho comunitário, uma vez que através desta, há o conhecimento mais afinados acerca das plantas (JORGE, 2009; MAIOLI-AZEVEDO e FONSECA-KRUEL, 2007). Contudo, diante do crescente interesse pela busca deste tipo de tratamento, é fundamental a identificação botânica correta para evitar riscos, considerando que espécies diferentes, apresentam atividades biológicas, toxicologia e componentes químicos distintos. Essa questão toma uma dimensão maior diante do desconhecimento dos erveiros e do fato de muitas vezes não considerarem as reações adversas, contraindicações e interações com outros medicamentos (ALVES; SILVA; ALVES, 2008; TUROLLA e NASCIMENTO, 2006).

Segundo os raizeiros, as partes mais comercializadas na feira de Breves são as cascas (34%), folhas e frutos (14%), seguidos da forma *in natura* e planta triturada, ambas com 11%, dentre outras (Gráfico 1). Resultado semelhante, foi encontrado em feiras da área urbana de Belém (SANTOS; COELHO-FERREIRA; LIMA, 2018) e em outros estudos (SENA e SANTOS, 2012; LIMA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2011). Mas, difere quanto à predominância das partes utilizadas nos estudos de Bitencourt, Lima e Barros (2014), com predomínio do uso de folhas e Souza, Andrade e Fernandes (2011) com as sementes. No Guamá, em Belém, existem outras formas de comercialização, por exemplo: resinas em estado sólido, pecíolo, botão floral, a flor e leite (BITENCOURT; LIMA; BARROS, 2014). O óleo é uma forma pouco referenciada (PINHEIRO, 2018; SANTOS; COELHO-FERREIRA; LIMA, 2018).

Gráfico 1 – Forma de comercialização das plantas medicinais na feira João Costa, na cidade de Breves, Estado do Pará.



Fonte: Próprio autor

Quando à fonte do abastecimento das plantas na feira, os erveiros responderam que apenas amor-crescido (*Portulaca pilosa* L.), babosa (*Aloe vera* (L.) Burm. F, canela (*Cinnamomum zeylanicum* Blume), limãozinho (*Citrus limon* (L.) Osbeck), hortelã (*Mentha* sp.), noni (*Morinda citrifolia* L.) e mastruz (*Chenopodium ambrosioides* L.), são adquiridos em Breves, ou seja, 85% das plantas comercializadas na feira livre de Breves, são oriundas de Belém. Os comerciantes alegam não encontrar na região erveiros que comercializam na proporção em que são procuradas, por isso, buscam as plantas na capital do Estado.

Santos, Coelho-Ferreira e Lima (2018) em seu estudo acerca de quatro mercados (Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará) da Grande Belém, cujo objetivo foi compreender o processo de comercialização de plantas medicinais nestes mercados, identificaram uma rede complexa na cadeia de abastecimento destes. Sendo que 84% dos principais fornecedores são os ervanários (um dos sete atores envolvidos nesta cadeia) do Complexo do Ver-o-Peso, em Belém, e este é abastecido por diferentes locais e regiões do Pará ou por outros Estados brasileiros.

Quanto aos municípios paraenses, Salvaterra e Cametá são os principais fornecedores de óleo de andiroba, já constatado por Shanley e Londres (2011), assim como copaíba, sucuuba, unha de gato, pedra-ume-caá e salva do marajó, dentre outras, também listadas na feira de Breves. No tocante a outros Estados, o Piauí e a Paraíba são fornecedores de aroeira extraída do bioma Caatinga. As regiões Sudeste e Sul são importantes fornecedoras de carqueja, cavalinha, dentre outras. Esta influência de outros Estados na farmacopeia paraense,

demonstra a dinamização ocasionada pela migração, desde o final do século XIX, já apontada por Medeiros *et al.* (2012) e Lima Coelho-Ferreira e Oliveira (2011; 2014).

Todavia, Santos, Coelho-Ferreira e Lima (2018, v.8, p.8), afirmam que “as hortas da Cooperativa de Produtores Rurais do Curuçambá em Ananindeua são, de fato, as principais responsáveis pelo abastecimento diário de plantas frescas, não apenas dos mercados estudados, como também pelo provimento de atravessadores do Complexo do Ver-o-Peso”.

3.3. Riqueza das espécies medicinais comercializadas

Diante do registro de 41 etnoespécies, distribuídas em 25 famílias botânicas (Tabela 1), considerou-se baixa a riqueza de espécies na Feira João Costa, quando compara-se a diferentes estudos no Pará, tais como, o de Sena e Santos (2012), realizado na feira de Abaetetuba, onde registraram a comercialização de 139 etnoespécies e 61 famílias, entrevistando sete erveiros e Bitencourt, Lima e Barros (2014), na feira do Guamá em Belém, em três barracas registraram 180 etnoespécies e 68 famílias.

As famílias mais representativas (Tabela 1) foram Fabaceae (n= 8) e Lamiaceae (n=5). Estes resultados corroboram estudos realizados por Azevedo e Silva (2006), Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007), Ustulin *et al.* (2008), mas diferem de Gomes e Lima (2017), Bitencourt, Lima e Barros (2014). As famílias Asteraceae, Lamiaceae e Fabaceae são culturalmente importantes por serem amplamente distribuídas em regiões temperadas e tropicais do mundo e muitas espécies destas famílias são nativas do Brasil.

As etnoespécies mais citadas pelos feirantes, são tradicionalmente utilizadas pela população amazônica e já foram registradas em outros estudos sobre feiras, tais como: a andiroba, copaíba, barbatimão e verônica (SENA e SANTOS 2012; LIMA, COELHO-FERREIRA e OLIVEIRA, 2011; DANTAS e FERREIRA, 2013) e o pracaxi (XAVIER e CUNHA, 2015). A comercialização por muito tempo de uma espécie, sugere sua eficácia, pois há indicativos de que essas estejam produzindo os efeitos desejados pelos compradores (BYE e LINARES, 1983 apud LIMA, COELHO-FERREIRA e OLIVEIRA, 2011).

Tabela 1– Etnoespécies medicinais comercializadas e sua forma de comercialização na feira João Costa no município de Breves, PA.

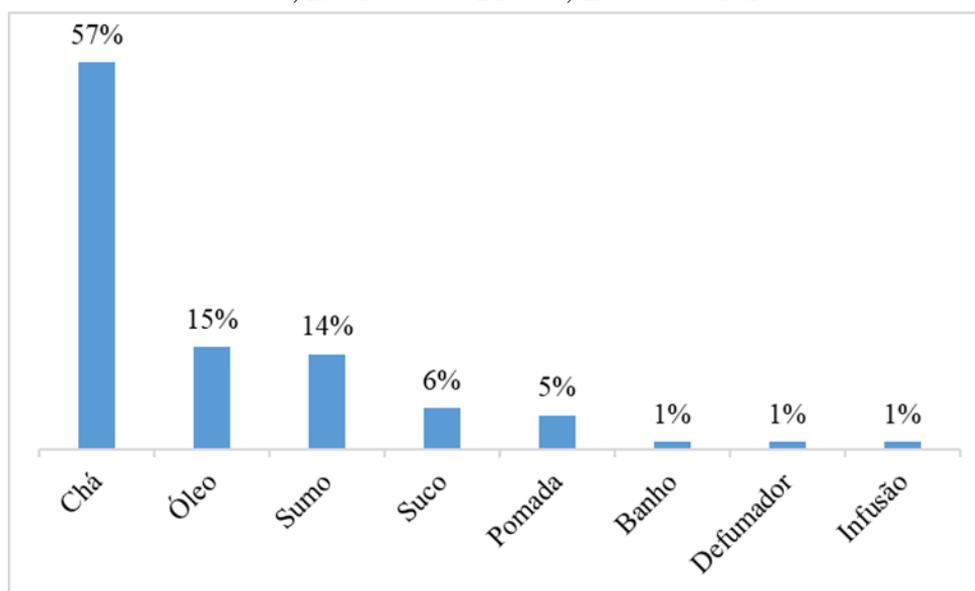
Etnoespécie	Nome Científico	Família Botânica	Forma de Comercialização
Abuta	<i>Cissampelos pareira</i> L.	Menispermaceae	Folhas e Cascas Secas
Açoita-Cavalo	<i>Luehea</i> sp.	Malvaceae	Casca seca
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Lamiaceae	Planta Triturada
Alfazema	<i>Lavandula angustifolia</i> Mill.	Lamiaceae	Planta Triturada
Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Portulacaceae	In natura
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Meliaceae	Casca seca e óleo
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Anacardiaceae	Casca seca
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. F	Xanthorrhoeaceae	In natura
Barbatimão	<i>Stryphnodendron</i> sp.	Fabaceae	Casca seca
Boldo	<i>Plectranthus</i> sp.	Lamiaceae	Folhas secas
Buchinha	<i>Luffa operculata</i> (L.) Cong.	Curcubitaceae	Fruto seco
Caju-do-mato	<i>Anacardium giganteum</i> Hanc. ex Engl.	Anacardiaceae	Casca seca
Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume	Lauraceae	In natura, casca seca e caule seco
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	Asteraceae	Planta seca triturada
Copaíba	<i>Copaifera reticulata</i> L.	Fabaceae	Casca seca e óleo
Casca do carapanã	Não identificada	Não identificada	Casca seca
Casca do mururé	Não identificada	Não identificada	Casca seca
Casca preciosa	<i>Aniba canelilla</i> (Kunth) Mez	Lauraceae	Casca seca
Castanha do Pará	<i>Bertholletia exelsa</i> Bonpl.	Lecythidaceae	Ouriço
Cedro	<i>Cedrela odorata</i> L.	Meliaceae	Casca seca
Cipó ou escada de jabuti	<i>Bauhinia rutilans</i> Spruce ex Benth.	Caesalpiniaceae	Cipó seco
Erva-doce	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	Apiaceae	Semente seca
Erva-cidreira	<i>Lippia</i> sp.	Verbenaceae	Planta seca triturada
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Zingiberaceae	Rizoma
Guaraná	<i>Paullinia cupana</i> Kunth	Sapindaceae	Fruto triturado
Hortelã	<i>Mentha</i> sp.	Lamiaceae	In natura
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Fabaceae	Casca seca
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> Huber	Fabaceae	Fruto seco
Limãozinho	<i>Citrus limon</i> (L.) Osbeck	Rutaceae	Planta viva
Marapuama	<i>Ptychopetalum uncinatum</i> Anselmino	Olaceae	Casca seca
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Amaranthaceae	In natura e fruto
Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Rubiaceae	Fruto
Pata de vaca	<i>Bauhinia cheillantha</i> (Bong.) Steud.	Fabaceae	Folha seca
Pracaxi	<i>Pentaclethra macroloba</i> (Willd.) Kuntze	Fabaceae	Óleo
Quebra-pedra	<i>Pyllanthus niruri</i> L.	Phyllanthaceae	Planta seca triturada
Salva do marajó	<i>Hyptis crenata</i> Pohl ex Benth.	Lamiaceae	Folha seca
Sene	<i>Senna occidentalis</i> (L.) Link	Fabaceae	Planta seca triturada
Sucuba	<i>Himantanthus sucuuba</i> (Mill. Arg.) Woodson	Apocynaceae	Casca seca
Unha-de-gato	<i>Uncaria guianensis</i> (Aubl.) Gmel	Rubiaceae	Casca seca
Uxi amarelo	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatr.	Humiriaceae	Fruto seco
Verônica	<i>Dalbergia</i> sp.	Fabaceae	Pau seco

Fonte: Próprio autor

3.4. Formas de utilização das plantas medicinais

Em relação à forma de utilização das plantas (Gráfico 2), observou-se a predominância dos chás (57%), uso de óleo (15%) e sumo (14%), dentre outras formas.

Gráfico 2 – Forma de uso das plantas medicinais apontadas pelos feirantes da feira João Costa, na cidade de Breves, Estado do Pará.



Fonte: Próprio autor

Considerando o fato de que o chá não se restringe à utilização de uma única parte do vegetal, além de atender a uma maior incidência de usos, é também referido que o seu efeito é mais rápido do que tomar uma pílula. Além disso, Ferreira (2000) e Silva (2002), demonstram as várias formas de preparo e uso do chá para combater inúmeras enfermidades, tais como infusões, macerados, podendo ser usados para fins de lavagens, banhos, inalações, gargarejos e ingestão.

Os modos de uso constatados neste trabalho são semelhantes aos obtidos por Amorozo e Gély (1988), Lós, Barros e Neves (2012) entre outros autores, que também constataram o uso de chás como forma de uso predominante. Embora outros trabalhos como Manrique-Tresvenzol *et al.* (2006), as garrafadas tenham sido citadas frequentemente, isto difere do presente estudo.

Segundo o elevado uso de indicação de populares, a categoria dos anti-inflamatórios é a mais citada para o tratamento de problemas como: hematomas (baques), inchaço, infecções nos rins, útero, vagina, garganta (68 citações), seguida por problemas no estômago (52 citações) e problemas de cólicas (30 citações) caracterizando os problemas mais

frequentes. No trabalho de Pinto (2008), em Igarapé Mirim, PA, são apresentadas 34 indicações terapêuticas de plantas medicinais da região, dentre estas, gripes, febre e diarreia como as indicações terapêuticas mais representativas.

As ações que estendem o apelo do uso racional das plantas medicinais e dos fitoterápicos na atenção básica da saúde se revestem de grande importância, quando a população tradicionalmente as utiliza, ainda que, muitas vezes de forma incorreta, e sem a observação de devidos cuidados necessários à garantia da eficácia. A OMS expressa o seu Compromisso em incentivar os Estados-Membros a programar políticas públicas para uso racional da Medicina Tradicional nos sistemas nacionais de saúde (Brasil, 2006).

A desarticulação de políticas públicas referentes ao atendimento das obrigações básicas de saúde das populações, têm-se levando a uma crescente procura de alternativas economicamente mais viáveis, o que gera um aumento do consumo de plantas medicinais. Azevedo e Silva (2006) afirmam que o próprio gerenciamento atual do sistema de saúde pública age de forma fundamental na inacessibilidade que muitas pessoas têm aos serviços básicos de saúde e, desta maneira, buscam formas alternativas para tratamento de suas doenças, como o uso de plantas medicinais.

4. Considerações finais

A importância dos raizeiros para a população, principalmente a de baixa renda, precisa ser reconhecida, bem como seu valor como fonte de informações etnobotânicos e etnofarmacológicos. Contudo, atualmente em função do desemprego, várias pessoas com pouca experiência têm sido levadas para esta atividade gerando pseudo-raizeiros, o que pode levar a indicações incorretas das plantas medicinais com tradição na fitoterapia popular.

Outra preocupação surge da preferência dos usuários pelas plantas na forma de cascas. Esse cenário representa aumento do risco de fraudes, bem como, o risco na utilização de misturas de plantas sem qualquer informação sobre as suas interações e efeitos colaterais uma vez que há poucos estudos científicos e conhecimento por parte dos erveiros sobre as mesmas.

Nesse sentido, acreditamos que este trabalho é uma importante contribuição para que espécies nativas sejam priorizadas nos estudos de plantas medicinais pelos pesquisadores dessa área. Contribui, ainda, para que parte do patrimônio cultural brasileiro seja registrado e não perdido.

Sugerimos que as pesquisas com plantas medicinais sejam ajuizadas também pelo seu caráter social e econômico, respeitando-se os interesses das comunidades tradicionais. É necessário que tais pesquisas sejam realizadas efetivamente com o caráter inter e multidisciplinar amplamente divulgado em inúmeras publicações.

Observa-se que as investigações no campo das etnociências promovem integração, articulação e intercâmbio entre diferentes saberes e entre os diversos atores como os feirantes, os compradores, os graduandos e os docentes. Neste sentido, o presente estudo evidencia a importância da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves, especialmente por dar suporte de pesquisa, através da Faculdade de Ciências Naturais e seus laboratórios. Vale ressaltar que por meio da presente pesquisa, o Campus deu início a uma linha de pesquisa incipiente na região, assegurando o registro e conhecimento da biodiversidade e da cultura local.

Desta maneira, o Campus torna-se importante como um vetor social atrelado a uma atuação interna e externa. Externamente, o faz ao aproximar-se de entidades sociais e instituições públicas, abrindo diálogos através de sua infraestrutura e da ação coletiva de alunos, técnicos e professores, resguardando de alguma maneira os aspectos culturais e históricos que permeiam o povo da Amazônia Marajoara com seus antepassados, sua identidade e seu modo de vida. Podemos ressaltar que o Campus, enquanto universidade, tem um compromisso de formação intelectual e, juntos com as demais faculdades contribui para garantir que a história do povo marajoara não se apague, não seja silenciada. Neste sentido, cabe lembrar que é mais fácil que as pessoas valorizem e conservem aquilo que conhecem. Portanto, o conhecimento e a informação são decisivos para a valorização tanto da cultura quanto da biodiversidade, representadas aqui, pelas plantas medicinais da região objeto de estudo. Internamente, trabalhos desta natureza, atendem a uma das exigências do currículo para o ensino de Ciências que é se aproximar de um conhecimento concreto que justifique uma aprendizagem significativa, contribuindo para a formação discente na construção e formulação de pensamentos críticos, éticos e cidadão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U. P.; MONTEIRO, J. M.; RAMOS, M. A.; AMORIM, E. L. C.; ALVES, R. R. N. A pesquisa etnobiológica em mercados e feiras livres. *In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobotânica e Etnoecológica*. Recife, PE: NUPPEA. 2010. p.209-222.
- ALBUQUERQUE, U. P.; MONTEIRO, J. M.; RAMOS, M. A.; AMORIM, E. L. C. Medicinal and magic plants from a public market in northeastern Brazil. **J. Ethno-Pharmacol.**, n. 110, p. 76-91. 2007.
- ALMEIDA, M. Z. **Plantas Mediciniais**. Salvado-BA: Ed. Edufba, 2011. 224 p.
- ALVES, R. R. N.; SILVA, C. C.; ALVES, H. N. Aspectos sócio-econômicos do comércio de plantas e animais medicinais em área metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Biol. Ciência da Terra**, v. 8, n. 1, p. 181-189. 2008.
- AMOROZO, M. C. M. Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais *In: Di Stasi, L. C. Plantas medicinais: arte e ciência - um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. p. 47-68.
- AMOROZO, M. C.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Bacarena, PA, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Botânica**, v. 4, n. 1: 47-131. 1988.
- APG III. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. **Bot. J. Linn. Soc.**, n. 161, p. 105-121, 2009.
- ARAÚJO, A. C.; SILVA, J. P.; CUNHA, J. L. X. L.; ARAÚJO, J. L. O. Caracterização sócio-econômico-cultural de raizeiros e procedimentos pós-colheita de plantas medicinais comercializadas em Maceió, AL. **Revista Brasileira Plantas Mediciniais**, v. 11, p. 81-91. 2009.
- AZEVEDO, S.; SILVA, I. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta botânica brasileira**. v. 1, p. 185-194. 2006.
- MAIOLI-AZEVEDO, V.; FONSECA-KRUEL, V. S. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. **Acta bot. bras.**, v. 21, n 2, p. 263-275. 2007.
- BADKE, M. R.; BUDÓ, M. L. D; SILVA, F. M.; RESSE, L. B. Plantas medicinais: O saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 1, 132-139, 2011.
- BITENCOURT, B. L. G.; LIMA, P. G. C.; BARROS, F. B. Comercio e uso de plantas e animais de importância mágico-religiosa e medicinal no mercado no mercado público do Guamá, Belém do Pará. **Revista FSA**, v. 11, n. 3, p.96-158, 2014.
- BORDA AM, MACEDO M. Plantas medicinais usadas para a saúde bucal pela comunidade do Bairro Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, n. 4, p. 771-782, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Mediciniais da Central de Medicamentos**. Brasília: Ed. Ideal Ltda., 2006a. 149 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006a. 48 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf. Acesso em: 02 outubro 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 971, de 3 maio. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. São Paulo, 2006b.

DANTAS, C.; FERREIRA, R. Os conhecimentos tradicionais dos erveiros (as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 18. n. 2, p. 105-125, 2013.

FEIJÓ, A. M.; BUENO, M. E. N.; CEOLIN, T.; LINCK, C. L.; SCHWARTZ, E.; LANGE, C.; MEINCKE, S. M. K.; HECK, R. M.; BARBIERI, R. L.; HEIDEN, G. Plantas medicinais utilizadas por idosos com diagnóstico de Diabetes Mellitus no tratamento dos sintomas da doença. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 14, n. 1, p. 50-56, 2012.

FERREIRA, M. R. C. Identificação e Valorização das Plantas Mediciniais de uma Comunidade Pesqueira do Litoral Paraense. 2000. 269f. Dissertação (Mestrado – Centro de ciências biológicas, UFPA/MPEG), Universidade Federal do Pará. Belém. 2000.

FIDALGO, O.; BONONI, V. L. R. **Técnica de coleta, preservação e herborização de material botânico**. (Série Documentos) São Paulo: Instituto de Botânica, 1989. 62 p.

GOMES, L. G. “Comércio étnico” em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência. **Estudos Históricos**, v. 29, p. 187-207, 2002.

GOMES, N. S.; LIMA, J. P. S. **Uso e comercialização de plantas medicinais em Humaitá**, Amazonas. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 12, p. 019-031, 2017.

HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J. Y.; LEITÃO-FILHO, H. F.; BEGOSSI, A. Diversity of plant use in two caçara communities from the atlantic forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation**, n. 9, p. 597-615, 2000.

JORGE, S. S. A. 2009. **Plantas Mediciniais Coletânea de Saberes**. Mato Grosso. Livro PDF. 85p. Disponível em: <http://www.fazendadocerrado.com.br/fotos.noticias/1280/livro.p df>. Acesso em: 08 outubro 2018.

LIMA, P. G. C.; COELHO-FERREIRA, M.; OLIVEIRA, R. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 25, n. 2, p. 422-434. 2011.

LIMA, P. G. C.; COELHO-FERREIRA, M.; SANTOS, R. S. A floresta na feira: Plantas medicinais do município de Itaituba, Pará, Brasil. **Fragments de Cultura**, v. 24, n. 2, p. 285-301, 2014.

LÓS, D. W. S.; BARROS, R. P. B.; NEVES, J. D. S. Comercialização de plantas medicinais: um estudo etnobotânico nas feiras livres do município de Arapiraca–AL. *BioFar*, v. 7, n 02, p. 37-51, 2012.

LOPES, G. A. D.; FELICIANO, L. M.; DINIZ, R. E.; ALVES, M. J. Q. Plantas Mediciniais: indicação popular de uso no tratamento de hipertensão arterial sistêmica (HAS). **Revista Ciência em Extensão**, v. 6, n. 2, p. 143-155, 2010.

MANRIQUE-TRESVENZOL, L.; REALINO-PAULA, J.; DIAS-FERREIRA, H.; TELES-ZATTA, D.; RICARDO, A. F. Estudo sobre o comércio informal de plantas medicinais em Goiânia e cidades vizinhas. **Revista Eletrônica de Farmácia**, p. 1- 22-28, 2006.

MEDEIROS, P. M. D.; SOLDATI, G. T.; ALENCAR, N. L.; VANDEBROEK, I.; PIERONI, A.; HANAZAKI, N.; ALBUQUERQUE, U. P. The use of medicinal plants by migrant people: adaptation, maintenance, and replacement. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, p. 1-11, 2012.

PINHEIRO, K. T. J. S. Espécies de uso medicinal comercializadas em duas feiras de Manaus-AM / Kennady Tandy Justino da Silva Pinheiro. - Manaus: IFAM, 2018. 42 f.: 30 cm. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/264>. Acesso em: 29 setembro 2020.

PINTO, L. N. Plantas medicinais utilizadas por comunidades do município de Igarapé-Miri, Pará: etnofarmácia do município de Igarapé-Miri - PA. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado - Instituto de Ciências da Saúde), Universidade Federal do Pará. Belém. 2008.

SALES, G. P.S; ALBUQUERQUE, H. N.; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim - Areia-PB. **Revista de Biologia Ciências da Terra**, n. 1, p. 31-36, 2009.

SANTOS, J. J. F.; COELHO-FERREIRA, M.; LIMA, P. G. C. Etnobotânica de plantas medicinais em mercados públicos da Região Metropolitana de Belém do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2018.

SENA, R. X.; SANTOS, A. K.S. Plantas Mediciniais Comercializadas na feira do Município d Abaetetuba, Pará, Brasil. 2012. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Abaetetuba. 2012.

SILVA, R. B. L. A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade Quilombola de Curiaú, Macapá – AP, Brasil. 2002. 175 f. Dissertação (mestrado em Agronomia, área de concentração Biologia Vegetal Tropical), Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém. 2002.

SHANLEY, P.; LONDRES, M. Andiroba. *Carapa guianensis* Aubl. In: SHANLEY, P.; CYMERY, M.; MEDINA, G. **Fruit trees and useful plants in Amazonian life. Nom wood forest products**. FAO/CIFLOR: People and Plants International. English Edition, 2011, p. 29-38.

SILVA, R. B. L. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade Quilombola de Curiaú, Macapá – AP, Brasil**. 2002. 175 f. Dissertação (mestrado em Agronomia, área de concentração Biologia Vegetal Tropical), Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém. 2002.

SOUZA, M. Z. S.; ANDRADE, L. R. S.; FERNANDES, M. S. M. Levantamento sobre plantas medicinais comercializadas na feira livre da cidade de Esperança – PB. **Revista de Biologia e Farmácia**, v. 5, n. 1, p. 111-118. 2011.

TRIVELLATO, C. **Comercialização de plantas alimentícias em São Gabriel da Cachoeira-Amazonas. Botucatu.** 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Horticultura) - Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp, Campus de Botucatu. 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191522>. Acesso em: 28 setembro 2020.

USTULIN, M; BARROS-FIGUEIREDO, B.; TREMEA, C.; POTT, A.; JOANA-POTT, V.; REGINA-BUENO, N.; OLIVEIRA-CASTILHO, R. Plantas medicinais comercializadas no Mercado Municipal de Campo Grande-MS. **Brazilian Journal of Pharmacognosy**, v. 3, p. 805-813. 2008.

VÁSQUEZ, S. P. F.; MENDONÇA, M. S.; NODA, S. N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 44, n. 4, p. 457-472, 2014.

XAVIER, W. K. S.; CUNHA, E. D. S. Comercialização de produtos naturais medicinais oriundos do Estado do Amapá. **Biota Amazônia**, v. 5, n. 2, p. 23-25, 2015.

Capítulo 10

PERCEPÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BREVES-PARÁ

Nilcilene dos Santos Costa¹
Nívia Magalhães da Silva Freitas²

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender as percepções dos professores da educação básica do município de Breves sobre as suas condições de trabalho e de saúde. O estudo apresentado é parte de um trabalho de conclusão de curso, desenvolvido no Estágio Supervisionado I, do Curso de Licenciatura de Ciências Naturais, do Campus Universitário do Marajó-Breves. Assim, a temática eleita decorreu de uma questão da realidade local (Breves/Marajó), para a qual precisava de “respostas”, configurando-se como um “exercício de pesquisa”, proposto na disciplina. Nesse sentido, tal exercício colaborou para a constituição de competências sociais, junto aos futuros professores. A pesquisa pautou-se pela abordagem qualitativa, modalidade estudo de caso. Os colaboradores da pesquisa foram 9 (nove) professores da rede pública municipal, de 8 (oito) escolas públicas urbanas do município de Breves, arquipélago do Marajó, no estado do Pará. Adotamos, como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado com questões abertas. Os dados obtidos foram analisados por meio da análise interpretativa. Os profissionais entrevistados relataram problemas físicos e/ou psicológicos, dificuldades na atividade docente, bem como ausência de projetos e de iniciativas de melhorias da saúde e do bem-estar do professor. A pesquisa aponta para a necessidade de promoção de estratégias, por parte dos governantes e gestores escolares, que possam mitigar os aspectos deletérios presentes nas condições de trabalho e de saúde, concernentes à realidade laboral em que os profissionais da educação estão inseridos atualmente, uma vez que acabam por refletir nas condições de saúde dos professores.

Palavras-chave: Docência. Condições de trabalho. Condições de saúde.

¹ Professora autônoma de Ciências Naturais. E-mail: nilcileneostasantos@gmail.com

² Professora colaboradora da Universidade Federal do Pará, atualmente colabora no Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática, Campus Belém. E-mail: nivia.bio2015@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A mesorregião do Marajó possui dezesseis municípios reunidos nas microrregiões do Arari, Furo de Breves e Portel. O Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizado na porção ocidental do arquipélago do Marajó, foi criado na década de 1990, em razão da necessidade de atender aos municípios da microrregião do Furo de Breves, em termos de educação superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reflete o desenvolvimento de políticas relacionadas à educação, saúde e renda. O IDH dos municípios marajoaras, com exceção de Soure e Salvaterra, é considerado muito baixo (0-0,499) ou baixo (0,500 e 0,599). Quando consideramos o IDH da educação, a situação é mais preocupante, pois os índices se configuram menores ainda. É preciso considerar, então, que as instituições de ensino que se estabelecem na região necessitam assumir o compromisso de modificar essa realidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2018).

Em atenção à realidade marajoara, e comprometida com a atual missão da UFPA, a Faculdade de Ciências Naturais e o CUMB assumiram o desafio de oferecer educação superior, de modo que culmine na melhoria da qualidade de vida e na promoção da justiça social, possibilitando, ainda, distribuição de renda e acesso da comunidade local a níveis mais elevados de ensino, o que contribui, notadamente, para o desenvolvimento local/regional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2018).

Assim, nos aspectos acima arrolados, temos o papel fundamental do(a) professor(a) na formação de cidadãos comprometidos com a transformação da realidade. Entretanto, nos últimos anos, o ofício de professor tem passado por diversos problemas – ora valorização, ora desvalorização da profissão, bem como críticas e perda da identidade docente. Para acompanhar toda a sorte de mudanças, os professores têm apresentado sinais de esgotamento (HAGEMeyer, 2004). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2012 apud BORBA et al., 2015) considera a docência como atividade de risco desde a década de 1980, em virtude de a profissão ser a segunda no *ranking* da categoria que mais apresenta doenças de cunho ocupacional.

Então, independentemente do nível de ensino e instituição (pública ou privada) em que atue o docente, repercussões negativas na sua saúde podem ser causadas pelo intenso envolvimento emocional com os problemas dos alunos, a desvalorização social do trabalho

docente, a falta de motivação para trabalhar, as exigências de qualificação do desempenho, as relações interpessoais insatisfatórias, as classes numerosas, a intensiva jornada de trabalho, a inexistência de tempo para descanso e lazer, entre outros aspectos (NEVES; SILVA, 2006). Na mesma linha, podemos afirmar que várias doenças observadas entre os professores podem estar relacionadas com o desenvolvimento de suas atividades profissionais. No entanto, o trabalho do professor não deve ser considerado um fator causal para o adoecimento, mas sim um fator contribuinte ou agravante para o aparecimento de doenças ou distúrbios pré-existentes (PORTO; ANDRADE, 2004).

Entendemos que, ao falar sobre professor e/ou formação de professores, diversas questões têm destaque na literatura mundial e nacional, como, por exemplo, que estratégias de ensino utilizar? O que ensinar? Por que ensinar tal conteúdo? Como os estudantes aprendem? Em menor destaque estão os trabalhos que lidam com aspectos referentes às condições de trabalho e de saúde dos docentes, o que nos levou a elaborar o seguinte objetivo de pesquisa: identificar as percepções dos professores do município de Breves sobre suas condições de trabalho e de saúde.

Na apresentação dos resultados desta pesquisa, organizamos o texto em 7 (sete) seções, incluindo esta introdução, que buscou situar o leitor no contexto em que a profissão docente se encontra e seus desdobramentos. Na segunda seção, intitulada “Condições de trabalho dos professores: uma breve abordagem”, destacamos as influências das condições de trabalho nas atividades docentes. Na terceira seção, nomeada “Condições de saúde dos professores: alguns apontamentos”, apontamos que problemas físicos e/ou psicológicos têm se manifestado no exercício da profissão docente. Na quarta seção, intitulada “Caminhos metodológicos”, apresentamos e justificamos as escolhas metodológicas da pesquisa. Na quinta seção, “Resultados e discussão”, apresentamos as percepções dos docentes frente às suas condições de trabalho e de saúde, no exercício da docência. Na sexta seção, encerramos o texto apontando nossas considerações finais e, por fim, na última seção, trazemos as referências bibliográficas que fundamentaram a tessitura da pesquisa.

2. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES: UMA BREVE ABORDAGEM

Silva e Guilho (2015) referem que o trabalho do docente atualmente extrapola os ambientes escolares, precisamente em virtude dos novos desafios que vêm sendo colocados

diariamente para atender aos anseios da nossa sociedade. Esses desafios são de ordens diversas, a saber: econômica, gerencial e social. Dessa maneira, existe uma propensão de que o trabalho docente se intensifique. Essa intensificação pode gerar uma série de problemas ao profissional, incluindo o cansaço físico e mental, em uma tentativa de atender às condições impostas pelo sistema capitalista; assim, o profissional necessita ultrapassar seus limites para poder permanecer no sistema (REIS; CECÍLIO, 2014).

Com base nessa realidade, surgiram diversos estudos sobre o comportamento dos professores diante de suas realidades laborais, bem como pesquisas realizadas por meio de revisões bibliográficas, com intuito de delinear perfis, compreender a realidade de cada profissional, e até mesmo sugerir alternativas que pudessem amenizar os danos causados pela prática exercida dentro de um ambiente escolar inadequado para o trabalho (PEREIRA; TEIXEIRA; ANDRADE, 2014). Outro fator de destaque, obtido por pesquisas, foi em relação às escolas públicas, que, geralmente, não oferecem condições adequadas para o exercício das atividades docentes, devido à falta de espaço, boa iluminação, materiais pedagógicos adequados, boa ventilação, água potável etc., contribuindo para processos de adoecimento dos professores (REIS, 2014).

Entendemos que, se não houver melhoria na qualidade dos ambientes de trabalho, não haverá também bom desempenho profissional, pois estes fatores impactam diretamente a qualidade de vida dos professores. É imprescindível um ambiente de trabalho que ofereça o mínimo de adequabilidade para o docente exercer suas atividades. Quando não há esse mínimo, problemas como ansiedade, irritação excessiva e falta de senso de humor, para exemplificar, podem ser uma constante na vida destes profissionais (PEREIRA; TEIXEIRA; ANDRADE, 2014).

3. CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS PROFESSORES: ALGUNS APONTAMENTOS

O conceito atual de saúde, estipulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), está para além de uma concepção biomédica. De acordo com esse organismo internacional, a saúde deve ser compreendida não apenas como ausência de uma doença, mas também está relacionada ao completo bem-estar físico, psíquico e social (CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946).

Os professores estão entre as classes trabalhadoras que são mais acometidas pelas doenças multifuncionais, as chamadas lesões por esforço repetitivo (LER) e doenças

osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT), as quais são causadas pelos movimentos e esforços repetitivos, causando assim desconforto e dores nos membros superiores e inferiores (BARRETO; DOSEA; BARRETO, 2013). Outros problemas comuns são doenças gastrointestinais, hipertensão, dispneia, alergias, problemas vocais e, em caso mais extremo, a perda dos movimentos das mãos; entendemos que “[...] essas reações não apenas afetam o professor, mas também a qualidade final da educação” (REIS et al., 2006, p. 233). Além dos transtornos de ordem física, temos aqueles de natureza “[...] psicossociais do trabalho, destacam-se as neuroses do trabalho, a fadiga psicológica, o estresse e a Síndrome de *Burnout*³” (CRUZ et al., 2010, p. 149).

A degradação na qualidade de vida dos professores acarreta prejuízos tanto para os alunos, em virtude da qualidade das aulas ministradas, quanto aos próprios professores, por conta da necessidade de se afastar do trabalho devido aos problemas de saúde.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, podemos referir que o interesse pelo tema “Condições de trabalho e de saúde dos professores” surgiu na disciplina do Estágio Supervisionado I, da Faculdade de Ciências Naturais, CUMB, ministrado na concepção de *Estágio com Pesquisa*, nos termos de Guedin, Oliveira e Almeida (2015), em face da situação singular que os professores de Breves estavam passando, ou seja, encontravam-se em estado de greve para reivindicar melhores condições de trabalho, remuneração e execução do plano de cargos e salários. Assim, tal temática chamou a atenção de uma das autoras do manuscrito, como uma questão da realidade local (Breves/Marajó), para qual se precisava de “respostas”, configurando-se como um “exercício de pesquisa”, conforme proposto na disciplina.

Desse modo, a presente pesquisa orientou-se pela abordagem qualitativa, nos termos de Minayo (2016), e se caracteriza como um estudo de caso (YIN, 2010). A pesquisa qualitativa permite compreender a realidade e possibilita o aprofundamento no cenário dos significados, sem a preocupação com dados quantitativos referentes aos sujeitos e suas opiniões (MINAYO, 2016). O estudo de caso, por sua vez, é “[...] uma investigação empírica

³Forma de resposta ao estresse laboral crônico, sendo esta uma condição na qual o trabalhador se desgasta, e desiste, na medida em que perde a satisfação e o sentido pelo trabalho.

que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real [...]” (YIN, 2010, p. 39).

O estudo foi realizado com 9 (nove) professores da rede pública municipal, de 8 (oito) escolas públicas urbanas do município de Breves, arquipélago do Marajó, no estado do Pará. Adotamos, como instrumento de recolha de dados, um questionário estruturado, “[...] instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas [...]” (LAKATOS; MARCONE, 2003, p. 201). O questionário continha perguntas abertas relativas ao ambiente de trabalho e às condições adequadas para o desenvolvimento das atividades laborais, à frequência com que o profissional procurava atendimento médico e por quais motivos, à autoavaliação do docente sobre o quanto a sua profissão contribui para a debilitação de sua saúde e em quais aspectos, sobre a existência de algum projeto dentro da instituição de ensino do qual faça parte, que lhe ofereça melhoria na sua saúde e qualidade de vida, e, finalmente, se os educadores acreditam em possíveis soluções para a problemática das condições de trabalho inadequadas.

Os dados obtidos dos questionários foram analisados por meio da análise interpretativa, nos termos de Lakatos e Marconi (2012). Com a análise interpretativa, é possível, por meio da síntese de ideias de outros autores, tomar uma própria posição a respeito do tema em análise, mas para isso é necessário adotar uma opinião crítica e mais objetiva possível, e esta posição tem que estar fundamentada em argumentos válidos e convincentes (MEDEIROS, 2000).

Os colaboradores da pesquisa foram identificados com a letra P, adicionados da numeração correspondente, exemplo: 1, 2, 3. Os docentes foram convidados a responder às questões por escrito, posteriormente aos esclarecimentos referentes à pesquisa e à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), condições para atender aos aspectos éticos na/da pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa permitiram identificar as percepções dos professores da educação básica do município de Breves sobre suas condições de trabalho e de saúde. Assim, a primeira questão analisada indagava se o ambiente de trabalho proporcionava condições adequadas para o desenvolvimento das atividades docentes, como, por exemplo, salas de aula ventiladas, iluminadas, limpas, sem mofo e banheiros limpos, entre outros. Os depoimentos

analisados foram unânimes em apontar um ambiente inadequado de trabalho, especialmente em termos estruturais. Para P1, o ambiente de trabalho não é adequado, em suas palavras, “[...] devido ao espaço ser pequeno, pois, para desenvolver uma atividade diferenciada, temos que nos deslocar para outro local”. Na percepção de P4, as “[...] salas são pequenas, não têm o tamanho padrão do MEC, com 48 metros quadrados”. E P6 complementa que “[...] faltam adequações estruturais, ambiente arejado, iluminação adequada, água potável, acessibilidade”.

As falas dos pesquisados referem que as escolas públicas não oferecem uma estrutura mínima de funcionamento – são problemas de toda a sorte, presentes no dia a dia do trabalho dos professores. Quando consultamos a literatura a respeito, observamos que:

Os padrões mínimos de funcionamento das escolas objetivam reverter o quadro de ineficiência e iniquidade, visando garantir um mínimo de educação de qualidade a todos [...] dizem respeito a um aspecto restrito e estratégico do que pode ser chamado de padrões mínimos de oportunidades educacionais. Estes podem ser entendidos como o conjunto de condições de acesso, permanência e desempenho que permitem garantir um serviço educacional de qualidade (WAISEIFISZ, 2000, p. 19).

Ao refletirmos sobre o que diz Waiseifisz (2000), preocupa-nos que as oportunidades de aprendizagem e a manutenção do bem-estar dos alunos e dos professores possam estar ameaçadas, conforme pode ser evidenciada nas manifestações dos pesquisados, em face das inadequações dos espaços escolares. Kimura (2008 apud MONTEIRO; SILVA, 2015) enfatiza que os docentes consideram essencial ao desenvolvimento de suas atividades a presença e o fácil acesso à infraestrutura das escolas.

Outro aspecto considerado na pesquisa e que se constituiu a segunda pergunta do questionário referiu-se à frequência da procura por algum tipo de atendimento médico e seu motivo, por parte dos docentes. Dos nove colaboradores, cinco relataram que não procuram com frequência qualquer tipo de atendimento médico, enquanto quatro dos docentes relataram buscar esse tipo de ajuda. Em seu depoimento, P3 afirma que procura atendimento médico pelo menos “[...] duas vezes ao ano por apresentar problemas alérgicos e dermatológicos”. Já P5, refere que busca por atendimento a “[...] cada seis meses, haja vista que estou com fortes dores na coluna.”.

Quando analisamos as respostas dos docentes, observamos que um pouco mais da metade procura atendimento médico quando considera necessário e o restante não. É importante considerar que, quando há uma organização inadequada do local de trabalho, o indivíduo pode sentir dores em diversos grupos musculares, localizados tanto nos membros inferiores como superiores. Somado a isso, o docente, ao longo de um dia de trabalho, executa

movimentos repetitivos, por exemplo, ao escrever ou apagar uma lousa. Por sua vez, pode passar muito tempo em pé, curvar-se para atender os alunos em suas carteiras, além de ter que corrigir cadernos e provas de muitos estudantes (PEREIRA, 2010).

Compreendemos que essa não procura médica pode prolongar e agravar enfermidades, que, posteriormente, podem ser motivo de afastamento temporário ou definitivo de suas atividades, ou ainda deslocamento desse professor para exercer outras funções. Os trabalhos já publicados sobre condições de trabalho e de saúde dos professores relacionam que o adoecimento está indubitavelmente associado às atividades laborais, as quais exigem certo esforço físico e psicológico. A intensificação do trabalho docente, como, por exemplo, o aumento das tarefas docentes, sem a devida ampliação do quadro profissional, acaba por deteriorar o próprio trabalho e as condições gerais do trabalhador (SILVA; FREITAS; KITAGAWA, 2018).

A terceira pergunta indagou os professores se o trabalho que eles exercem contribui para a debilitação da saúde. Dos nove entrevistados, oito referiram que suas funções de trabalho debilitam sua saúde. Na percepção de P4, a “[...] escola é espaço de múltiplos problemas, que contribuem para o aumento da tensão, estresse, conflitos interpessoais, que afetam a saúde mental, principalmente”. Para P5, há uma parcela de contribuição à medida que suas atividades causam “[...] desgaste psicológico [...] físico, problemas vocais, alérgicos e estresse”.

Os trabalhos que investigam a temática “Condições de saúde dos professores” inferem que a maioria das doenças relatadas por estes profissionais se deve à má postura durante o ofício, o tipo de mobília presente nas instituições, adoção da mesma posição (estar sentado ou em pé) por muito tempo, uso de giz e ambientes muito quentes (PEREIRA, 2010). Podemos, então, referir a relação existente entre condições de trabalho e condições de saúde dos professores.

Destacamos, neste ponto, que, além de doenças que refletem sintomas físicos, as questões psicossociais também se revelaram nas respostas dos professores investigados, especialmente a questão do estresse. Dalagasperina e Monteiro (2016, p. 39) mencionam que:

O estresse no trabalho docente foi apresentado pela primeira vez na literatura [...] como um fenômeno resultante das experiências difíceis vivenciadas no trabalho, que geram sentimentos de raiva, ansiedade, tensão e depressão. Desde então, o tema passou a ser investigado por sua relevância.

Por sua vez, Weber et al. (2015) referem que, quando o estresse se apresenta de maneira excessiva e contínua, compromete a qualidade de vida das pessoas, seja no âmbito profissional ou pessoal. Considerando que as pessoas passam muito tempo em seus locais de trabalho, é possível que estes ambientes não proporcionem características ideais para manutenção da saúde física e psicológica do trabalhador.

Em relação à quarta pergunta, esta se referiu ao funcionamento de algum projeto dentro da instituição de ensino, em que esses profissionais trabalham, que oferecesse condições para manutenção/melhoria da saúde, como, por exemplo, academia ao ar livre. Os professores foram, também, convidados a responder sobre a especificidade desse projeto, caso houvesse. Infelizmente, todas as instituições nas quais os docentes lecionam não apresentam nenhum tipo de atividade nesse sentido.

Na literatura, encontramos alguns relatos de iniciativas a esse respeito, como, por exemplo, na publicação de 2007, chamada “Escolas Promotoras de Saúde em Ação”, citada por Bittencourt e Jorge (2008). Na referida publicação, a coordenadora pedagógica da Escola Municipal Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, Sra. Waldete Lisboa Quirino, identificou, por meio de pesquisas, que os professores apresentavam baixa autoestima pela ausência de prazer em realizar seu trabalho e, ainda, nenhum otimismo com relação aos alunos e ao futuro da escola. Foi então implantado o projeto “Professores com muito orgulho!”, com a reestruturação de Centro de Estudos, nos quais os professores que participaram se mostraram mais envolvidos em suas atividades (BITTENCOURT; JORGE, 2008).

Outra iniciativa registrada na literatura refere-se àquela desenvolvida pela coordenadora pedagógica Rosemir Gonçalves de Abreu, do Centro Integrado de Educação Pública Alberto Pasqualini, cujo projeto “Acolhimento em Progressão” estruturou um plano de assessoria psicopedagogia para fortalecer a autoestima dos professores. As ações desse projeto envolviam a execução de oficinas, momentos de reflexão das práticas pedagógicas e de discussão de outros assuntos de interesse dos docentes (BITTENCOURT; JORGE, 2008).

Um ponto interessante que merece destaque é que os docentes puderam participar das avaliações das atividades do projeto. Nessa avaliação, os docentes destacaram pontos positivos, como, por exemplo, o sentimento de valorização e de modificações em sua prática pedagógica (BITTENCOURT; JORGE, 2008). Embora nenhuma escola investigada, nesta pesquisa, possuísse qualquer tipo de projeto para melhorar a saúde dos professores que nelas lecionam, acreditamos, sobremaneira, que iniciativas dessa natureza contribuiriam para o

desenvolvimento das atividades docentes de melhor qualidade, pois esses projetos valorizam o bem-estar destes profissionais.

A quinta e última pergunta estava relacionada a possíveis soluções para a problemática das condições de trabalho inadequadas dos professores. Os entrevistados foram convidados a descrever essas soluções caso acreditassem que elas seriam possíveis. Todos os docentes responderam que creem em alternativas para solucionar essas problemáticas que versam sobre a valorização docente, melhoria da estrutura das escolas e compromisso dos gestores com a educação de maneira geral. Para P1, a solução se dará “[...] quando houver respeito e valorização dos profissionais da educação”, e P3 enfatiza que “[...] se os professores fossem bem reconhecidos com salários dignos, teríamos condições de procurar ajuda médica”.

O professor que durante muito tempo foi visto como figura de grande importância, como mediador de conhecimentos, alguém que ajudava as pessoas a serem críticos e reflexivos, hoje tem que lutar por melhorias nos salários e por reconhecimento social. Concordamos que o “[...] trabalho do professor representa uma parte histórica e significativa da expressão das relações de trabalho, constituindo-se num dos principais modos de construção de processos institucionais no âmbito da educação e das aprendizagens humanas” (CRUZ et al., 2010, p. 157).

Riveiro (2000) ressalta a necessidade de dar destaque, com urgência, ao papel social do professor, no sentido de promover uma formação inicial sólida e atualizada, somada a uma melhoria dos espaços institucionais, incluindo condições físicas e materiais, zelando, inclusive, por uma formação permanente da categoria profissional. Nesse sentido, os docentes P6 e P7 entendem que também é necessário o compromisso dos nossos governantes para a mudança das condições inadequadas de trabalho desses profissionais. Na concepção de P6, a “[...] situação está além do controle interno das instituições de ensino, diz respeito ao compromisso sério dos gestores municipais e pessoas competentes para coordenar o trabalho”. No mesmo caminho, P7 refere que “[...] pode melhorar em alguns pontos desde que o sistema crie políticas públicas em prol da educação”.

Compreendemos que, se os professores recebessem o apoio necessário no ambiente de trabalho e o devido reconhecimento que eles tanto buscam, isso refletiria de maneira positiva no fazer docente. Dessa forma, haveria o maior comprometimento com a qualidade da educação e, conseqüentemente, isto os tornaria mais confiantes e satisfeitos no desempenho do seu trabalho.

Pereira (2014) afirma que a maioria dos governos não têm interesse em impulsionar a qualidade do ensino no país, porque isso significa tornar nossos estudantes seres pensantes, de modo que possam refletir sobre questões históricas, políticas e culturais – importa manter o povo alienado. Tal estado de coisas reflete o descompromisso com a classe docente e com a oferta de ensino adequado.

Para os docentes P5 e P9, a questão envolve melhorias estruturais e de disponibilidade de recursos didáticos. Para P9, basta “[...] nossos governantes investirem na melhoria dos prédios educacionais de nosso município”. Já P5, refere que “[...] a melhoria do que a escola [já] dispõe ajudaria [ou seja] material didático e recursos como: copiadora, datashow, tv e outros”.

Não é novidade que muitas escolas se encontram sucateadas em nosso país, isto tem sido noticiado diariamente nas grandes mídias. Entendemos que isso pode afetar a todos que estão inseridos nesse ambiente, sejam professores, alunos e/ou a comunidade escolar. Má estrutura física e falta de materiais escolares podem implicar negativamente no ensino oferecido pelos professores e na aprendizagem dos estudantes, deixando-os desestimulados para ensinar e estudar, respectivamente. Encontramos apoio em nossas inferências, em Satyro e Soares (2007, p. 7 apud MONTEIRO; SILVA 2015, p. 23), nos seguintes termos:

A deficiência de infraestrutura nas escolas [...] afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos.

Sabemos que, para dar conta de solucionar ou amenizar esses problemas, é importante o compromisso dos nossos governantes, na instituição de políticas públicas que garantam o aporte financeiro necessário para estruturar nossas escolas. A comunidade também necessita cobrar seus governantes, ser um agente fiscalizador do dinheiro aplicado e denunciar, aos órgãos competentes, qualquer suspeita de irregularidade. Além disso, junto à gestão escolar, deve zelar pela estrutura física e material da escola. Isso nos faz refletir que, para garantir o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, não é necessário apenas um bom professor em classe, mas, por outro lado, um conjunto de ações que permitam que esse processo se efetive com qualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras que constituíram a tessitura desta pesquisa nos permitiram compreender que a profissão docente passou e passa por grandes mudanças, acompanhando os avanços sociais e econômicos de nosso país. Essas mudanças acabam por acarretar impactos no ambiente escolar e na vida pessoal dos professores. Os impactos, quando negativos, promovem o adoecimento, o afastamento ou a readaptação dos professores em seus ambientes de trabalho.

Esses profissionais vêm sofrendo com o aumento de responsabilidades e de exigências feitas pelas instituições de ensino, assim como pela sociedade. Há necessidade que se obtenha bom desempenho, mas quase sempre esses profissionais não recebem apoio da gestão de suas instituições para executarem, de maneira proveitosa e prazerosa, seu trabalho. Existem diversas cobranças para que os docentes estejam envolvidos com planejamentos, desenvolvimento de atividades burocráticas, contato com a comunidade escolar e com os pais de alunos, porém, isso tem sobrecarregado a categoria. Sem contar, que nem sempre o local de trabalho é satisfatório para o desenvolvimento das atividades laborais, como evidenciado nesta pesquisa.

Observamos também que muitos profissionais não têm procurado ajuda médica e outros têm apresentado distúrbios físicos e psicológicos, característicos da profissão docente. Evidenciamos como ponto negativo a inexistência de projetos ou atividades que visem melhorar as condições de trabalho e de saúde dos professores do município, pois todos os entrevistados relataram não terem conhecimento sobre tal assunto.

É fato que a profissão docente é complexa, e que muitos problemas ainda afligem esta categoria profissional. É importante destacar que a Universidade, ao oferecer formação inicial, necessita estar atenta aos anseios locais, aqui em destaque a região marajoara, tão carente de esforços que promovam a melhoria de vida da população. Essa formação precisa desenvolver competências sociais para promover uma formação profissional integral, não apenas rica em conteúdos científicos e pedagógicos.

São necessários também esforços advindos da própria categoria, de maneira que possam expor sua realidade profissional, reivindicar aos governantes e a sociedade, acionar organismos de classe, entre outros, por melhorias da situação atual, haja vista que isso refletirá na promoção de um ensino de qualidade do nosso país. Entretanto, nada disso será factível se os *decision makers* não forem sensíveis aos desafios e às dificuldades do campo

educacional, em todos os seus desdobramentos, com destaque à compreensão de que são os professores fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J. C. M. J.; DOSEA G. S.; BARRETO, L. P. S. J. O sofrimento do professor portador de lesões por esforços repetitivos e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho: um relato de caso. **Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE** ano 7, n. 7, p. 61-69, 2013. Disponível em: <<https://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revista/2013>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BITTENCOURT, D; JORGE, S. A saúde do professor: como cuidar da saúde dos professores? A quem compete cuidar? **Saúde e Educação**, Brasília, n. 12, p. 43-51, 2008 (Boletim). Disponível em: <<https://cedaps.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Boletim-Saude-e-Educacao.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

BORBA, B. M. R.; DIEHL, L.; SANTOS, A. S.; MONTEIRO, J. K.; MARIN, A. H. Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. **Psicologia Argumento**, Paraná, v. 33, n. 80, p. 270-281, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20023/19309>>. Acesso em: 07 set. 2020.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMSorganiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 6 set. 2020.

CRUZ, R. M.; LEMOS J. C.; WELTER, M. M.; GUISSO, L. Saúde docente, condições e carga de Trabalho. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, España, v. 4, p. 147-160, 2010. Disponível em: <<https://revistaelectronicas.ujaen.es/index.php/reid/artcle/view/1024>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DALAGASPERINA, P.; MONTEIRO, J. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 37-51, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n1/04.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

GUEDIN, E.; OLIVEIRA, E. S.; ALMEIDA, W. A.; **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

HAGEMEYER, R. C. C. Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 67-85, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 9-28.

MONTEIRO, J. S.; SILVA, D. P. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria/RS, v. 19, n. 3, p.19-28, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/14315/pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11082>>. Acesso em: 07 set. 2020.

PEREIRA, D. A. M. Condições de trabalho e efeitos sobre a saúde dos professores da rede municipal de ensino de João Pessoa-PB. In: Encontro de Engenharia de Produção, 30. São Carlos, São Paulo, 12 a 15 outubro de 2010. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegp2010tn_sto_127_817_14808.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

PEREIRA, L. A. S. **Os desafios enfrentados pelos professores na atualidade**. Monografia de Especialização, Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12506/1/PDF%20-%20LUCICL%C3%89A%20APARECIDA%20DOS%20SANTOS%20PEREIRA.pdf>> Acesso em: 07 set. 2020.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; ANDRADE, R. D. O trabalho docente e a qualidade de vida dos professores na educação básica. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 16, n. 2, p. 221-231, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v16n2/v16n2a06.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PORTO, L. A.; ANDRADE, J. M. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 28, n. 1, p. 33-49, 2004. Disponível em: <<http://www.rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1185/923>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

REIS, A. I. M. **A intensificação e condições de trabalho nas escolas e sua interface com a saúde e/ou adoecimento dos professores**. 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EVo57_MD1_SA7_ID4136_30092016152313.pdf> Acesso em: 10 dez. 2018.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p.109-128, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9141>>. Acesso em: 07 set. 2020.

REIS, E. J. F. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; BARBALHO, L. ; SILVA, M. O. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

RIVERO, J. **Educação e exclusão na América Latina**: reformas em tempo de globalização. Universa: Brasília, 2000.

SILVA, M. S.; FREITAS, P. A. L. M.; KITAGAWA, A. A. V. Adoecimento e desvalorização das atividades docentes na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, Brasília, n. 62, p. 102-113, 2018.

SILVA, R. A. O.; GUILHO, L. A. 2015. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**. Revista Eletrônica de Pós- Graduação em Educação, Itajaí, v. 11, n. 2, p. 1-17, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/36845/pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Ciências Naturais**. CUMB. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/5078_Aprova_Projeto_Pedag%C3%B3gico_de_Licenciatura_Em_Ciencias_Naturais.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

WASELFISZ, J. **Tamanho da escola, ambientes escolares e qualidade do ensino**. 2000. Brasília: Ministério da Educação; Projeto Nordeste/FUNDESCOLA; Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais, 2000. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me000560.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

WEBER, L. N. D.; LEITE, C. R.; STASIAK, G. R.; SANTOS, C. A. S.; FORTESKI, R. O. O estresse no trabalho do professor. **Imagens da Educação**, Maringá/PR, v. 5, n. 3, p. 40-52, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/25789/pdf_47>. Acesso em: 18 ago. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

30 anos do Campus Marajó-Breves (UFPA)

A obra é um registro em função da história de três décadas da Universidade Federal do Pará no Marajó das Florestas

Editora:
CUMB/UFPA
2021



ISBN 978-65-00-16006-2